

A N E X O 11

Programa Nacional de Saneamento Rural

Metodologia de Execução

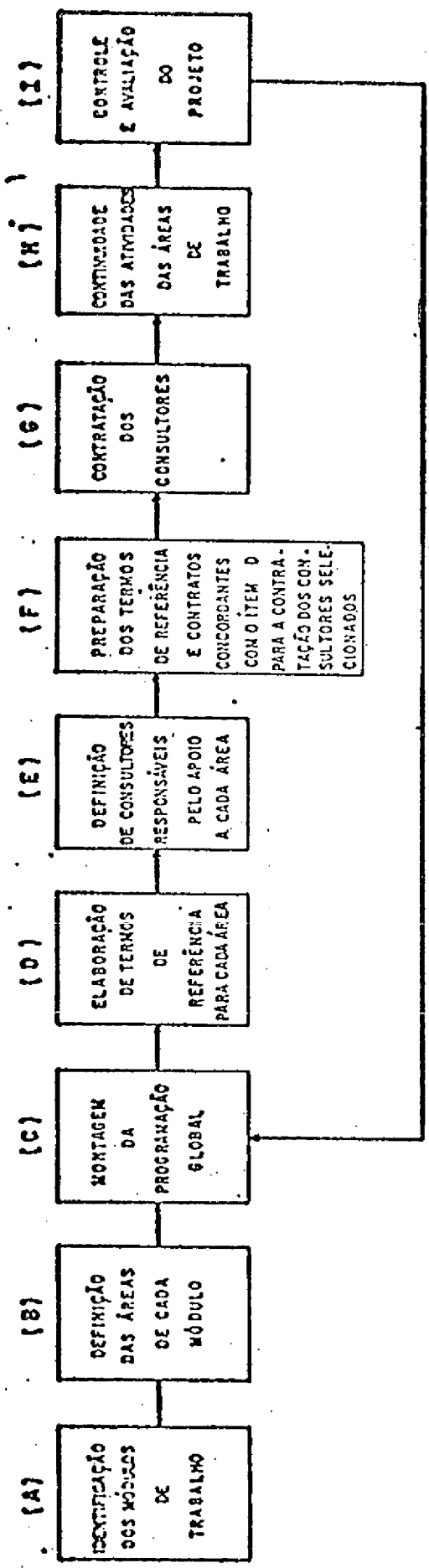
COOPERAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO

ÍNDICE

- I Metodologia geral de trabalho
- II. Programação global do Projeto
- III. Esquema da organização
- IV. Programa de ações imediatas
- V. Modelo de termo de referência para as áreas
- VI. Termo de referência da área B-1
- VII. Termo de referência da área B-2

Fevereiro/87

METODOLOGIA GERAL DE TRABALHO DO PROJETO

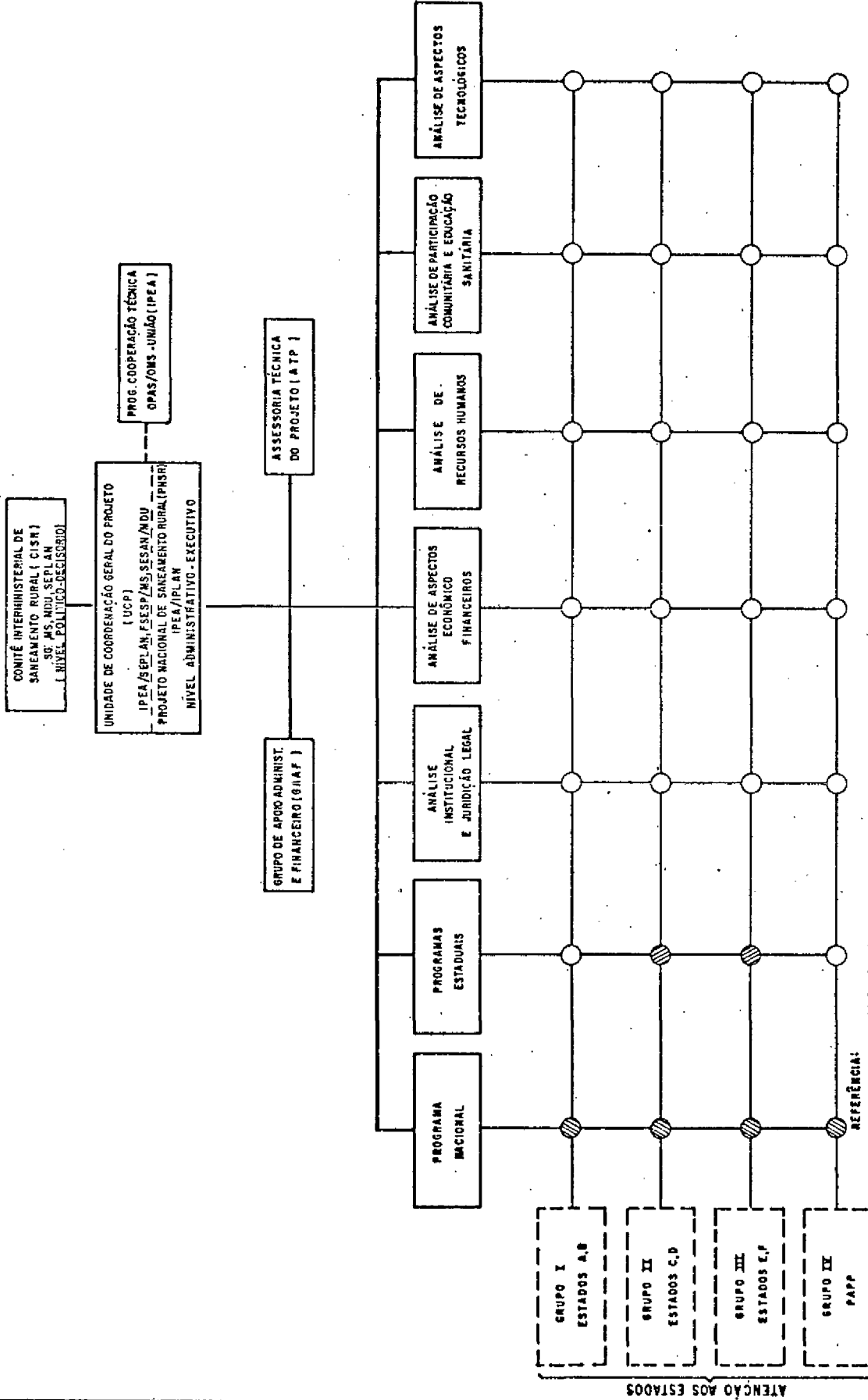


PROGRAMAÇÃO GLOBAL DO PROJETO

PROJETOS	PRODUTOS ESPERADOS	ESTRATÉGIAS	CRO NOGRAMA												RECURSOS DE CONSULTORIA	
			1987				1988				1989					
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4		
ÁREA A-1: ANÁLISE INSTITUCIONAL A.1.1: ANÁLISE INSTITUCIONAL DE ESTUDOS SETORIAIS	PROPOSTA DE CONTEÚDO COM OS ESTADOS VISITA DOS ESTADOS E DA ORGANIZAÇÃO, C. ESTATUAL. PROGRAMA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO PROPOSTA.	TR A PROPOSTA DE CONTEÚDO ANTES DA VISITA DOS ESTADOS E DA ORGANIZAÇÃO, ANTES DO PROGRAMA NACIONAL, ESSE PROGRAMA INCORPORARÁ AS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.	CONTEÚDO PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO PROJETO PARA IMPLEMENTAÇÃO													1 CONSULTOR 3, 6 MESES
ÁREA A-2: ANÁLISE DOS ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	POLÍTICAS FINANCEIRAS CRITÉRIOS FINANCEIROS PARA MERAQUAÇÃO DE INVESTIDOS.	AS POLÍTICAS E CRITÉRIOS SERÃO COMPARATIVAS COM AS DIFERENTES REALIDADES REGIONAIS DO PAÍS, E ESTARÃO PRONTAS EM UMA PRIMEIRA VERSÃO, ANTES DO INÍCIO DA FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS.														1 CONSULTOR APO, 6 MESES
ÁREA A-3: ANÁLISE DE RECURSOS HUMANOS	POLÍTICA DE TREINAMENTO PARA SER O PROGRAMA NACIONAL DE TREINAMENTO PARA SER.	ESTABELEÇA UMA POLÍTICA E UM PROGRAMA INICIAL PARA OS 6 PRIMEIROS ESTADOS E O PAPP, ANTES DO PROGRAMA INICIAL.														1 CONSULTOR APO, 6 MESES
ÁREA A-4: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA	POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, ALTERNATIVAS PARA A PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE COMUNIDADES. CRITÉRIOS PARA A FORMULAÇÃO DE PROJETOS.	ESTABELEÇA UMA POLÍTICA E ALTERNATIVAS DE PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO INICIAL PARA OS 6 PRIMEIROS ESTADOS, ANTES DO COMEÇO DA FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS. AS SUAS E CRITÉRIOS DEVEPO ESTAR PRONTAS ANTES DO PROGRAMA NACIONAL.	POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO ALTERNATIVAS PARA PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO SUAS E CRITÉRIOS													1 CONSULTOR APO, 6 MESES
	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA PARA SANEAMENTO RURAL.	ESTABELEÇA UMA POLÍTICA INICIAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA ANTES DO COMEÇO DA FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS. ESTABELEÇA UM PROGRAMA INICIAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA PARA OS 6 PRIMEIROS ESTADOS E O PAPP, ANTES DO PROGRAMA NACIONAL.	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA													1 CONSULTOR 3, 6 MESES
ÁREA A-5: ANÁLISE DOS ASPECTOS TECNOLÓGICOS	ALTERNATIVAS DE TECNOLOGIA ADEQUADA PARA SER. CRITÉRIOS DE ENGENHARIA PARA IMPLEMENTAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS.	AS ALTERNATIVAS OS CRITÉRIOS DE ENGENHARIA COM AS DIFERENTES REALIDADES REGIONAIS DO PAÍS, ESTARÃO PRONTAS EM UMA PRIMEIRA VERSÃO, ANTES DO INÍCIO DA FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS.	ALTERNATIVAS DE TECNOLOGIA CRITÉRIOS DE ENGENHARIA ESTIMATIVAS DE CUSTOS													1 CONSULTOR 3, 6 MESES 1 CONSULTOR APO, 6 MESES
	SUAS E CRITÉRIOS PARA A FORMULAÇÃO DE PROJETOS. ESTIMATIVAS DE CUSTOS DE SISTEMAS DE SER.	AS SUAS E CRITÉRIOS DEVEPO ESTAR PRONTAS ANTES DO PROGRAMA NACIONAL.	SUAS E CRITÉRIOS													

			1987				1988				1989				1 CONSULTAR 3, 6 MESES 2 CONSULTAR APOIADOS
			1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
B. MÓDULO DE FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS ESTADUAIS E DE PROGRAMA NACIONAL ÁREA B-1 FORMULAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL	PROGRAMA NACIONAL DE SDR	FORMULAR LO EM UMA PRIMEIRA CHAMPA COM DETALHAMENTO PARA SEIS ESTADOS E DADOS REAIS PARA O RESTO DA FEDERAÇÃO													
ÁREA B-2 FORMULAÇÃO DE PROGRAMAS ESTADUAIS	PROGRAMAS ESTADUAIS DE SDR	FORMULAR LO EM UMA PRIMEIRA CHAMPA PARA SEIS ESTADOS													
C. MÓDULO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PAPP ÁREA C-1															
D. MÓDULO DE PREPARAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS ÁREA D-1															
E. MÓDULO DE ADMINISTRAÇÃO REAL DO PROJETO ÁREA E-1 ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO	NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO. NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O APOIO LOGÍSTICO.	COORDENAÇÃO PERMANENTE COM O PPS, O IPEA E DEMAIS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA.													1 CONSULTAR PERMANENTE, 30 MESES

ESQUEMA DA ORGANIZAÇÃO DO PROJETO (PNSR)



REFERÊNCIA:
 ○ GRUPOS FUNCIONAIS
 ○ GRUPOS DE ATENÇÃO AOS ESTADOS
 ○ COORDENADOR DE GRUPO DE ATENÇÃO AOS ESTADOS
 ○ INTEGRANTE DE GRUPO FUNCIONAL E DE GRUPO DE ATENÇÃO AOS ESTADOS

ATENÇÃO AOS ESTADOS

OPS/OMSPROGRAMA DE AÇÕES IMEDIATAS

1. PREPARAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA:

- Área A-1 : C. Vergara (Março/1987)
- Área A-2 : C. Vergara (Março/1987)
- Área A-3 : F. Lima (Março/1987)
- Área A-4 : W. Sanches (Março/1987)
- Área A-5 : W. Sanches (Março/1987)
- Área B-1 : A. Diandeiras (Até 27 de Fevereiro)
- Área B-2 : A. Diandeiras (Até 27 de Fevereiro)

2. DEFINIÇÃO DOS PROJETOS:

- Módulo C : Assist. Téc. ao PAPP
- Módulo D : Prep. Proj. Invest.

3. PREPARAÇÃO TERMOS DE REFERÊNCIA PARA ÁREAS DOS MÓDULOS C e D.

4. CONSULTAR SEM COMPROMISSO DISPONIBILIDADES CANDIDATOS PARA CONSULTORIAS.5. DEFINIÇÃO DOS CONSULTORES A SEREM CONTRATADOS SEGUNDO A PROGRAMAÇÃO GLOBAL E OS TERMOS DE REFERÊNCIA DAS ÁREAS (Março/1987).6. PREPARAÇÃO TERMOS DE REFERÊNCIA E CONTRATOS PARA OS CONSULTORES DEFINIDOS. (Março).7. CONTRATAR O MAIS BREVE POSSÍVEL, DOIS CONSULTORES DE NÍVEL 3 DURANTE 1 MÊS, PARA DAR INÍCIO À EXECUÇÃO DA ÁREA B-1, COM A AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE NO SUBSETOR DE SANEAMENTO RU

RAL UTILIZANDO A METODOLOGIA DO TERMOS DE REFERÊNCIA DESTE PROJETO. (Março).

8. ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA PARA A FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS : Guilherme Rojano. (Até 30 de Março).
9. AMPLIAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS PARA CONSULTORIAS: C. Vergara (Até 20 de Março).
10. REVER MINUTA DO CONVÊNIO E PLANO DE OPERAÇÕES: F. Lima/W. Sanchez. (Até 20 de Março).
11. TRAMITAR A VINDA DE GUILHERMO ROJANO 3a. e 4a. FEIRA DA PRÓXIMA SEMANA. (24 e 25/02/87).

ESTRUTURA GERAL DE TERMO DE REFERÊNCIA

1. Antecedentes

2. Objetivos

3. Estratégias

4. Metas

5. Metodologia de Trabalho

6. Programação

7. Forma de Execução

8. Recursos necessários

8.1 Humanos (Consultoria, pessoal de apoio)

8.2 Equipamento

8.3 Outros

9. Produtos esperados

TERMOS DE REFERÊNCIA

ÁREA B-1: FORMULAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL

1. Objetivo

Formular o Programa Nacional de Saneamento Básico Rural concordante com a estrutura que aparece no Anexo 1.

2. Estratégia

Formular o Programa Nacional numa primeira etapa com detalhamento para diversos Estados e informações gerais para os demais Estados da Federação.

3. Metas

Aplicando a estratégia anterior, formular o Programa Nacional até outubro 1987.

4. Metodologia de Trabalho

Para a consecução do objetivo e meta almejados, serão executadas as seguintes atividades:

4.1. Avaliação da situação existente no subsetor de Saneamento Rural.

Para o caso dos Estados do primeiro grupo, o procedimento a seguir será o seguinte:

- a) Visitas aos Estados para o levantamento das informações que aparecem no Anexo 2.

- b) Processamento das informações levantadas.
- c) Análise e elaboração das conclusões principais.
- d) Discussão das conclusões principais com os Estados.

Para os demais Estados da Federação, o procedimento a seguir será o seguinte:

- a) Levantamento de capítulo de informações básicas (Anexo 2) dos Estados em forma globalizada.
- b) Processamento das informações levantadas.
- c) Análise e elaboração das conclusões gerais destes Estados.

Logo após ter estas conclusões dos Estados do primeiro grupo e dos outros Estados da Federação, deverão se elaborar as conclusões globais do subsetor de Saneamento Rural.

4.2. Definição das seguintes políticas globais:

- 4.2.0. Políticas de serviços.
- 4.2.1. Políticas financeiras.
- 4.2.2. Política de treinamento de recursos humanos.
- 4.2.3. Política de educação.

4.3. Definição dos seguintes critérios, e diretrizes:

- 4.3.0. Critérios sociais para seleção de comunidades.
- 4.3.1. Critérios financeiros para hierarquização de inves
timentos.
- 4.3.2. Critérios de engenharia para hierarquização e sele
ção de projetos.
- 4.3.3. Alternativas de tecnologia adequada para saneamento
básico rural.
- 4.3.4. Estimativas de custos de sistemas de saneamento bá
sico rural.

4.4. Definição dos seguintes mecanismos:

- 4.4.1. Mecanismos operacionais: descentralização, partici
pação da comunidade, etc.

4.5. Definição dos objetivos:

4.5.1. Objetivos gerais.

4.5.2. Objetivos específicos.

4.6. Para os Estados do primeiro grupo, formular conjuntamente com o Estado:

4.6.1. Programa inicial de treinamento de pessoal.

4.6.2. Política e alternativas para promoção, organização e participação das comunidades.

4.6.3. Programa de educação sanitária.

4.6.4. Estratégias para promoção de abordagem integrada dos problemas de saneamento básico, inclusive com as demais ações de saúde.

4.7. Definição das Metas Estratégicas:

4.7.1. Para os Estados do primeiro grupo, apresentar as metas dos seus Programas Estaduais enquanto à:

a) Abastecimento de água.

b) Disposição de dejetos.

c) Educação sanitária.

4.7.2. Para os demais Estados da Federação, deve-se estimar metas enquanto à:

a) Abastecimento de água.

b) Disposição de dejetos.

c) Educação sanitária.

4.7.3. Para globalizar as metas deve-se fazer a somatória dos itens 4.7.1 e 4.7.2.

4.8. Formulação da Programação Global:

4.8.1. Para os Estados do primeiro grupo, em função aos itens antes desenvolvidos, apresentar:

a) Investimentos previstos em implantação e/ou melhoria de serviços de água e dejetos.

b) Investimentos previstos para promoção, organização e participação das comunidades.

c) Investimentos previstos para o Programa de Edu
cação Sanitária.

d) Investimentos previstos para o Programa inicial
de treinamento de pessoal.

4.8.2. Para os outros Estados da Federação, em função aos
itens antes desenvolvidos, apresentar:

a) Investimentos globais previstos em implantação
e/ou melhoria de serviços de água e dejetos.

b) Investimentos globais previstos em atividades de
apoio tais como: participação comunitária, edu
cação sanitária, tecnologia apropriada e treina
mento dos recursos humanos.

4.8.3. Para globalizar os investimentos, fazer a somatória
dos itens 4.8.1 e 4.8.2.

4.9. Formulação dos cronogramas de investimentos e de implanta
ção.

4.10 Definição da organização e sua implementação a nível fede
ral e estadual para o desenvolvimento do Programa Nacio
nal.

4.11 Definição do plano de financiamento do Programa.

4.12 Definição dos mecanismos de supervisão e avaliação do Pro
grama.

5. Programação

No Anexo 3 apresenta-se a programação por atividades
para à formulação do Programa Nacional.

6. Forma de Execução

Para a execução do Programa Nacional será constituída
uma equipe composta por funcionários do PNSR e pelos Consultores

do Convênio de Cooperação Técnica PNSR/OPAS, que sejam alocados ao Programa. Deve salientar-se porém, que grande parte das atividades mencionadas no item 4, deverão ser desenvolvidas pelas equipes funcionais encarregadas dos aspectos institucionais, financeiros, de participação comunitária, etc, em permanente coordenação com a equipe do Programa Nacional. Essas responsabilidades apresentam-se no Anexo 3 com a programação de atividades.

7. Recursos de Consultoria

Serão necessários os seguintes recursos de consultoria:

7.1. Um Consultor 3, para coordenar a execução do Programa.

7.2. Dois Consultores APO por 1 mês cada um.

De acordo com o andamento do trabalho, outros recursos de apoio poderão vir a ser necessários.

8. Produtos esperados

Programa Nacional de Saneamento Básico Rural 1987-1997.

PROJETO NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL (PNS)

Nível de Participação das Áreas Técnicas nas Atividades de Elaboração

	ÁREA DE PROGRAMA NACIONAL	ÁREA DE PROGRAMAS ESTADUAIS	ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	ASPECTOS FIN
PROGRAMA NACIONAL	☐			
Apresentação e Síntese	☐			
1. Antecedentes	☐			
2. Avaliação da Situação Existente				
2.1. Estados para o Programa Nacional (PN)	☐	☐	☐	
2.2. Demais Estados	☐			
2.3. O Saneamento Rural (SR) a nível nacional	☐	☐	☐	
3. O Programa Nacional				
3.1. Objetivos	☐	△	△	
3.2. Políticas e Diretrizes				
3.2.1. de serviços	☐			
3.2.2. financeiras	△		☐	
3.2.3. de formação de recursos humanos	△		△	
3.2.4. de participação comunitária	△			
3.2.5. de educação sanitária	△			
3.3. Estratégias				
3.3.1. utilização de tecnologia apropriada	△		△	
3.3.2. promoção da participação comunitária	△			
3.3.3. promoção da educação sanitária e comunicação social	△			
3.3.4. promoção de tarificação social	△		△	
3.3.5. promoção de abordagem integrada em SR	☐	△	☐	
3.4. Critérios de atribuição de prioridades				
3.4.1. critérios sociais p/ seleção de comunidades	△	△	△	
3.4.2. critérios financeiros para hierarquização de investimentos	△	△	△	
3.4.3. critérios de engenharia para hierarquização e seleção de projetos	△	△		
3.5. Metas				
3.5.1. para os Estados/Programa Nacional	△	☐		
3.5.2. demais Estados	☐	△		
3.5.3. nacionais	☐	☐		
3.6. Programação de Investimentos				
3.6.1. para os Estados/Programa Nacional	△	☐	△	
3.6.2. para os demais Estados	☐	△	△	
3.6.3. global	☐	☐	△	
3.7. Cronogramas de Investimentos e Implantação	☐	☐	△	
4. Organização e Implementação do Cronograma				
4.1. A Nível Federal	☐	△	☐	
4.2. A Nível Estadual e Local	☐	☐	☐	
4.3. Mecanismos de Integração e Articulação	☐	☐	☐	
5. Financiamento do Programa	☐		☐	
6. Mecanismos de Supervisão e Avaliação do Programa	☐	△	☐	

I - APRESENTAÇÃO

- O que levou o Governo a decidir-se pela ação em Saneamento Rural.
- Apresentação do documento.

II - SÍNTESE

- Salientar os aspectos, de forma reduzida, mais importantes do programa. Ênfase especial deve ser dada:
 - . a objetivos e metas;
 - . a articulação institucional;
 - . às diretrizes básicas (descentralização, participação da comunidade, educação sanitária);
 - . aos aspectos financeiros (custos, fontes de financiamento, recuperação de custos: tarifas, etc.);
 - . à participação da comunidade e à formação de recursos humanos.

O PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL

1. Antecedentes

Neste capítulo deve-se apresentar:

- um resumo das considerações gerais do Subsetor de Saneamento Rural no Brasil;
- a filosofia e concepção básica do Programa;
- um resumo dos passos dados até chegar à formulação de Programa (termos de referência, Loan Agreement, etc.).

2. Avaliação da Situação Existente

2.1. Avaliação do subsetor

2.1.1. Informações básicas sobre:

- população e comunidades (aspectos demográficos, econômicos, sociais);
- condições de saúde relacionadas com saneamento básico (abastecimento d'água, dejetos);
- situação atual dos serviços de abastecimento d'água, disposição de dejetos e educação sanitária;
- situação atual dos sistemas de abastecimento de água e disposição de dejetos (evolução).

2.1.2. Situação institucional ao nível federal, estadual e municipal do subsetor de saneamento rural;

- identificação dos órgãos atuantes em saneamento rural;
- organização básica e regimes de competência;
- capacidade administrativa, técnica e financeira (limitações e potencialidades);
- aspectos legais e administrativos (entraves).

2.1.3. Situação financeira ao nível federal, estadual e municipal:

- origem dos recursos financeiros;
- fluxos;
- volumes de investimentos;
- políticas tarifárias, etc.

2.1.4. Situação da participação da comunidade ao nível fe
deral, estadual e municipal:

- levantamento das experiências de participação da co
munidade em programas governamentais;
- levantamento dos órgãos (nos três níveis de go
verno) com experiências de programas com particii
pação da comunidade;
- levantamento dos mecanismos de promoção comunitá
ria.

2.1.5. Situação das normas e padrões utilizados para o de
senho, construção, operação e manutenção dos sistem
as de abastecimento d'água e disposição de deje
tos:

- levantamento das normas e padrões utilizados a
nível federal, estadual e municipal.

2.2. Prognósticos (visando dimensionar os problemas que envolv
em a ação em saneamento rural).

2.3. Conclusões sobre os diversos aspectos estudados levando
em conta a situação atual e as previsões de demanda futur
a de serviços. Estas conclusões serão a base do Programa
a ser descrito no capítulo seguinte.

3. Descrição do Programa Nacional

3.1. Políticas e Diretrizes

3.1.1. Mecanismos Operacionais: descentralização, particii
pação da comunidade, etc.

3.1.2. Mecanismos Financeiros.

3.2. Objetivos

3.2.1. Objetivos Gerais

3.2.2. Objetivos Específicos

3.3. Estratégias

3.3.1. Utilização de Tecnologia Apropriada

3.3.2. Promoção de Participação Comunitária

3.3.3. Promoção da Educação Sanitária e Comunicação Social

3.3.4. Promoção de Tarifação Social

3.3.5. Promoção da Abordagem integrada dos problemas de saneamento básico, inclusive com as demais ações de saúde

3.4. Prioridades

3.4.1. Critérios de priorização

3.4.2. Prioridades do Programa

3.5. Metas

3.5.1. Metas estratégicas

3.5.1.1. Abastecimento de Água

3.5.1.2. Disposição de Dejetos

3.5.1.3. Educação Sanitária

3.6. Programação Global

3.6.1. Investimentos previstos em implantação e/ou melhoria de serviços de água e dejetos

3.6.2. Investimentos em atividades de apoio:

a) Participação Comunitária

b) Educação Sanitária e Comunicação Social

c) Tecnologia Apropriada

d) Treinamento de Recursos Humanos

3.6.3. Investimentos Totais

3.7. Implantação do Programa

3.7.1. Cronograma de implementação

3.7.2. Cronograma de investimentos totais.

4. Organização para o Desenvolvimento do Programa Nacional

4.1. Organização e administração

4.1.1. A nível federal

4.1.2. A nível nacional

4.2. Recursos Humanos

5. Financiamento do Programa

5.1. Composição dos Recursos Financeiros

5.2. Taxas de Serviço

5.3. Fontes e Aplicação de Fundos

6. Supervisão e Avaliação

PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	M E S E S												RESPONSÁVEIS
	FEV. 1 2 3 4	MAR. 5 6 7 8 9	ABRIL 10 11 12 13	MAIO 14 15 16 17	JUNHO 18 19 20 21 22	JULHO 23 24 25 26	AGOSTO 27 28 29 30 31	SET. 32 33 34 35	OUT. 36 37 38 39	NOV. 40 41 42 43 44	DEZ. 45 46 47 48	JAN./78 49 50 51 52	
<p>Apresentação e Síntese</p> <p>1. Antecedentes</p> <p>2. Avaliação da situação existente</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caso dos 6 Estados - Resto Estados da Federação - Global <p>3. Programa Nacional</p> <p>3.1. Políticas e Diretrizes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas financeiras - Política de treinamento de recursos humanos - Política de educação sanitária - Alternativas de tecnologia adequada para saneamento básico rural. - Estimativas de custos de sistemas de S.B.R. - Mecanismos operacionais gerais <p>3.2. Objetivos</p>													<p>Equipe P.N.</p> <p>Equipe P.N.</p> <p>Equipe P.N. + P. Est. + Outras Equipes a Definir</p> <p>Equipe P.N.</p> <p>Equipe P.N. + P. Est. + Outras Equipes a Definir</p> <p>Equipe Asp. Financeiros</p> <p>Equipe Rec. Humanos e Part. Comunit.</p> <p>Equipe de Part. Comunit. e Ed. Sanitária</p> <p>Equipe de Asp. Tecnológicos</p> <p>Equipe de Asp. Tecnológicos</p> <p>Equipe P.N. + P. Est. + Outras Equipes a Definir</p> <p>Equipe P.N.</p>

PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	M E S E S												RESPONSÁVEIS
	FEV. 1 2 3 4	MAR. 5 6 7 8 9	ABRIL 10 11 12 13	M A I O 14 15 16 17	JUNHO 18 19 20 21 22	JULHO 23 24 25 26	A G O S T O 27 28 29 30 31	S E T . 32 33 34 35	O U T . 36 37 38 39	NOV. 40 41 42 43 44	DEZ. 45 46 47 48	JAN./68 49 50 51 52	
<p>3.3. Estratégias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização Tecnologia apropriada - Participação Comunitária - Educação Sanitária - Tarificação Social - Promoção de abordagem integrada dos prob. de san. básico, inclusive com as demais ações de saúde 													<p>Equipe de Asp. Tecnológicos</p> <p>Equipe de Part. Comit. e Ed. San.</p> <p>Equipe de Part. Comit. e Ed. San.</p> <p>Equipe de Asp. Financ.</p> <p>Equipe P.N.</p>
<p>3.4. Prioridades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Critérios financeiros para hierarquização de investimentos - Critérios de engenharia para hierarquização e seleção de projetos 													<p>Equipe de Asp. Finan.</p> <p>Equipe de Asp. Tecnológicos</p>
<p>3.5. Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caso dos 6 Estados - Resto Estados da Federação - Global 													<p>Equipe P. Est. + Estados</p> <p>Equipe P.N. + P. Est.</p> <p>Equipe P.N. + P. Est.</p>

PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	M E S E S												RESPONSÁVEIS
	FEV. 1 2 3 4	MAR. 5 6 7 8 9	ABRIL 10 11 12 13	MAIO 14 15 16 17	JUNHO 18 19 20 21 22	JULHO 23 24 25 26	AGOSTO 27 28 29 30 31	SET. 32 30 24 25	OCT. 35 37 38 30	NOV. 41 42 43 44	DEZ. 45 46 47 48	JAN./83 49 50 51 52	
<p>3.6. Programação Global</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caso dos 6 Estados - Resto Estados da Federação - Global 													Equipe P. Est. + Estados Equipe P. Nac. + P. Est. Equipe P. Nac. + P. Est.
<p>3.7. Implementação do Programa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formulação dos cronogramas de investimentos e de implementação 													Equipe P.N. + P. Est.
<p>4. Organização e Administração</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição da organização e sua implementação a nível federal e estadual para o desenvolvimento do Prog. Nacional 													Equipe de Asp. Institucionais
<p>5. Financiamento do Programa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição do Plano de Financiamento 													Equipe P.N. + P. Est. + Asp. Finance.
<p>6. Supervisão e Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição dos mecanismos de supervisão e avaliação do Programa. 													Equipe P.N.

TERMOS DE REFERÊNCIA

ÁREA B-2: FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS

1. Objetivo

Conseguir que os Estados formulem os seus Programas Estaduais de Saneamento Básico Rural em concordância com a estrutura que aparece no Anexo 1 e dentro das políticas, diretrizes, estratégias e prioridades definidas pelo Programa Nacional de Saneamento Básico Rural.

2. Estratégia

Conseguir que os Estados formulem os seus Programas Estaduais de Saneamento Básico Rural, numa primeira etapa trabalhando com mais detalhamento em diversos Estados e em forma mais genérica com os demais Estados da Federação.

3. Metas

Aplicando a estratégia anterior, conseguir que diversos Estados formulem o seu Programa Estadual até Agosto de 1987.

4. Metodologia de Trabalho

Para a consecução do objetivo e meta almejados, serão executadas as seguintes atividades:

4.1. Avaliação da situação existente no Subsetor de Saneamento Rural.

Neste aspecto, considera-se que a Equipe de Programas Estaduais deve ter uma participação conjunta com a Equipe de Programa Nacional enquanto a:

- a) visitas aos Estados para o levantamento das informações daqueles Estados que se iria trabalhar com maior detalhamento. Nestas visitas a Equipe de Programa Estadual além de entrosar-se com a realidade de cada Estado enquanto ao Saneamento Rural, deveria instruir ao Estado no levantamento daquelas informações do nível estadual que não conseguiram ser levantadas na visita, e no levantamento das informações de nível local que serão necessários para a formulação dos Programas Estaduais;
- b) processamento das informações levantadas nas visitas;
- c) análise e elaboração das conclusões principais;
- d) encaminhamento e discussão das conclusões principais com os Estados visitados.

4.2. Definição da metodologia de elaboração e apresentação dos Programas Estaduais.

- a) Estrutura dos Programas Estaduais (Anexo 1);
- b) metodologia de elaboração e apresentação;
- c) divulgação da Metodologia.

4.3. Supervisão da implantação da Metodologia anterior na formulação dos Programas Estaduais daqueles Estados com os quais se está trabalhando mais detalhadamente.

4.4. Assistência Técnica aos demais Estados da Federação com os quais se está trabalhando em forma mais genérica.

4.5. Definição da metodologia de avaliação dos Programas Estaduais.

4.6. Definição da metodologia de consolidação dos Programas Estaduais.

5. Programação

No anexo 2 apresenta-se a programação por atividades.

6. Forma de Execução

Para alcançar os objetivos e metas desta Área de Programas Estaduais, precisa-se constituir uma equipe composta no mínimo de 3 funcionários do PNSR. Deve salientar-se que esta equipe deverá trabalhar em permanente coordenação com as equipes funcionais encarregadas dos aspectos institucionais, financeiros, de participação comunitária, tecnologia e recursos humanos.

6. Produtos Esperados

Programas Estaduais formulados, avaliados e logo após a consolidação total.

ANEXO 1

ESTRUTURA DO PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO RURAL

I. Apresentação

II. Síntese

1. Antecedentes

2. Situação atual do Saneamento Rural no Estado

2.1. Avaliação

2.2. Prognóstico

2.3. Conclusões

3. Programa Estadual

3.1. Políticas e diretrizes

3.2. Objetivos

3.3. Metas

3.4. Estratégias

3.5. Prioridades

3.6. Critérios e parâmetros adotados

3.7. Subprogramas para consecução de metas físicas

3.7.1. Subprograma de abastecimento de água

3.7.2. Subprograma de disposição de dejetos

3.7.3. Subprograma de atividades de apoio

3.8. Implantação do Programa Estadual

3.8.1. Cronograma de implementação

3.8.2. Cronograma de investimentos

4. Organização para execução do Programa Estadual

4.1. Proposta do ordenamento institucional

4.2. Organização e administração

4.3. Recursos humanos

5. Financiamento do Programa

5.1. Composição dos recursos financeiros

5.2. Taxas de serviço

5.3. Fontes e aplicação de recursos

6. Supervisão e avaliação

7. Integração com outros programas de saneamento e de saúde no Es
tado.

ANEXO 2

FORMULAÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO BÁSICO RURAL

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA EQUIPE DE PROG. ESTADUAIS

ATIVIDADES	M E S E S												RESPONSÁVEIS	
	FEV. 1 2 3 4	MAR. 5 6 7 8 9	ABRIL 10 11 12 13	MAIO 14 15 16 17	JUNHO 18 19 20 21 22	JULHO 23 24 25 26	AGO. 27 28 29 30 31	SET. 02 03 04 05	OUT. 06 07 08 09	NOV. 10 11 12 13 14	DEZ. 15 16 17 18	JAN./78 19 20 21 22		
1. Avaliação da situação existente - Caso de Estados de uma primeira etapa.														Equipe P.Est. + P.N. + Outras Equipes a definir.
2. Definição da metodologia de elaboração e apresentação dos Prog. Estaduais.														Equipe P.Est. + Outras Equipes a definir.
3. Supervisão da implantação da metodologia anterior.														Equipe P.Est.
4. Assistência técnica aos Demais Estados da Federação na formulação dos seus Prog. Estaduais.														Equipe P.Est.
5. Definição da Metodologia de avaliação dos Prog. Estaduais.														Equipe P.Est.
6. Definição da Metodologia de consórcio dos Prog. Estaduais.														Equipe P.Est.

A N E X O 1 2

Avaliação da Situação Existente em Saneamento Rural
Relatórios das Viagens Realizadas

RELATÓRIO DE VIAGEM

IDENTIFICAÇÃO:

Local: Goiânia-GO

Data: 07 a 09/04/1987

Técnica: Sueli Corrêa de Faria

Área: Desenvolvimento de Recursos Humanos

Objetivo: Levantamento de informações

Dia 07/04/87 (3ª f.)

09:00 h Chegada a Goiânia

09:15 h Reunião da equipe na SEPLAN-GO, com representantes da FSESP (2), SEMAGO (2), Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (3) e SANEAGO (1). Ausente, a Secretaria de Saúde. A reunião foi presidida pelo Superintendente de Planejamento Econômico e Social, Vinícius Junqueira. O Coordenador do PNSR, Valdemar Ottani, fez uma breve exposição sobre o programa. A recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente apresentou seu organograma, informando-nos que será a responsável pelo saneamento rural, no estado. A companhia de Saneamento-SANEAGO passa, então, a subordinar-se a essa nova secretaria, saindo do âmbito da Secretaria de Saúde.

11:00 h Visita à FSESP. O diretor regional, Doris Gramacho, fez uma exposição sobre o trabalho da FSESP, no estado. A equipe do PNSR teve a oportunidade de manter conversas individuais rápidas, com as áreas técnicas da entidade. A entre

vista com o responsável pela área de Recursos Humanos ficou marcada para o dia 09 (5ª f.).

14:30 h Visita à EMATER-GO em companhia dos técnicos responsáveis pelas áreas de Educação Sanitária, Participação da Comunidade e Desenvolvimento Institucional.

A pessoa entrevistada - Luzia Alves, gerente do programa de Bem-Estar Social - expôs a política e atuação da EMATER-GO, na área social. O responsável pela área de Recursos Humanos não se encontrava na instituição, tendo ficado acertada uma visita posterior ao Centro de Treinamento daquela empresa, para entrevistá-lo.

18:30 h Reunião da equipe no hotel, sob a coordenação do Dr. Enrique Inhouds, para avaliar o trabalho realizado durante o dia.

Dia 08/04/87 (4ª f.)

08:00 h Entrevista com Sandro Enio Junqueira, responsável pela Divisão de Poluição da SEMAGO. Informações gerais sobre o trabalho da instituição, que estava em greve. Foi possível ainda conversar com a técnica Márcia da Silva Vêncio, responsável pela Divisão de Educação e Divulgação, que desenvolve um trabalho voltado para a promoção de campanhas educativas em colaboração com outras instituições. Não há uma preocupação específica com o desenvolvimento de recursos humanos.

10:15 h Visita à Secretaria de Educação, em companhia da Dra. Hortênsia H. Hollanda. Houve um descompasso. Como não sabia -

mos que a reunião estava marcada para as 09:00 h, chegamos quando o grupo já se havia dispersado. Percebemos que a Secretaria não estava informada sobre o PNSR e, por isso, achamos melhor marcar uma reunião para o dia seguinte, da qual participaria o Dr. Enrique Inhouds.

- 11:00 h Entrevista com a equipe de Educação Sanitária da SUCAM, coordenada por Maria Helena S. Miguel. A diretoria de Goiás não possui um programa próprio, para desenvolvimento de recursos humanos. A equipe de Educação Sanitária recebeu treinamento de 3 meses (reciclagem), em 1986, organizado pela SUCAM/Brasília.
- 14:00 h Reunião na Secretaria de Saúde, com Halim Antonio Girade (Superintendente de Ações Básicas) e João Bosco Corrêa Bitencourt (assessor do secretário). Como a Secretaria ainda não definiu um programa de trabalho, a conversa limitou-se à declaração de intenções. A prioridade de atuação deverá ser dada à medicina comunitária. A área de desenvolvimento de recursos humanos está em fase de estruturação.
- 16:30 h Entrevista com a equipe de Recursos Humanos da OSEGO, a fundação que executa o que é normatizado pela Secretaria de Educação. Pela primeira vez, foi possível aplicar o questionário.
- 18:30 h Reunião de avaliação com o Dr. Enrique Inhouds, no próprio hotel.

Dia 09/04/87 (5ª f.)

- 08:30 h Entrevista com o chefe-substituto do Departamento de Recursos Humanos da SANEAGO, Sr. Manuel Campos. As informações obtidas permitiram-nos preencher o questionário na íntegra.
- 11:00 h Entrevista com o responsável pelo recém-criado Núcleo de Recursos Humanos da Regional da FSESP, Sebastião Donizete da Silva. Os programas de treinamento são desenvolvidos a partir da sede da FSESP (Rio de Janeiro), mas a Regional começa a realizar encontros para levantamento de problemas e necessidades, a nível de sub-regiões (2 no Estado). O primeiro encontro está planejado para o final deste mês.
- 14:30 h Visita ao Centro de Treinamento da EMATER-GO, onde está se realizando um curso de capacitação para técnicos recém-contratados. Foram entrevistados, da equipe de Recursos Humanos, o coordenador Gilberto Minazi e a técnica Irani Henrique Ferreira. Percebe-se claramente um esforço da equipe em implementar a nova filosofia de trabalho da EMATER, na empresa. A moralização das contratações, que, por decreto do novo governador, só poderão ocorrer por concurso, deverá elevar o nível técnico do pessoal.
- 18:10 h Retorno à Brasília.

OBS: A equipe do PNSR desistiu de realizar a visita de campo a um sistema de água e esgoto da SANEAGO, em Bonfinópolis (a 28 km de Goiânia), prevista para o dia 10/04/87.

J. F. Ania
Brasília, 14 de abril de 1987

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL: GOIÂNIA-GO

DATA : 06 a 07/04/87

TÉCNICO: Arnóbio Viana David

ÁREA-V : Aspectos Tecnológicos

1. OBJETIVO:

Levantamento de informações para subsidiar o trabalho de Avaliação da Situação Existente no Subsetor de Saneamento Rural, bem como a identificação de Tecnologias Apropriadas em uso ou em implantação no Estado.

2. INSTITUIÇÕES VISITADAS E TÉCNICOS CONTACTADOS:

. FSESP - Fundação Serviços de Saúde Pública

Dr. Doris Gramacho - Diretor Regional

Engº Reginaldo Peixoto Guimarães - Diretor do Setor de Engenharia

Raimundo Nonato Silva - Inspetor de Saneamento

Hugo Alencar - Auxiliar de Saneamento

. SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A

Engº José Emerenciano Grande - Diretor Técnico

Engº Caio Antonio de Gusmão - Deptº de Estudos e Projetos

Engº João Batista Tibiriçá - Deptº de Serviços do Interior

3. INFORMAÇÕES GERAIS:

Em Goiás, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram, praticamente, todos construídos e são, atualmen

mente, operados pela SANEAGO e FSESP. No entanto, difere a atuação destas instituições, seja na forma de operar e construir, seja na forma de conceber a participação da comunidade. Enquanto na FSESP constata-se alguma preocupação com o envolvimento da comunidade principalmente através dos Inspetores e Auxiliares de Saneamento, na SANEAGO não se observa tal fato. A verdade é que não há participação da comunidade nas fases de planejamento, execução e operação dos sistemas.

Em quadro abaixo, estão discriminadas as atividades desenvolvidas pelas duas instituições:

A T I V I D A D E S	FSESP	SANEAGO
Projeto de abastecimento de água	-	X
Construção de sistema de abastec.d'agua	X	X
Construção de fossas sépticas	X	-
Operação do sistema abastec.d'agua	-	X
Manutenção do sistema de abast.d'agua	-	X
Pesquisa de mananciais	-	X
Construção de sistemas de esgotos	-	X

Inexistem critérios tecnológicos para priorização de investimentos e para seleção de projetos e escolha das comunidades.

As normas adotadas para elaboração dos projetos são as da ABNT e existem projetos padronizados para estações de tratamento, reservatórios e de fossas sépticas com sumidouros.

Para cálculo de vazão de alcance de projeto, adota-se o dobro da população do censo de 1980 e a cota "per-capita" mínima é de 150 l/hab/dia(SANEAGO) e na FSESP a cota é de 120 l/hab/dia.

A SANEAGO abastece 104 localidades com população abaixo de 5.000 habitantes, das quais dispomos dos seguintes dados: população urbana, população atendida, extensão de rede, número de ligações e economias, número de ligações e economias de água por categoria (comercial, industrial, poder público), expansão de redes de distribuição com número de ligações e economias no período de janeiro a dezembro de 1986. Além destas informações, obtivemos alguns indicadores significativos para caracterização da comunidade e avaliação dos sistemas, como: taxa de ocupação de habitantes por domicílio (hab/dom), produtividade de pessoal (ligação/empregado e economia e economia/empregado), nível de micromedição, extensão de rede/ligação, índice de hidromederação (%), volume médio medido (m³/economia), volume médio faturado (m³/economia), perdas nos sistemas (%).

Unidades dos sistemas de abastecimento de água, abaixo de 5.000 habitantes:

Tipos Mananciais	Instituições	
	SANEAGO	FSESP
. Superficial	61	03
. Drenagem	05	-
. Poço freático	07	01
. Poço arteziano	30	10
. Lago	01	-
TOTAL	104	14

Tipos Tratamento	Instituições	
	SANEAGO	FSESP
. Convencional	27	03
. Cloração	30	11
. E.compacta	04	-
. Filtro lento	05	-
. Filtro rápido	01	-
. Filtro russo	09	-
. Dupla filtração	09	-
. Sem tratamento	19	-
TOTAL	104	14

Em todos os sistemas considerados como sem tratamento, a fonte de produção é de poço arteziano. Quanto às aduções, não foi possível identificar os tipos predominantes.

Os sistemas dispõem sempre de reservatórios públicos, construídos geralmente de concreto e com volumes variáveis, em função de cada localidade.

A distribuição é feita através de PVC, para diâmetros até 150mm, acima deste diâmetro analisa-se cada caso, utilizando-se o cimento amianto (SANEAGO). O suprimento à população é feita por ligações domiciliares e sem ônus para o usuário, sendo o material de PVC (FSESP) e PEAD (SANEAGO).

Em alguns casos, a FSESP utiliza-se, também, de chafarizes para abastecer a população.

ASPECTOS CONSTRUTIVOS, OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO:

Com relação a construção, a falta de materiais, equipamentos, combustível, peças de reposição de equipamentos eletro-mecânicos eleva consideravelmente o custo da obra e sua administração. No en-

tanto, o número reduzido de pessoal qualificado tem sido um dos problemas mais graves para se trabalhar na construção como para operar os serviços de água.

Na fase de construção apenas a FSESP procura envolver a população na construção de ligações domiciliares de água, cisternas, reservatórios domiciliares, lavatórios, fossas secas e absorventes (sumidouros), tanques sépticos, além das instalações de tanques de lavar roupa e pias de cozinha. A participação se dá através de mão-de-obra da comunidade local. Segundo dados fornecidos pela Diretoria Regional, das realizações efetivadas no exercício de 1986, de um total de Cz\$ 1.157.933,82 de investimento, as participações da FSESP, Prefeituras e Usuários corresponderam a 29,13%, 12,56% e 58,31%, respectivamente. Estes valores dizem respeito apenas a melhorias sanitárias construídas.

Na perfuração de poços tubulares, utilizam-se dos próprios equipamentos do órgão (FSESP) ou então contratam firmas especializadas para realização de tais serviços (SANEAGO). A manutenção é apenas corretiva.

O controle da qualidade da água é precário e limita-se, em determinadas situações, a análises dos aspectos físicos e químicos.

Foi observado que a utilização de equipamento de marcas diversas contribui enormemente para dificultar a operação, pressupondo-se daí, a necessidade de uma padronização mínima.

SISTEMA TARIFÁRIO:

Na FSESP a tarifa é definida pela relação entre os custos de operação e manutenção dos sistemas pelo número de ligações, o

que significa, hoje, um valor de aproximadamente Cz\$ 35,00/economia.

Na SANEAGO a estrutura tarifária a partir de 12 de janeiro do corrente é a seguinte:

5.1 - Água:

Volumes mínimos faturáveis:

. Categoria residencial	15m ³ /mês
. Categoria comercial	15m ³ /mês
. Categoria industrial	30m ³ /mês
. Categoria pública	15m ³ /mês

Tarifas mínimas e excessos:

. Categoria residencial:

De 0 a 15m ³ /mês	Cz\$ 3,17/m ³
De 15 a 30m ³ /mês	Cz\$ 5,25/m ³
Acima de 30m ³ /mês	Cz\$ 6,95/m ³

. Categoria comercial:

De 0 a 15m ³ /mês	Cz\$ 5,84/m ³
Acima de 15m ³ /mês	Cz\$ 8,42/m ³

. Categoria industrial:

De 0 a 30m ³ /mês	Cz\$ 5,98/m ³
Acima de 30m ³ /mês	Cz\$ 8,86/m ³

. Categoria pública:

De 0 a 15m ³ /mês	Cz\$ 3,49/m ³
Acima de 15m ³ /mês	Cz\$ 6,02/m ³

5.2 - Esgotamento Sanitário:

Volumes mínimos faturáveis:

. Categoria residencial	15m ³ /mês
-------------------------	-----------------------

. Categoria comercial	15m ³ /mês
. Categoria industrial	30m ³ /mês
. Categoria pública	15m ³ /mês

Tarifas mínimas e excessos:

Para todas as categorias, as tarifas do serviço de coleta de esgotos sanitários serão cobradas em percentuais correspondentes a 100% (cem por cento) do valor da água.

6. CONCLUSÕES FINAIS:

- 6.1 - Não foram observadas experiências na área de Tecnologia Adequada que possam contribuir de forma inovadora para o PNSR, pois os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para pequenas comunidades consistem basicamente de sistemas planejados, construídos e operados como se fossem reduções daqueles de grande porte.
- 6.2 - Os técnicos que existem e militam na área de saneamento prestam serviços a FSESP ou a SANEAGO, mas o setor privado carece de um certo número de profissionais capacitados para a demanda atual, o que leva, geralmente, a contratação de firmas de outros estados.
- 6.3 - Praticamente não se obteve informações de sistemas de esgotos sanitários, pois o que existe resume-se a alguns poucos sistemas e a soluções individuais com a utilização de tanques sépticos com sumidouros.
- 6.4 - Existe uma massa considerável de informações, mas que se referem à sistemas convencionais e merecem uma análise mais apurada, para avaliar a sua confiabilidade particularmente quando a determinados parâmetros como " cota per-capita", tubulação/ligação, custo de sistema/hab, etc.

Amélio Vianna David

RELATÓRIO VIAGEM A GOIÂNIA

DE 7 a 9 DE ABRIL DE 87

ÁREA: PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Rosinha Borges Dias

1. Objetivo

Colher subsídios junto a órgãos atuantes no Estado visando a elaboração do documento preliminar da Área de Participação da Comunidade em direção ao Programa Nacional de Saneamento Básico Rural.

2. Quadro dos contatos feitos (em anexo)

3. Instituições atuantes ao nível estadual no trabalho Comunitário em geral; formas usadas de participação e organização da comunidade; possíveis integrantes de um programa estadual de saneamento rural neste campo.

- Secretaria de Assuntos Comunitários (SAC)

A criação desta secretaria está dentro do Projeto de Reforma Administrativa do atual governo, aprovado pela Assembléia Legislativa em 3/4/86. Seu principal objetivo é criar mecanismos de apoio às associações de moradores. Há 630 associações no Estado de Goiás, sendo que 280 na periferia da grande Goiânia. A S.A.C. conta com 4 superintendências, sendo uma de "articulação com movimentos comunitários" que objetiva promoção e organização de comunidades. Ainda não possui um quadro de pessoal, nem dotação orçamentária.

O secretário adjunto da SAC - Dr. Daniel Ângelo é também presidente da FEGAM (Federação Goiânia de Associações de Moradores), com longa experiência neste setor.

- EMATER/GO tem atuação em 152 municípios do estado, sendo que em 53 mantém o Programa de Bem Estar Social. Este programa trabalha com grupos de mulheres rurais, jovens etc. Não há objetivo de uma organização formal dos grupos comunitários. Com a nova mentalidade que chega às EMATERES, de maior atenção aos pequenos produtores e do Programa de Micro-Bacias esta situação tende a mudar.

- SEMAGO - Superintendência Estadual de Meio Ambiente que, na atual estrutura estará ligada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (S.D.U.). Promove a criação dos COMDEMAS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento de Meio Ambiente). Não foi possível obter maiores informações sobre esta forma organizativa de trabalho com os municípios no Estado.

- Secretaria do Estado de Saúde (S.E.S.)

Dr. Halim disse que a prioridade nº 1 da SES no atual governo será a medicina de Comunidade. A curto prazo implantará a experiência em 5 comunidades (4 no interior e 1 na periferia de Goiânia). Para tal estão sendo preparadas 5 equipes (médico, assistente social, enfermeira). Cada comunidade rural terá seu agente de saúde. Este trabalho poderá ser articulado com o saneamento rural.

- SUCAM - A participação comunitária obtida com o trabalho deste órgão é individual e não coletiva: são os "colaboradores voluntários". Estes trabalham nos Postos de Notificação da Malária e Postos de Informação de Triatomíneo. Há em volta de 4000 "Colaboradores Voluntários" no interior do estado de Goiás. O trabalho da Educação Sanitária prevê numa 1ª etapa o trabalho com escolas e numa 2ª etapa o trabalho com a comunidade, através de gincanas beneficentes, mutirões para reconstrução de moradias e de formação de associações comunitárias para resolução de problemas

comuns. No município de Alexânia este trabalho comunitário está bem adiantado.

- FETAEG - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás. Atualmente há 117 sindicatos no Estado. Segundo seus estatutos sociais a FETAEG "é constituída para fins de estudar, coordenar e defender os interesses profissionais dos trabalhadores rurais do Estado".

São prerrogativas da Federação "colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria dos trabalhadores na agricultura que coordena".

A Fetaeg é o único órgão organizado no estado que tem relação direta com os futuros usuários do saneamento rural. Tem um conhecimento muito grande das condições concretas de vida nestas comunidades, tem penetração e respaldo. É mais do que justo que componham, junto com os outros representantes das instituições governamentais o grupo tarefa do Saneamento Rural. Eles tem condições de colaborar no diagnóstico da realidade, nas definições de critérios e prioridades na escolha das comunidades, na sua organização etc..

4. Impressões sobre a viagem a Goiânia

a) comentários gerais

. Do ponto de vista da Área de Participação da Comunidade a viagem propiciou a oportunidade de se obter uma visão geral do quadro institucional existente no Estado quanto aos programas, intenções, recursos humanos, concepção de P.C., interesse por saneamento rural etc..

- . Obteve-se uma base de conhecimento sobre os possíveis futuros destinatários das "orientações" ou "manuais" que serão escritas a nível do Programa Nacional.
- . Ficou mais clara a necessidade do envolvimento de órgãos com experiência em P.C. na elaboração e implantação do PESR, não só dos órgãos que já tradicionalmente vem atuando em saneamento.
- . Tornou mais evidente a necessidade de se ter a entidade representativa dos Trabalhadores Rurais (FETAEG) como uma parceira e interlocutora do Estado na elaboração de seu programa; devido ao grande conhecimento que estes tem da realidade e da sua facilidade de penetração nas comunidades rurais.

b) Questionamentos

- . A "ida em grupo" parece que muitas vezes dificultou o levantamento e aprofundamento de dados ou questões específicos de cada área.
- . As vantagens da ida do grupo precursor muitas vezes foram anuladas, devido ao fato das pessoas contactadas não serem as mesmas que iriam fornecer os dados posteriormente.
- . Parece que as instituições não estão muito interessadas em fornecer dados para um "distante" Programa nacional que ainda não concretizou seus laços com o estado. Mais do que dar informações, as pessoas (técnicos dos órgãos) queriam discutir uma situação que estão vivendo e os possíveis saídas para os problemas. Queriam respostas sobre os recursos que o Pro

grama dispõe e sobre as probabilidades do mesmo acontecer no estado. Queriam discutir e influir nas decisões sobre os critérios de escolhas das comunidades etc..

- . Não foi possível obter muitas informações previstas nos roteiros devido à recente mudança de governo.
- . Nas reuniões no final de cada dia de trabalho não se conseguiu produzir muito, devido ao cansaço da equipe. Impossível fechar os relatórios à noite.
- . A reunião inicial na SEPLAN foi importante para um conhecimento mútuo das pessoas do Estado e do PNSR e dos objetivos daquele trabalho. Entretanto não houve tempo para ouvir o Estado e discutir as diretrizes e estruturas do PNSR. Muitas instituições a ser contactadas não estavam representadas. Ficou faltando uma reunião como "fechamento" da visita.

c) Sugestões

- . Penso que seria mais natural e harmônico que a ida do PNSR aos estados representasse uma concentração de esforços no sentido tanto de obter dados para o Programa Nacional quanto de colaborar na implementação dos Programas Estaduais.
- . Seria "ético" haver com o mesmo grupo da reunião do início da visita, uma outra reunião no final para agradecer a acolhida e discutir as questões do saneamento rural. Parece que depois do levantamento dos dados as pessoas estão mais sensibilizadas para o problema.

- . Talvez pudesse ser eliminada a necessidade da ida do grupo precursor se a reunião da chegada fosse mais ampla com representantes de todos os órgãos a serem contactadas e com mais tempo para expor o que é o PNSR, ouvir o estado e montar a agenda das visitas. Seria interessante que alguém da UCP pudesse permanecer durante toda visita.
- . O contato de cada área técnica com a realidade institucional nos estados é valiosa e imprescindível para a elaboração das políticas e diretrizes para o subsetor. Entretanto, não há necessidade que este contato se faça em grupo.

Rosinha Borges Dias

Rosinha

Brasília (DF), 10 de abril de 1987.

RELATÓRIO DE VIAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Local: Goiânia (GO)

Data: de 07 a 09/04/1987

Técnico responsável: Luiz Fernando Macedo Bessa

Área: A.1 - Desenvolvimento Institucional

2. OBJETIVO

Identificação da atual situação institucional existente no Estado de Goiás para prestação de serviços de saneamento rural.

3. INSTITUIÇÕES VISITADAS E PESSOAS CONTACTADAS

a) FSESP/DRGO: Fundação de Serviços Especiais de Saúde Pública-

Pessoas contactadas:

- . Doris Gramacho - Diretor Regional da FSESP/GO
- . Mabel Del Socorro Cala de Rodriguez - Coordenadora do Núcleo de Planejamento.
- . Reginaldo Péixoto Guimarães - Diretor do Setor de Engenharia.

b) EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás

Pessoa contactada.

- . Luzia Alves - Gerente do Programa de Bem Estar Social.

c) SEMAGO: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Goiás

Pessoa contactada:

- . Sandro Junqueira

d) SDU/MA: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Pessoas contactadas:

- . Ederval Vaz - Secretário Adjunto

- . Jadson de Araújo Pires - Superintendente de Política Ambiental.

e) SES: Secretaria Estadual de Saúde de Goiás

Pessoas contactadas:

- . Halim Antonio Girardi - Superintendente de Ações Básicas de Saúde .
- . João Bosco Correa Bitencourt

f) OSEGO: Organização de Saúde do Estado de Goiás

Pessoas contactadas:

- . Omara Neves da Silveira - Assessora da Diretoria Técnica.
- . Sebastião de Carvalho - Coordenador de Vigilância Sanitária.

g) SANEAGO: Companhia Estadual de Saneamento de Goiás

Pessoas contactadas:

- . Arneziro Fernandes de Araújo - Assessoria de Planejamento
- . Roberto da Silva Leite - Coordenadoria de Organização de Métodos.

h) FETAEG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura

Pessoa contactada:

- . Amparo Sesil Carmo - Diretor

1. OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A SITUAÇÃO INSTITUCIONAL NO ESTADO

A atual organização do setor/subsetor de saneamento rural no Estado de Goiás, encontra-se distribuída principalmente entre duas entidades, que atuam diretamente no setor: FSESP/DRGO e SANEAGO (Companhia Estadual de Saneamento). Estas instituições, ao nível do Estado, desenvolvem quase todas as atividades demandadas pelo ONSR, exceto atividades de participação/organização comunitária e educação sanitária, as quais encontram-se repartidas entre outras instituições atuantes no meio rural de Goiás (EMATER, Secretaria de Saúde, entre outras).

Trabalhando com fontes de recursos e recuperação de custos diferenciados ⁽¹⁾, as instituições ligadas diretamente ao setor/subsetor no Estado, atuam isoladamente uma da outra.

Atuando em 35 municípios ao norte do Estado, as ações de saneamento da FSESP/DRGO são basicamente:

- a) melhorias sanitárias domiciliares (construção e desenvolvimento de fossas individuais, tanques coletivos, caixas d'água individuais);
- b) sistemas de abastecimento de água (construção, ampliação, operação, manutenção e administração de sistemas de abastecimento de água em 14 municípios), não desenvolvendo sistemas públicos de disposição de dejetos.

Além disso, a FSESP/DRGO desenvolve pesquisas de mananciais ou fontes de abastecimento de água, atividades de capacitação de recursos humanos e assistência técnica.

A SANEAGO, por sua vez, atua em 194 municípios, espalhados por todo o Estado, principalmente na projeção, construção, ampliação, operação, manutenção e administração de sistemas de abastecimento de água, operando em 23 municípios com serviços de esgoto. Além disso, desenvolve pesquisas de mananciais ou fontes de abastecimento de água e, desde 1983, desenvolve pesquisa

-
- (1) - as principais fontes de recursos financeiros da FSESP:
- . Tesouro Nacional/FINSOCIAL. A dotação orçamentária da Diretoria Regional é determinada a nível central, pela Presidência da Fundação, mediante a apresentação de uma proposta da própria Diretoria.
Não há recuperação de custos (fundo perdido).
- as principais fontes de recursos da SANEAGO:
- . recursos próprios (tarifas) e, para a construção de obras, capta financiamento do Fundo Estadual de Água e Esgoto (FAE) e limitados recursos da SUDECO. A Secretaria de Planejamento autoriza a alocação de recursos para o FAE e a liberação é feita pela Secretaria da Fazenda, através do Banco de Goiás, que é o gestor do Fundo.

tecnológica em saneamento.

Embora atuando isoladamente, constata-se uma possibilidade de complementarização das ações de saneamento das duas instituições ligadas diretamente ao setor/subsetor, a nível local: a FSESP pode executar melhorias sanitárias domiciliares⁽²⁾ em municípios onde a SANEAGO seja concessionária.

No que se refere especificamente às atividades para a prestação de serviços de abastecimento de água, as instituições parecem atuar sem nenhuma participação do município.

No caso da FSESP/drgo, o processo de concessão dos serviços de abastecimento de água de um município é feito da seguinte forma: à demanda da Prefeitura, cria-se uma entidade autárquica municipal, Serviço Autônomo de Água e Esgôto (SAAE), com personalidade jurídica, dispondo de autonomia econômico-financeira e administrativa. Criada a autarquia, assina-se um convênio entre esta e a FSESP, que passa a fornecer apoio técnico e administrativo. Assim, a FSESP passa a estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de água. Além disso, opera, mantém, conserva e explora diretamente os serviços de água, fiscaliza e arrecada taxas de serviços, recuperando de 5 a 10% das tarifas como taxa administrativa. Operando e administrando o SAAE com pessoal próprio, a FSESP/drgo supervisiona as atividades no município através de um Escritório Regional de Engenharia⁽³⁾, situado no mu-

(2) Nas ações de melhorias sanitárias, a FSESP/DRGO fornece o cimento, as formas de construir fossas e apoio técnico (através do auxiliar de saneamento); a Prefeitura fornece a britadeira, a areia e servidores para blocos de cimento. O beneficiário entra, geralmente, com a mão-de-obra.

(3) O Escritório Regional de Engenharia é composto por: um engenheiro, um auxiliar de contabilidade, um mestre de obra, um artífice especializado, um motorista, um auxiliar de serviços gerais, um inspetor de saneamento e dois auxiliares de saneamento.

nicípio de Tocantinópolis. Está sendo criado outro Escritório Regional no município de Guaraú.

Neste sentido, a participação do município ou comunidade nas atividades de saneamento parece ser praticamente inexistente. Segundo o Diretor Regional da FSESP/GO: "Antes os sistemas eram tocados por pessoal das prefeituras; hoje não são mais, pois caso se entregue os serviços para o prefeito, vira cabide de emprego".

Quanto à SANEAGO, a concessão é feita através de um contrato de 25 anos, mediante a autorização de uma lei da câmara municipal. Neste caso, o município não tem nenhuma participação. Sob a forma de empresa pública, a SANEAGO está dividida em quatro diretorias: administrativa, financeira, técnica e de operações. Esta última, através do departamento de serviços do interior, é responsável pela manutenção e operação dos sistemas, que é supervisionada por doze Escritórios Regionais, espalhados pelo Estado.

A estrutura organizacional da FSESP/DRGO, enquanto uma instituição federal atuante no Estado, parece ser centralizadora. Ela é determinada ao nível central, parecendo não haver uma especificidade em relação a outras Diretorias existentes em outros Estados onde a FSESP atua. Sob a coordenação do nível central, a Diretoria Regional desenvolve suas atividades técnicas e administrativas segundo normas e padrões estabelecidos ao nível central.

Da mesma forma, a estrutura organizacional da SANEAGO segue as normas gerais estabelecidas pelo PLANASA. Através de um grupo de Desenvolvimento Institucional, criado recentemente na empresa e formado por representantes de cada uma das Diretorias, foi estabelecido como um dos 10 projetos prioritários, a reestruturação orgânica da empresa.

Jurisdicionada, até o último governo, à Secretaria Estadual de Saúde, esta vinculação pareceu apenas formal. Na verdade, esta secretaria não desenvolve nenhuma atividade ligada diretamente ao saneamento rural. A prioridade desta Secretaria, no atual gover-

no, será em medicina comunitária, podendo se articular com o PNSR no levantamento e orientação das comunidades.

Embora ainda não formalizado, a SANEAGO vai estar jurisdicionada, no atual governo, à recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Criada para desenvolver a programação de projetos e coordenação das ações e obras a serem executadas por seus órgãos jurisdicionados, a SDU/MA atuará nas áreas de habitação popular, política urbana, política ambiental e política de saneamento. Esta Secretaria se propõe a criar um departamento de saneamento rural em sua estrutura organizacional, para coordenar as ações do subsetor no Estado.

Desta forma, poderá abrir-se um espaço de articulação entre as instituições que atuam em saneamento rural no Estado.

RELATÓRIO DE VIAGEM

1. Identificação

LOCAL: Goiânia

DATA : de 7 a 9 de abril/1987

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Hortênsia de Hollanda

ÁREA: Educação Sanitária

2. Objetivo

Levantamento do que é realizado na área de educação sanitária.

3. Instituições Visitadas e Pessoas Entrevistadas

3.1. FSESP/GO

- Entrevista coletiva com o Diretor Regional, Dr. Doris Gramacho.

. A pessoa responsável pela área de educação sanitária estava ausente, de férias.

3.2. EMATER/GO

- Entrevista com Luzia Alves, gerente do Programa de Bem-Estar Social.

3.3. SEMAGO - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Goiás

- Entrevistas com Sandro Junqueira (diretor da Divisão da Poluição e com Márcia da Silva Vêncio responsável pela Divisão de Educação e Divulgação.

3.4. Secretaria Estadual de Educação

- Reunião com Cristina Kratz da assessoria do Secretário e um grupo de professores convocados.

3.5. SUCAM/GO

- Entrevistá com a equipe de educação sanitária na SUCAM, coordenada por Maria Helena S. Miguel.

3.6. Secretaria Estadual de Saúde/GO

- Entrevista coletiva com Halim Antonio Girardi - Superintendente das Ações Básicas de Saúde, e João Bosco Correia Bittencourt.

3.7. OSEGO - Organização de Saúde do Estado de Goiás

- Pessoas entrevistadas:

- . Sonia Regina de Almeida Santos - Coordenadoria das Atividades Especiais, criada há 6 meses e que inclui a Divisão de Educação em Saúde (sob a responsabilidade da Enfermeira Neide Nascimento da Silva).

3.8. Secretaria de Desenvolvimento Social (voltada para o atendimento ao menor carente)

- Reunião com a Secretária Dulce Ludovico de Almeida e sua equipe técnica: Maria Auxiliadora do Carmo, Cleonice Martins Cardoso, Hildebrando Balduino.

4. Considerações Sobre o Que Nos Foi Relatado e o Que Pudemos Observar e Inferir.

Das instituições visitadas em Goiânia, a FSESP e a SUCAM são as que têm uma experiência mais estruturada e mais longa no campo da educação sanitária ligada à saúde pública.

A EMATER tem também uma experiência bastante longa, voltada para medidas elementares de melhoria das condições de higiene do domicílio e de seu entorno. Trata-se de um trabalho centrado na família e integrado com as atividades de extensão voltadas para os objetivos principais da EMATER, i.e da produção.

Nessas instituições, em que pese as diferenças de objetivos de clientela e dos recursos colocados para educação, prevalece a visão de educação sanitária como transmissão de conhecimentos para mudança ou estruturação de comportamentos da população no sentido das necessidades e das estratégias dos programas.

Em geral, os profissionais da saúde pública - da área médica e da área de engenharia sanitária - percebem a distância existente entre o seu modo de ver e pensar os problemas de saúde e saneamento, que prevalecem nas áreas rurais, e o modo como os "usuários" dos serviços de saúde se comportam diante dos mesmos problemas.

Diante das dificuldades para superar essa distância, apelam para os profissionais da área da educação, esperando que os comportamentos da população que obstaculizam os esquemas de tratamento e controle sejam resolvidos ou contornados.

Na FSESP de Goiás não pudemos verificar, na prática, como funciona a educação sanitária. Soubemos, no entanto, que ela não é muito diferente do que ocorre em outras Regionais: uma série de atividades como reuniões, palestras, distribuição de material informativo, visitas domiciliares, realizadas nas unidades de saúde, principalmente pelos agentes de saúde, destinadas ao ensino de hábitos de vida higiênica, de modos de evitar doenças transmissíveis e a outros objetivos colocados pelos programas da instituição.

Na SUCAM, o trabalho educativo está subordinado aos objetivos específicos das campanhas (D. de Chagas, Malária e Febre Amarela são as principais no Estado). Em algumas oportunidades as educadoras logram um contato mais prolongado e uma ação mais abrangente nas localidades, mas em geral são ações relâmpago acompanhando o desenrolar das atividades das campanhas. Foi mencionado o trabalho feito em Alexânia onde puderam trabalhar com escolares

e professores e mobilizar mutirão para a melhoria das condições das casas.

Na elaboração de cartazes e folhetos observa-se a mesma subordinação às características das estratégias de combate adotadas. Assim, na "boneca" de um folheto destinado a educação sanitária em D. de Chagas o "barbeiro" era apresentado como o "vilão" e o guarda-borrifador como herói salvador.

Na Secretaria Estadual de Saúde, o novo Superintendente das Ações Básicas de Saúde afirmou que a "Medicina Comunitária" terá prioridade, com "Mobilização das Comunidades" para o saneamento básico.

O Dr. Halim tenciona desenvolver a elaboração e a produção de material educativo, contando para isso com a ajuda do SENAR do Ministério do Trabalho.

Na OSEGO, que executa o que é normatizado pela SES, existe uma Divisão de Educação Sanitária integrada na coordenadoria de atividades especiais.

Estão na etapa de atendimento à demanda; palestras nas escolas; dos agentes de saúde da coordenadoria de D. Transmissíveis, etc.

Não têm uma proposta formalizada de educação sanitária. Não realizam estudos básicos para a educação sanitária como identificação dos fatores sociais e comportamentos do quadro de saúde da população.

Na Secretaria de Meio Ambiente, nos foi mostrado o material de divulgação e educação. Uma publicação recente sobre agrotóxicos impressiona pela abordagem anti-ecológica.

Secretaria Estadual de Educação na discussão sobre o papel da escola no processo de introdução de conceitos e práticas de saúde e saneamento na cultura da população rural, foi colocada a situação de extrema precariedade das escolas - nem instalações sanitárias, nem água, nem outras condições mínimas para a saúde.

Além disso, a grande maioria do professorado das escolas rurais é leigo e carente dos conhecimentos básicos sobre a saúde e saneamento.

No entanto, sendo talvez a única instituição com caráter de permanência nas zonas rurais, a escola deveria ser instrumentalizada para uma prática continuada de educação sanitária, começando com a melhoria das condições para a saúde na própria escola.

MEMO. PNSR Nº 078 /87

Brasília(DF), 27 de maio de 1987

DE : Ismael Carlos Oliveira

PARA : Valdemar Ottani

ASSUNTO: Relatório de Viagem a Goiânia-GO e Curitiba-PR para levantamento de dados sobre aspectos econômico-financeiros do saneamento rural.

Prezado Senhor,

O objetivo das viagens aos Estados de Goiás e Paraná, a serem complementadas com viagens a Pernambuco e Ceará no próximo mês de maio, foi o de colher subsídios para a "Avaliação da Situação Existente no Subsetor de Saneamento Rural", item 4.1. dos Termos de Referência da Área B-1: Formulação do Programa Nacional.

Conforme estava programado ter-se-ia que obter dados para contribuir para o desenvolvimento do subitem 2.1.1.: informações básicas e do subitem 2.1.3.: situação financeira a nível federal, estadual e municipal, da estrutura do Programa Nacional de Saneamento Rural.

De antemão sabia-se que a nível federal ou nacional, e com ramificações a nível estadual, atuavam o IBGE em levantamentos sistemáticos sobre a população e os domicílios, a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) do Ministério da Saúde com atribuição específica de prevenção, controle e combate às endemias além de levantamento de dados a nível domiciliar; e a Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) também vinculada ao Ministério da Saúde, que presta serviços de saúde e de saneamento em áreas de doenças endêmicas carentes de recursos médico-sanitários.

A SUCAM realiza sistematicamente levantamento de dados nas áreas de sua atuação. Essas informações incluem croquis das localidades com informações sobre tipo de localidade, existência de mananciais de superfície, rede de energia elétrica, vias de acesso, número de casas e número de habitantes, além de informações específicas sobre as endemias existentes. Nas diretorias regionais, esses dados são tabulados por localidade e transcritos para mapas cartográficos conforme exemplares em anexo. Para o que no momento mais se relaciona com o PNSR, a SUCAM poderia fornecer as relações atualizadas de localidades rurais com tamanho entre 200 e 5000 habitantes para os estados e regiões onde atua mais intensamente. Posteriormente, na fase de detalhamento dos projetos de saneamento rural, os croquis e mapas existentes nas diretorias regionais deverão ser bastante úteis.

A atuação da Fundação SESP é mais intensa no Norte e Nordeste do país, e nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, preferencialmente em pequenas comunidades urbanas e rurais, e em áreas estratégicas de penetração e colonização*. Dessa forma a Fundação SESP operava no início de 1986, 736 sistemas de abastecimento de água e 63 de esgotos sanitários em todo o território nacional, com exceção de São Paulo e Fernando de Noronha; administrando e operando 352 Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE's).

Por fim, os levantamentos sistemáticos do IBGE a nível domiciliar são os cursos demográficos decenais e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente. Estes levantamentos incluem, entre outras informações, dados sobre as características dos domicílios, inclusive abastecimento d'água e esgotamento sanitário, além da apuração de dados individuais ou

* Moitta, Froylan, "40 anos de saneamento - A experiência da Fundação SESP", Revista da Fundação SESP, Rio de Janeiro, 29 (2) - 183-192. 1984.

familiares sobre a renda e condição de vida das populações urbanas e rurais.

Nas visitas realizadas em Goiás e no Paraná pôde-se observar que:

- a) a SUCAM tem atuação marcante em todo o Estado de Goiás, mas realiza trabalhos de controle de endemias apenas na região norte-noroeste do Estado do Paraná. Isto significa que as tabulações de dados para o Paraná e outros estados com incidências endêmicas mais dispersas, deverão basear-se em outras fontes. A SUCAM dispõe de informações atualizadas sobre as localidades rurais dos estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste;
- b) a Fundação SESP, da mesma forma, tem uma atuação bastante modesta no Paraná e nos estados do Sul do país. Em Goiás, tem presença marcante no norte do estado, a sua região mais pobre.

Na visita ao estado de Goiás pode-se confirmar que a Diretoria Regional da SUCAM em Goiânia possui dados a nível de localidades, com atualização semestral, disponíveis em tabulações e mapas, abrangendo:

- número de casas e de habitantes em cada localidade;
- identificação da cidade, vila, povoado, sítio ou fazenda;
- descrição dos mananciais na forma de rios permanentes, córregos permanentes, lagoas e lagos;
- existência de rede de energia elétrica.

Complementarmente aos dados a serem obtidos de publicações e fitas do IBGE, essas informações serão de grande utilidade na avaliação, do subsetor de saneamento rural nos estados.

No estado do Paraná, observa-se que os procedimentos são os mesmos nos distritos sanitários onde a SUCAM tem atuação mais intensa, quer correspondam a áreas de vigilância ou a áreas de ataque.

A seguir são feitos comentários gerais e específicos relacionados a cada uma das visitas realizadas.

1. Estado de Goiás

1.1. Período: 07 a 08 de abril de 1987

1.2. Instituições e Pessoas Contactadas

- Secretaria de Planejamento e Coordenação, Superintendência de Planejamento Econômico-Social.
 - . Vinícius Junqueira - Superintendente
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
 - . Alano de Freitas - Secretário
 - . Ederval Vaz - Secretário-Adjunto
- SANEAGO - Saneamento de Goiás S.A.
 - . Marcos de Almeida Castro - Presidente
 - . José Emerenciano Grande - Diretor-Técnico
 - . Aroldo Batista - Diretor Financeiro
 - . Oswaldo Justino Duarte - Chefe de Departamento Financeiro
 - . Arnezairo Fernandes de Araújo - Chefe da Assessoria
 - . Caio Antonio de Gusmão - Chefe do Departamento de estudos e projetos.

- . João Batista Tibiriçá - Departamento de serviços do interior
- OSEGO - Organização de Saúde de Goiás
 - . Antônio Barssanupo dos Santos - Diretor-Técnico
 - . Sônia Regina de Almeida Santos - Divisão de Educação em Saúde
 - . Onara Neves da Silveira - Assessora da Diretoria Técnica
- Fundação Serviços de Saúde Pública - SESP - Diretoria Regional de Goiás
 - . Doris Gramacho - Diretor Regional
 - . Reginaldo Peixoto Guimarães - Diretor do setor de Engenharia
 - . Mabel Del Socorro Gala de Rodriguez - Coordenadora do Núcleo de Planejamento
 - . Raimundo Nonato da Silva - Inspetor de Saneamento
- Superintendência de Campanhas de Saúde Pública-SUCAM - Diretoria Regional de Goiás
 - . Yosleiro Takei - Diretor Regional
 - . João Leite
 - . Neudivar Abraão
 - . Luis Alberto Olmos Molina

1.3. Observações Gerais

À época da visita, no início de abril p.p., os órgãos estaduais estavam passando por uma reforma administrativa. A SANEAGO e a OSEGO estavam deixando de serem subordinadas à Secretaria de Saúde passando para a órbita da recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente. Por outro lado, com a

participação ativa da Secretaria de Planejamento e Coordenação, o estado acabava de criar um grupo tarefa para o desenvolvimento do programa estadual de saneamento rural. Neste grupo tarefa tomavam parte diretores e técnicos da própria SEPLAN-GO, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, da Secretaria de Saúde, da SANEAGO e da diretoria regional da Fundação SESP.

Os órgãos estaduais e as entidades federais que atuam no estado demonstraram possuir alguma experiência em cisternas de abastecimento d'água em zonas rurais e/ou pequenas localidades não abrangidas pelo programa de comunidades de pequeno porte, executando sob a iniciativa do extinto BNH/PLANASA. As entidades estaduais têm, entretanto, pouca experiência em sistemas de esgotamento sanitário. Existem atualmente, além do da capital, cerca de dez sistemas de esgotos em funcionamento em áreas urbanas. São, de qualquer forma, sistemas tradicionais de coleta e lançamento "in natura" e uma única estação de tratamento prevista para Goiânia.

Não foram observadas políticas financeiras próprias quanto a investimentos, retorno de custos de operação ou manutenção, tarifação, etc. Os procedimentos adotados são os recomendados pelos órgãos federais ou internacionais fornecedores de recursos financeiros como o BNH/PLANASA, a Caixa Econômica Federal, etc.

As atividades de planejamento do subsetor de saneamento rural vem sendo desenvolvidas principalmente pela SANEAGO e pela Fundação SESP. Existe algum tipo de participação municipal e local quanto a mão-de-obra para instalação e operação, doação de terrenos, compra de equipamentos e peças.

Foram identificadas as seguintes fontes de recursos financeiros para utilização em saneamento básico em Goiás:

- recursos orçamentários da União através do Ministério da Saúde (Fundação SESP), do Ministério do Inte

- rior (SUDECO), do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente (SANEAGO);
- recursos estaduais da Secretaria de Saúde, a fundo perdido;
 - financiamento BNH/PLANASA (REFINAS e REFINESE);
 - financiamento da Caixa Econômica Federal - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS/CEF);
 - receita de tarifas de água e esgoto que cobrem operação e manutenção dos sistemas e, em alguns casos, provisão para depreciação e serviço da dívida (SANEAGO e Fundação SESP);
 - recursos municipais (25,0%), estaduais (33,5%) e federais (37,5%) para a constituição do método programa Trienal (esgotamento em localidades urbanas com sistemas tradicionais de coleta e lançamento "in natura");
 - recursos do programa CPP (comunidades de pequeno porte) sendo 50% provenientes do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos de Goiás (FAE-GO) e 50% de origem federal (BNH) dos quais 27% na forma de financiamento retornável e 73% a fundo perdido, para atendimento de núcleos urbanos nos 244 municípios do estado (os 50% da contrapartida dos FAE's são provenientes das receitas tributárias estaduais, do retorno das aplicações efetuadas e de recursos adicionais provenientes do BNH);
 - recursos do BNH a fundo perdido para o projeto João de Barro;
 - recursos de organismos ou bancos internacionais.

1.4. A Experiência Estadual em Saneamento nas Pequenas Localidades

Para desenvolver suas atividades de planejamento, a SANEAGO, empresa estadual de saneamento, utiliza projeções populacionais a partir do Censo Demográfico de 1980. Estas projeções orientam a instalação de sistemas de abastecimento d'água nas 374 localidades urbanas dos 244 municípios do estado. Dessas localidades, a maioria com população abaixo de cinco mil habitantes, cerca de vinte ainda não possuem sistemas de abastecimento de água.

A Fundação SESP, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde, atua preferentemente na região mais pobre do Norte Goiano, realizando inquéritos sanitários, a partir dos quais são planejadas e executadas as atividades de melhorias sanitárias nas escolas e nas habitações, ligações de água, construção de tanques para lavar roupas, de reservatórios domiciliares, de privadas com fossas secas e sépticas, etc.

Apesar desse esforço, em termos de esgotamento sanitário a experiência estadual é ainda pequena. Mesmo na área urbana o Estado de Goiás tem um déficit de cerca de 80% em escoadouro de esgoto. Na zona rural a proporção de domicílios ligados à rede geral de esgoto ou com fossa séptica é de apenas 1% do total.

Entretanto, em termos de abastecimento d'água, a SANEAGO tem participado da construção e da administração de sistemas simplificados baseados em poços tubulares profundos e em captação de superfície. Através de convênio com a Secretaria de Saúde do estado, a SANEAGO construiu sistemas de água em 16 localidades (relação anexa). A Secretaria de Saúde forneceu os recursos a fundo perdido; a SANEAGO construiu os sistemas que foram entregues para as localidades administrarem. A SANEAGO constrói e opera sistemas de água em 193 núcleos urbanos com população até 5

ESTADO DE GOIÁS

LOCALIDADES ONDE FORAM IMPLANTADOS SISTEMAS
SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

CONVÊNIO: SANEAGO/SECRETARIA DE SAÚDE

Localidade

Almerindonópolis
Bacilândia (Fazenda Nova)
Caiçara (Goiás)*
Castelândia (Rio Verde)
Cibele (Itapuranga)
Faina (Goiás)*
Jerusalém (Campinópolis)
Lagoa Santa
Marcianópolis (Bom Jesus)
Mata Azul
Professor Jamil Safady (Piracaujuba)*
Santa Tereza (Novo Acordo)
São Miguel do Quebrá Linha
Silvanópolis (Campinópolis)
Taveira (Niquelândia)
Venda Seca (Goiatuba)

* Sistemas administrados pela SANEAGO

mil habitantes através do programa CPP, com recursos do governo estadual e do BNH, dos quais 27% reformáveis. Nos sistemas administrados pela SANEAGO inclui-se ainda o de Morro Agudo, construído com financiamento do Banco do Brasil à comunidade.

Nos sistemas operados pela SANEAGO, a tarifação incorpora o princípio do custo = receita, não incluindo reservas para futuros investimentos ou expansão. O critério de tarifas adotado inclui recuperação de custos com operação, manutenção, depreciação e serviço da dívida (amortização e juros), além de despesas comerciais, administrativas e fiscais.

A Fundação SESP, por outro lado, mantém 14 sistemas de abastecimento d'água na região norte do estado, construídos com recursos orçamentários da União. Nesse caso, não há a preocupação de recuperar custos de investimentos na tarifa. Esta cobre apenas custos de operação e manutenção e corresponde ao gasto médio por ligação. O consumo individual não é medido.

Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, antes do PLANASA/BNH foram implantados sistemas tradicionais de coleta e lançamento "in natura" em dez localidades goianas através do método Programa Trienal. Neste programa participaram o estado com 37,5%, as prefeituras com 25% e o BNH com 37,5% dos recursos necessários.

Atualmente está em execução um programa de expansão da rede de esgoto na capital (Goiânia) dos atuais 800 mil metros para 1,2 quilômetros, além da construção da estação de tratamento com financiamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS/CEF).

2. Estado do Paraná

2.1. Período: 22 a 24 de abril de 1987.

2.2. Instituições e Pessoas Contactadas

- Secretaria do Interior
 - . Regina Lúcia Lauand de Paula
- SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
 - . Antonio Carlos Nery - Gerente de Micro-Sistemas
 - . Wagner Pereira Barbosa - Gerente do Programa de Co
munidades de Pequeno Porte
 - . Antonio Carlos Pompermayer - Coordenador do Siste
ma de Planejamento
 - . Irájá Galliarno Andrade - Gerente de Planejamento
e Análises Econômicas
- SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e
Meio-Ambiente
 - . Álvaro Amoretti Lisboa
 - . Ivo Heisler Junior
 - . Março Aurélio Fontana
- Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
 - . Ildo Niemayer
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social
 - . Maria Luiza Marques Dias
- Secretaria de Saúde
 - . Ederaldo Conceição Telles Filho
 - . Felício Raitani
- ACARPA/EMATER - Paraná
 - . Ivo Brum Neto - Diretor Técnico

- . Francisco Alves Filho
- . Júlia Zawadzki
- . Paulo Roberto Silva Caldeira
- SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - Diretoria Regional do Paraná
 - . Gildardo Tomich - Chefe da Seção de Operação de Campo
 - . Nelson Xavier Nazareno - Chefe da Seção de Estatística
- Fundação Serviços de Saúde Pública - SESP - Diretoria Regional do Paraná
 - . Sérgio de Lima - Divisão de Planejamento
 - . Hélio Sanfelícia - Divisão de Saneamento

2.3. Observações Gerais

Ao contrário de Goiás, no Paraná não foram observadas alterações recentes na estrutura administrativa do estado, a não ser a transformação da Secretaria do Interior em Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, com a vinculação a esta da Companhia de Saneamento do Paraná - (SANEPAR), da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio-Ambiente (SUREHMA), da SUCEPAR e da FAMEPAR.

Não se encontrava até então muito bem definido o grupo de entidades que ficaria encarregado da elaboração da programação estadual relacionada ao PNSR. Como órgãos possíveis de colaboração destacavam-se, entretanto, a SANEPAR e a SUREHMA da SDU; a IPARDES da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral; a ACARPA (EMATER-Paraná) da Secretaria de Agricultura; e a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha da Secretaria de Saúde paranaense.

Em se tratando de um estado mais desenvolvido, relativamente a Goiás, inclusive na zona rural, esperava-se encontrar no Paraná uma população melhor atendida em termos de saneamento básico. Isto de fato ocorria em termos de abastecimento d'água e esgotamento sanitário na zona urbana em 1984, cujos indicadores do Paraná aproximam-se dos do Brasil e ambos são bastante superiores aos de Goiás (ver tabela).

Na zona rural, da mesma forma, o Paraná apresenta melhor situação que Goiás em termos de esgotos sanitários e a mesma deficiência em termo de abastecimento d'água. Comparativamente ao Brasil, o Paraná tem menor proporção de domicílios ligados à rede de água na zona rural e quase que a mesma proporção de domicílios com adequado escoadouro sanitário. Cerca de 8% dos domicílios rurais do Paraná e do Brasil estão ligados à rede de esgoto ou possuem fossas sépticas.

De qualquer forma, as deficiências em termos de esgotamento sanitário em um dos estados mais importantes do país causa estranheza, principalmente porque no Paraná não são graves as incidências de endemias de vinculação hídrica. Quanto ao indicador de disponibilidade de água para consumo humano, é possível que na zona rural paranaense a alternativa a poços artesianos seja mais adequada que os sistemas de rede geral com canalização para os domicílios.

4. A Experiência Estadual em Saneamento nas Pequenas Localidades

Da mesma forma que em Goiás, os órgãos paranaenses têm alguma experiência em saneamento rural, embora não se trate da existência de uma política específica para o subsetor. Existem de fato, programas administrados pela Secretaria de Saúde do estado ou pela Secretaria do Interior que objetivam a instalação de sis

BRASIL, ESTADO DO PARANÁ E ESTADO DE GOIÁS

DEFICIÊNCIAS EM SANEAMENTO BÁSICO

(% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES)

1 9 8 4

	B R A S I L			P A R A N Á			G O I Á S		
	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
	Domicílios não ligados à rede de abastecimento d'água (com poço, nascente ou outra forma de abastecimento).	14,38	92,64	33,77	12,94	97,36	39,89	40,64	97,19
Domicílios não ligados à rede de esgoto ou sem fossa séptica (com fossa rudimentar ou outras formas de esgotamento sanitário).	38,90	92,29	52,13	44,27	91,49	59,34	82,90	99,42	87,51

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1984

temas simplificados de água em localidades pequenas, além do programa CPP, desenvolvido sob os auspícios do antigo BNH.

As atividades de planejamento do subsetor são desempenhadas pela SANEPAR e pela SUREHMA notadamente quanto aos programas CPP e micro-sistemas. O IPARDES da Secretaria de Planejamento deverá colaborar nesta tarefa, já tendo realizado alguns estudos com base em dados agregados do curso demográfico de 1980.

Além das usuais fontes de financiamento, o setor de saneamento do estado dispõe de recursos provenientes do BID para o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRÓ-RURAL), com ações na área produtiva, de infraestrutura e social.

Outras fontes são o BNH/PLANASA, a FAE estadual, a Caixa Econômica Federal, o Programa de Prioridades Sociais do governo federal, as prefeituras municipais e as localidades.

Os recursos para o programa CPP, que mais se aproxima do universo a ser atingido pelo PNSR, são provenientes de fontes estaduais (FAE) na proporção de 50% e do antigo BNH na proporção restante de 50%. Estes são financiados com correção monetária e 6% de juros, carência de 2 anos e 18 anos para amortizar.

Quanto às comunidades de pequeno porte da zona urbana, 348 do total de 589 eram servidas com sistemas de água tratada sendo 321 com serviços a cargo da SANEPAR e 27 com serviços de outras companhias*. Em fins de 1985 a SANEPAR atendia apenas 53 sedes municipais com sistemas de esgotamento sanitário, notadamente grandes e médias localidades da zona urbana.

* Estudo de Viabilidade Global - Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - Período do Estudo de 1987 a 1991 - Folha 25

Entre os mais de 300 municípios do estado, as prioridades estabelecidas pela SANEPAR para investimentos em saneamento contemplam a região metropolitana de Curitiba, as localidades situadas no eixo Londrina-Maringá e as periferias das demais grandes cidades paranaenses.

As prioridades no caso do programa CPP são de atuação nas localidades onde a SANEPAR já opera, para executar serviços de ampliação, melhoria e expansão da rede ou do número de ligações. Para atender as demais localidades onde a empresa não opera são considerados os parâmetros de custo (até 17 OTN por habitante), de população existente (nº de habitantes) e de recursos disponíveis.

Dentro do programa CPP, a SANEPAR conta com a colaboração da SUREHMA na instalação de micro-sistemas de abastecimento de água (programa de micropoços).

Os micropoços e os micro-sistemas são instalados em pequenas localidades rurais e das periferias urbanas que concentram populações carentes. Os recursos empregados são oriundos do governo estadual (SANEPAR), das prefeituras municipais e das próprias comunidades. Uma parte dos recursos é proveniente da SUDESUL, a fundo perdido.

Entre 1984 e 1986 haviam sido perfurados 388 micropoços no estado dos quais 318 mostraram-se produtivos, correspondendo a um atendimento de 40% em relação às 804 solicitações recebidas. Por outro lado, estão em funcionamento 174 micro-sistemas, dos quais 48 foram executados para o PRÓ-RURAL.

Os micropoços e os micro-sistemas compõem-se de poços tubulares com 4 polegadas de diâmetro útil, vazão máxima de 20m³/hora e profundidade máxima de 80 metros. São técnica e economicamente adequados para o atendimento de comunidades rurais de peque

no porte. Com bomba submersa, compressor e bomba injetora, esses sistemas permitem:

- atendimento a núcleos habitacionais de 12 a 300 ca sa s;
- simplificação da operação e da manutenção, que são executadas pelas próprias comunidades (auto-gestão);
- participação das comunidades na etapa de construção, fornecendo mão-de-obra não especializada;
- custo relativamente acessível da ordem de 530 OTN (março/86) o micropoço e de 1000 a 1500 OTN (março/86) o micro-sistema completo com poço, equipamentos e canalização.

Os micro-sistemas implantados no Paraná beneficiam lo ca li d a d e com 67 casas (valor modal) que, no caso de comunidades carentes, ressarcem apenas o custo do combustível e despesas com revestimento e materiais de completação, correspondente a 8,1% do custo total que inclui despesas com pessoal, operacionais, mate ria is, equipamento e amortização.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRÓ-RU R A L) na sua área de infraestrutura inclui a instalação e operação de micro-sistemas de abastecimento de água nos moldes dos execu ta dos pela SUREHMA. Com recursos administrados pela Secretaria de Saúde do estado (receita orçamentária tributárias e de financia mento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), esses micro-sistemas atendem localidades de 250 a 5000 habitantes constituindo-se também de micropoços, equipamentos de compres ão e injeção, tratamento em cloração e fluoretação, e rede de distri buição ao custo entre 2 a 3 OTN por habitante beneficiado ou 10 a 15 OTN de 1897 por família ou ligação. Esses micro-sistemas são complementados ainda com a instalação de módulos sanitários.

Com custos para obras e materiais na faixa de 15 OTN por família ou ligação, a SANEPAR executa o programa de mini-comunidades com tamanho de 20 a 150 famílias, rede com ligações inferiores a 100 metros, existência de manancial de superfície (nascente) ou disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos (poços tubulares), e existência de energia elétrica quando necessário.

A diretoria regional da SUCAM no Paraná realiza atividades de vigilância e ataque epidemiológico principalmente nas regiões norte e oeste do estado. Para os municípios aí localizados estão disponíveis dados estatísticos atualizados similares aos observados em Goiás. Para o distrito de Londrina, por exemplo, estão disponíveis dados em tabulações ou mapas cartográficos atualizados até junho de 1986.

A área de maior incidência de doenças de veiculação hídrica, entretanto, concentra-se no distrito de Jacarezinho (ver mapa), no nordeste do estado. Para um programa de comunidades carentes e com prioridade na saúde da população essa região deveria ser considerada prioritária para ações de saneamento básico.

Por fim a atuação da Fundação SESP no Paraná é bastante incipiente relativamente aos estados do norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. A diretoria regional de Curitiba é responsável pela operação de sistemas de água em 5 cidades do Paraná e 15 cidades de Santa Catarina. No Paraná, a Fundação SESP opera atualmente 8 sistemas compostos de poços tubulares de 6 polegadas de diâmetro e profundidade máxima de 150 metros, como também mananciais de serra ou de superfície, com processos de cloração e fluoretação.

MEMO. PNSR/CTR 033/87

Brasília (DF), 05 de Maio de 1987

DE : Rosinha Borges Dias
Área de Participação da Comunidade

PARA : Mara Lúcia B. C. Oliveira
Coordenadora Adjunta da UCP

ASSUNTO : Relatório de visita ao PARANÁ

PERÍODO DE VIAGEM: de 22 a 24 de abril

INSTITUIÇÕES VISITADAS: SANEPAR, SUREHMA, Secretaria de Saúde, ACARPA/EMATER, Secretaria do Trabalho e Ação Social e FSESP.

1. Observações Gerais sobre os aspectos específicos referentes a participação da comunidade (P.C) nas instituições visitadas:

a) SANEPAR

Pessoas Entrevistadas: Engenheiros Antonio Carlos Nery (Gerente de Microsistemas), Júlio José Brandalise e Regina Luand de Paula (PRORURAL)

Experiência interessante em localidades na área do PRORURAL (leste e centro do estado). Nos últimos anos observa-se pelo menos 2 fases com concepções diferentes: na fase dos núcleos rurais a SANEPAR atuava com uma metodologia convencional (empregadas, não envolvimento de comunidades e prefeituras); na fase das mini-comunidades, hoje denominada micro-sistemas, a empresa adota uma nova metodologia com o envolvimento das Prefeituras e de "mutirões" dos usuários. Há 30 micro-sistemas sendo construídos e 2 em operação. Os aglomerados rurais geralmente possuem abaixo de 100 casas.

O papel ou a "participação da comunidade" foi previamente definido na fase de planejamento do programa, como foi definido também o papel da prefeitura e do estado. Todo o trabalho de mão-de-obra é da responsabilidade da comunidade - e não é computado no custo total do sistema.

Dos 30 sistemas que estão sendo construídos com mão-de-obra local, "talvez em somente 4 ou 5 tenha se conseguido que a comunidade participe realmente no seu gerenciamento". A SANEPAR e a Secretaria do Interior não contam com profissionais especializados para o trabalho de promoção e organização de comunidades. Os engenheiros acabam assumindo na prática esta função com o apoio da ACARPA. O Programa não prevê a implantação de sistemas de dejetos e, quando há aumento da oferta de água sem um adequado destino, agrava-se risco de contaminação.

b) SUREHMA

Técnico Entrevistado: Ivo Bernardo Heister Júnior.

Este órgão tem atuado com micropoços e mutirões comunitários, especialmente ao norte e oeste do estado. O papel da SUREHMA é furar os poços e fomentar a execução dos sistemas pelas prefeituras e comunidades; ela não executa. Estão atualmente com 170 sistemas funcionando, em mais ou menos 100 municípios. Cerca de 65% dos poços produtivos contam com sistemas instalados. Isto foi conseguido a partir de 1 "programação iniciada em julho/84 que consistia de:

- 1) reunião com Prefeitura e lideranças da localidade a ser perfurado o poço;
- 2) reunião com a comunidade explicando a necessidade de haver água de boa qualidade e sua importância;
- 3) estimular a comunidade para execução de mutirões".

Afirmam que os resultados foram expressivos e ao final de 85 já haviam sido executados 64 sistemas. Como atuam em região mais desenvolvidas e organizadas, as comunidades e prefeituras as sumem bem o trabalho de executar e operar os sistemas.

c) Secretaria de Saúde

Profissionais Entrevistados: Rosely do Departamento de Saneamento e Vigilância sanitária, Maria Apa cida Paleari Silva do Departamento de Serviço So cial e Sandra Mara Gomes da Silva, representante da Saúde na Secretaria Especial de Reforma Agrária.

Fazem questão de afirmar que a concepção de P.C. do órgão não se restringe ao uso da mão-de-obra da comunidade para baratear os custos. O saneamento é entendido dentro de um trabalho mais amplo com a população, visando o seu desenvolvimento com um todo.

No período que contavam com recursos do FINSOCIAL e PIASS (80 a 82) foram construídos 137 microsistemas. Depois houve uma fase de repassar o recurso para as Prefeituras. Hoje preferem envolver a Prefeitura na construção do sistema, mas não há repasse de recurso. A comunidade gerencia com a Secretaria a implantação das obras. Contam com o apoio da ACARPA para o trabalho de mobili zação e organização comunitária na zona rural. Na periferia urba na este trabalho de saneamento básico comunitário é desenvolvido com apoio do Serviço Social da Secretaria de Saúde.

A atividade de saneamento é considerada como um canal que viabiliza a atuação mais ampla da saúde na comunidade, "é uma porta aberta para o trabalho comunitário, que se inicia em torno de ações concretas, não só no discurso".

As dificuldades mais comuns são: operacionalizar a articulação entre os diversos órgãos de governo, contar com técnicos que tenham compromisso com este tipo de trabalho e a falta de infra-estrutura(carros, verbas, interesse da chefia etc.)

- Visita a Campo: na comunidade rural de Ribcirão Grande, do município de Campina Grande, acompanhados por técnicos da Secretaria de Saúde. Entrevista com o Sr. Odilon - presidente da Associação de Moradores e responsável pelo gerenciamento local das atividades (apontamento dos dias trabalhados pelos moradores, recebimento da contribuição mensal para a manutenção, controle do trabalho da prefeitura, recebimento do material etc.) A prefeitura apoia com transporte; cede um encanador e parte do material para as ligações domiciliares; a Secretaria é responsável pelo Projeto (engenheiro tecnológico) e a ACARPA pelo trabalho de promoção e organização comunitária.

d) ACARPA/EMATER (vinculadas à Secretaria de Agricultura).

Entrevista com Júlia Zawadzki da Área de Bem Estar Social e com Rogério Falkuz da Área de Assentamentos e Reforma Agrária.

A concepção de extensão rural e a conseqüente importância da P.C vem mudando nos últimos 7 anos, no Paraná. Desde 1980 se inicia o discurso do planejamento participativo. Em 1984, depois de um aprofundado diagnóstico interno e consulta à população são estabelecidas novas estratégias que incluem: "privilegiamento no atendimento aos pequenos agricultores; compromisso com os trabalhadores rurais e com os Sem Terra; busca de um tipo de trabalho democrático e participativo; apoio à organização e mobilização dos agricultores; participação dos mesmos nas decisões".

A ACARPA atua em 287 dos 311 municípios paranaenses e a Área de bem estar social está presente em 124 municípios. Esta área é que está encarregada do trabalho mais organizativo, com grupos de mulheres, jovens etc.

A concepção de P.C exige que se discuta tudo com a comunidade e que as próprias pessoas levantem seus problemas. Tem atuado com o trabalho comunitário em apoio dos projetos de saneamento rural da SANEPAR, da SUREHMA e da Secretaria de Saúde.

Na área de assentamentos atuam em apoio à produção. Em nenhum dos assentamentos definitivos, provisórios ou acampamentos possuem saneamento rural. Em todos já há organização comunitária. Pensam que o tamanho ideal para haver participação real dos moradores, são comunidades de até 20 ou 30 famílias.

Foram apresentados alguns "vídeos" relacionados ao Saneamento Rural (comunidade de Morretes da área do PRORURAL e o curso de água), material e trabalho muito interessantes.

e) Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETAC

Entrevista com os Coordenadores Renato A. Carneiro e Hilária Zimowske de Desenvolvimento Comunitário.

A proposta básica desta Coordenadoria é trabalhar com organização e conscientização comunitária, o que é feito principalmente através de 2 programas: Treinamento de Agentes comunitários (os cursos são realizados em níveis municipais, micro-regional e estadual) e Apoio a Prefeituras Municipais. Atualmente estão apoiando cerca de 290 projetos comunitários em 107 municípios (exemplo: grupos de produção, hortas comunitárias, "vacas mecânicas" etc). A obra em si é considerada apenas um instrumento concreto para desencadear o processo de participação e organização comunitária.

priori e toma a forma apenas do uso da mão-de-obra local, até aquela encarada num sentido mais amplo de discussão e gerencialmente das decisões que envolvem a implantação dos sistemas. A experiência existente no estado é rica e significativa para o PNSR e mereceria um estudo mais aprofundado. Tal vez as diferenças entre as diversas instituições devessem ser colocadas com maior clareza para serem enfrentadas, pois o objetivo de um programa estadual é somar esforços e não dividi-los. Sugere-se 2 dias de estudos e debates sobre P.C em S.R, com elementos dos diversos órgãos estaduais e PNSR.

b) A metodologia de implantação dos micro sistemas da SANEPAR é interessante e conta com muitos aspectos positivos mas há alguns pontos questionáveis diante da proposta do PNSR:

- Primeiro, o programa parece estar sendo implantado dentro da lógica apenas de obra de engenharia e não como uma atividade de atenção básica à saúde. A última etapa da estratégia é a "entrega da obra" à comunidade e à Prefeitura - momento em que se encerra a responsabilidade da empresa e geralmente se iniciam os problemas de manutenção e operação. Como pode se "entregar" uma obra que desde o início deveria estar se fazendo com a comunidade, e portanto, já é dela?

- Todas as decisões que envolvem o projeto foram tomadas à priori, pelos técnicos do estado, inclusive aquelas sobre qual é o papel de cada um (comunidade, prefeitura, órgãos do estado) na execução dos projetos, portanto não há participação.

- Há importantes etapas na implantação que ainda são destinadas à empreiteiras.
 - Não está prevista a implantação de sistemas de dejetos.
- c) Se, para o futuro programa estadual a P.C é importante, 2 órgãos devem ser acionados na sua elaboração: ACARPA e Secretaria do Trabalho e Ação Social devido a especificidade da contribuição e a competência no assunto, que estão capacitados para dar. A P.C. em saneamento rural não pode ser feita amadoristicamente.
- d) Há uma informação importante fornecida por Dra. Hilária (SETAC) que merece uma verificação pela área de P.C do PNSR - é à respeito de uma avaliação da situação da Ação Comunitária no Brasil encomendada pela Inter América Foundation (entidade ligada ao Senado norte-americano) à Fundação João Pinheiro de Minas Gerais. Foi realizada uma avaliação por amostragem da situação nos estados de Pernambuco, Paraná e Minas Gerais. Já existem resultados preliminares.
- e) Há, na ACARPA e na Secretaria de Saúde materiais sugestivos e ricos gravados em fitas de vídeo casete referentes a saneamento que poderiam ser aproveitados pelo PNSR.
- f) Avaliação: a visita ao Paraná proporcionou oportunidade de obtenção de importantes dados sobre a situação da P.C.. Há profissionais altamente capaci

tados nesta área que talvez pudessem assessorar o PNSR no futuro, como por exemplo: Julia Zawadzki (ACARPA/EMATER) e Hilária Zimowske (SETAC). Entretanto, ficou faltando uma reunião no final da visita com representantes das instituições visitadas para uma breve avaliação e agradecimento pelas gentilezas da acolhida.

Amiba Bellas

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL: Paraná

DATA: 22 a 24/04/87

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Lucibel Naves

ÁREAS: Recursos Humanos e Educação Sanitária

1. Instituições Contactadas

- SANEPAR
- SUREHMA
- Secretaria de Saúde
- ACARPA
- FSESP
- FUNDEPAR

Visita ao Campo: Município de Campina Grande do Sul
- Comunidade de Ribeirão Grande.

2. Apresentação

Pretende-se com o presente relatório dar uma visão geral da situação dos Recursos Humanos e Educação Sanitária desenvolvida pelos órgãos públicos que lidam direta ou indiretamente com a questão do saneamento, em áreas rurais.

Os comentários são tecidos a partir dos relatos das instituições visitadas, no Paraná, no período de 22 a 24/04/87 (ver Anexo I). Eles são frutos de contatos breves, onde as informações obtidas neste estado foram tratadas de forma superficial, devido ao escasso tempo, para que esses fossem mantidos.

Entretanto, o trabalho tem sua importância na medida em que possibilitou iniciar um intercâmbio de informações e experiências, entre as esferas de poder, no âmbito federal e estadual; propiciou a identificação das instituições e técnicos que poderão ser envolvidos no Programa Estadual e contribuiu, ainda, no levantamento da situação do saneamento, na área rural, oferecendo subsídios para a definição das diretrizes gerais do Projeto Nacional de Saneamento Rural.

3. Relato Analítico da Situação de Recursos Humanos e Educação Sanitária

3.1. Recursos Humanos

Todas as instituições visitadas têm uma atuação que se relacionam com o saneamento de um modo geral. Porém, com experiência exclusiva, em saneamento, em áreas rurais, apenas a FSESP se sobressai, apesar de ter uma ação restrita, sem dar cobertura ao estado como um todo. Sua ação consta de 1957 através da instalação de esgotos sanitários em localidades rurais. Para esse fim ela formou auxiliares e inspetores de saneamento, bem como realizou ações de educação sanitária. Atuou também como órgão normativo prestando cooperação técnica a Secretaria de Saúde e ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE. No momento está passando por um processo de definição do seu papel.

Em termos de estruturação do setor de desenvolvimento de recursos humanos, que tem ações planejadas e conta com infraestrutura e com tecnologia para realização dos cursos, destacam a SUREHMA, a SANEPAR e a ACARPA, onde a política de recursos humanos está aliada a uma política de pessoal.

Cabe ressaltar que a partir de 1983 houve uma mudança de enfoque da administração pública, no Paraná. O governo empossado assumiu com a proposta de promover a democratização do poder e

abrir espaços para a participação da sociedade civil, na discussão dos programas públicos a serem elaborados. Isto implicou em alteração na prática das instituições, nos seus objetivos, sua estrutura e programas. Entretanto, o setor de recursos humanos foi afetado até certo ponto por este clima. Apesar de todas as instituições ressaltarem que estão se reestruturando, não fica muito evidente a preocupação com a capacitação do pessoal de um modo geral para assumir o novo contexto político que estas instituições estão inseridas. A tônica dos cursos continua sendo para o aperfeiçoamento dos conteúdos técnicos e gerenciais no sentido de desempenhar a sua tarefa específica, sem dar ênfase a preparação do pessoal para a compreensão do papel social que as instituições ocupam na sociedade e qual a função social das atividades que estas realizam.

Outra questão que nos parece importante, para uma análise, é o fato de que na realidade, o setor de desenvolvimento de recursos humanos não desempenha um papel preponderante, enquanto fornecedor e receptor de subsídios para a definição da política da instituição. Ele em geral é um setor que cumpre, apenas, uma função até certo ponto isolada, não interferindo mais efetivamente numa condução mais articulada dos programas que são encaminhados por estas instituições.

3.2. Educação Sanitária

Pelos contatos mantidos, observou-se que no Estado do Paraná não existe uma proposta formalizada sobre educação sanitária. Pode-se dizer que o momento se caracteriza por uma transição de concepção teórica e prática da educação sanitária.

No entanto, no bojo desta transição foi evidenciada uma tendência mais explícita, de atuação interinstitucional (ACARPA, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e SUREHMA) que vem discutindo este tema, enquanto processo educativo no contexto das instituições públicas.

A proposta se fundamenta no entendimento de que o processo educativo deve superar as práticas eventuais, verticais e a visão exclusivista e setorial das questões sociais. Sobretudo, deve ser uma prática de intervenção que vise contribuir na transformação da sociedade brasileira. A prática de elaboração dos programas oriundos de diagnóstico da realidade, a partir da ótica somente institucional, onde o conhecimento produzido não refletem as características dos grupos sociais, do seu contexto cultural e dos seus interesses, deve ser substituída pelo processo de diálogo com os referidos grupos. Esta intervenção prevê que os grupos sociais, envolvidos no trabalho, devem apropriar do conhecimento de sua realidade de forma crítica bem como o acesso ao saber técnico científico. O processo educativo deve fortalecer as formas organizativas dos grupos sem com isto, órgãos públicos assumirem os espaços que de direito pertencem a estes segmentos.

Araceli Moura

ANEXO I

RELATO DAS INSTITUIÇÕES VISITADAS NO PARANÁ

1. Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR

Companhia de Saneamento do Paraná, é uma empresa de economia mista, atua no tratamento dos esgotos sanitários, e, também, em programas de gás metano. Serve a quinhentos sistemas de abastecimento de água, atingindo 80% dos municípios do Paraná. Tem quatro mil e duzentos funcionários. A empresa está organizada em três diretorias: Diretoria da Presidência - responsável pelo estabelecimento da política da empresa e setor jurídico; Diretoria de Engenharia - responde pelos projetos, obras e produção (aí estão 80% dos recursos humanos da empresa); Diretoria Administrativa - serviços gerais, administrativos, transportes, suprimentos e recursos humanos.

A relação da empresa com o usuário está fundamentada nas diretrizes da política de governo. Com o processo de abertura, a partir do final de 82, a SANEPAR iniciou uma nova forma de atuação. Treinou os seus funcionários para intervir junto ao usuário, no sentido de reconhecê-lo como agente principal da sua ação.

1.1. Recursos Humanos

Na estrutura organizacional da empresa existe uma Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, que compreende as seções de recrutamento, seleção e treinamento.

A seção de treinamento tem como atribuição o desenvolvimento dos recursos humanos da empresa. Os treinamentos são planejados e operacionalizados em função da admissão de pessoal, implantação de novas tecnologias, reciclagem de pessoal e mudanças de cargos.

O modelo adotado na área de treinamento foi ajustado a partir de pressupostos teóricos e de várias experiências. Nos últimos sete anos houve um investimento considerável na área de recursos humanos, com a implantação de novas tecnologias. Existe neste setor um sistema de avaliação constante.

Dentro da linha de treinamento, o setor de recursos humanos trabalha com cursos internos e externos. Os cursos internos são realizados pelos próprios técnicos da empresa, e estão concentrados na área de operação de sistemas de abastecimento, conforme prioridades definidas pela Companhia. Os cursos externos estão dirigidos, em geral, para capacitação de técnicos (engenheiros), com a finalidade do aperfeiçoamento em manutenção dos serviços, junto com a CETESB.

A SANEPAR tem um convênio com o SENAI, visto que esta operacionaliza um sistema de treinamento, através de simuladores, que consistem em carretas volantes que são acopladas em um sistema de abastecimento de água, visando um treinamento teórico prático sobre a operação e manutenção do referido sistema.

O orçamento da área de RH é anual e é feito com base nas necessidades de cada setor, realizado pela seção de treinamento de pessoal, responsável, também, pelo planejamento, execução e acompanhamento dos treinamentos.

A admissão de pessoal é feita através de um teste prático, entrevista com o psicólogo, teste psicológico e entrevista com a chefia. Nos cargos que envolvem atendimento ao público há uma selação integrada (diversas diretorias).

1.2. Educação Sanitária

A primeira iniciativa de atuação em um trabalho voltado para o usuário foi o Programa de Atualização de Conhecimento - PROACO. Inicialmente esteve dirigido para os funcionários, atra

vés de informações sobre a SANEPAR, suas ações no tratamento da água, objetivando que os funcionários repassassem as informações para os usuários. Este trabalho foi realizado através de audio-visual, folhetim e palestras. A partir de uma avaliação, concluiu-se que este trabalho era uma tarefa do setor de comunicação social.

Outro trabalho realizado, foi um treinamento para os representantes das associações de moradores, que vão operar o sistema de abastecimento de água, do Programa Micro Comunidade. Neste Programa a SANEPAR atuou junto com a ACARPA na mobilização de algumas comunidades. O trabalho consistiu em sensibilizar a comunidade para operar os sistemas a serem implantados.

2. Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA

Órgão técnico normativo, de pesquisa e de fiscalização que tem como atribuição específica gerenciar os recursos hídricos e o meio ambiente no Estado do Paraná. Atua de forma a desvolver ações de proteção do meio ambiente contra qualquer agente "poluidor ou perturbador". É responsável, também, pela quantificção e qualificação dos recursos hídricos estaduais.

Conta com um quadro de técnicos especializados que desvolvem projetos científicos, identificando tecnologias alternativas de produção e controle ambiental, que reduzam as agressões do meio ambiente e, por outro lado, alertam as comunidades sobre a responsabilidade que lhes cabe na luta pelo seu espaço de vida.

2.1. Recursos Humanos

A partir de 1983 houve uma alteração na relação da SUREHMA com a comunidade. "A instituição iniciou um processo de democratização interna, rompendo com a liderança autoritária". A partir daí foi desencadeado um processo de discussão, sendo realizados vários debates, seminários e treinamentos, no sentido de

propiciar uma atualização constante dos seus recursos humanos. Para tanto foi estruturada uma política de treinamento, que atende-se as reais necessidades da instituição, do ponto de vista técnico (desenvolvimento e da incorporação de tecnologias de ponta e apropriadas) e gerencial e administrativo (visando melhorar o seu desempenho e agilizar a execução de seus serviços, atividades e ações).

Atualmente existe uma Assessoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos - ADRH, localizada junto ao grupo de planejamento e controle, ligada a assessoria do gabinete, que é responsável pela coordenação do desenvolvimento de recursos humanos da SUREHMA. Detecta necessidades de treinamento, contrata consultores, instrutores, estabelece a programação anual, faz avaliação e viabiliza a realização do treinamento.

Trabalha de forma articulada nos treinamentos, através de convênios e contratos com os órgãos: MDU, SEMA, GTZ Alemanha, SUBIN, SEPLAN, DENAE.

A programação dos treinamentos é elaborada mediante levantamento de necessidades feito pelos coordenadores de núcleos, superintendentes-adjuntos, assessorias, e outros, e montada de acordo com as prioridades estabelecidas pela Superintendência.

Atua nas áreas de pós-graduação, especialização, extensão e treinamento técnico operatório.

De acordo com a política estabelecida, são considerados treinamentos, os seguintes itens:

- a) cursos de curta duração;
- b) cursos de especialização (60 a 90 dias);
- c) cursos de pós-graduação (1 a 4 anos);
- d) cursos regulares de nível superior;

- e) cursos de correspondência (ensino a distância);
- f) intercâmbio com entidades-afins;
- g) participação em congressos;
- h) participação em seminários;
- i) participação em simpósios;
- j) participação em encontros;
- l) participação em conferências;
- m) estágios;
- n) reuniões técnicas (elaboração de normas técnicas, desenvolvimento e intercâmbio de metodologia científica);
- o) treinamento técnico operacional;
- p) treinamento operacional prático;
- q) mesas redondas (sobre assuntos técnicos com consultores e autoridades técnicas).

A divulgação é feita pela ADRH às superintendências adjuntas das áreas envolvidas, distribuindo-se, amplamente, o cronograma de realização dos cursos, internos e externos, programados pela SUREHMA. São, também, divulgados regularmente os programas de cursos oferecidos por outras entidades.

Os recursos financeiros para execução da programação anual de treinamento são estabelecidos em dotação orçamentária, no montante equivalente a 4% da folha de pagamento bruto anual da SURHEMA, com recursos do Tesouro. Não há limitação de recursos obtidos de outras fontes, desde que especificadas as finalidades.

As despesas decorrentes de cursos de pós-graduação, de cursos regulares de nível superior e de cursos no exterior não integram a dotação orçamentária referida.

Os critérios de participação em treinamento são defi
nidos em instruções específicas, relacionadas com a natureza do
treinamento e assim especificadas:

- a) participação de funcionários em cursos internos;
- b) participação de funcionários em cursos externos.

2.2. Educação Sanitária

A educação ambiental é realizada na SUREHMA pela as
sessoria de Educação Ambiental e Comunicação Social, ligada à Su
perintendência.

Esta assessoria desenvolve projetos educacionais em
duas áreas:

- a) formal (Convênios) - trabalho promovido em conjun
to com as Secretarias de Educação, Agricultura, In
terior e da Cultura e Esporte, através de um pro
grama educativo, nas escolas públicas do Estado,
onde se procura desencadear um processo de análise
crítica da questão ambiental;
- b) informal - trabalho desenvolvido através de pales
tras, seminários, reuniões em associações de bair
ros, de profissionais liberais, em entidades con
servacionistas e sindicatos, com o objetivo de dis
cutir com a comunidade assuntos relacionados ao
controle de qualidade ambiental ou sobre o próprio
trabalho da SUREHMA.

Na área formal está sendo desenvolvido um projeto pi
loto, no município de Araucária. É um município essencialmente
agrícola, onde estão sendo implantadas diversas fábricas
(ULTRAFÉRTIL, PETROBRÁS, e LABRA) propiciando um índice alto de
poluição, que tem provocado "desmaio nas pessoas".

Por solicitação da comunidade foi celebrado um Convênio entre a SUREHMA e a Escola Júlio Szimanski, para encaminhar o trabalho educativo, que conta com a participação da Secretaria de Educação, Associação Ambientalista do PR e Departamento de Educação Municipal.

Inicialmente foi realizado um treinamento, para os 50 professores da Escola, por um especialista na área de meio ambiente. O conteúdo do curso foi organizado no sentido de permitir o questionamento do discurso da Escola em relação ao meio ambiente, como uma disciplina específica. Foi enfatizada a necessidade de se ter uma visão integrada da questão ambiental nas diversas disciplinas.

Outro projeto está sendo desenvolvido no Complexo Lagunas, que abrange Paranaguá, Antonina, Morretes e Quaraquecaba. Esta região é considerada o 3º stuário do mundo. O trabalho educativo se volta para uma sensibilização das comunidades em relação ao desenvolvimento regional. Está sendo iniciado um trabalho com os professores, visando discutir as características da região e a questão ambiental.

3. Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social - SESB

3.1. Recursos Humanos

Existe, na estrutura organizacional da SESB, um Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CDRH, responsável pelas seguintes ações: administração dos recursos financeiros da área de RH; elaboração de projetos de cursos de capacitação, a partir de levantamentos de necessidades; análise de projetos que vêm das assessorias técnicas e dos distritos sanitários e execução de programas do Ministério da Saúde. Desenvolve, também, pesquisas sobre os cursos realizados.

No momento, o CDRH vem repensando o papel dos recursos humanos na Secretaria, tendo sido desencadeado, a partir de 1983, um processo de discussão interna em toda a Secretaria e, no entanto, a estrutura organizacional ainda se mantém. Considera-se que o desenvolvimento de RH pressupõe, também, as formas de admissão, seleção e administração de pessoal e não se resume apenas, em fazer cursos.

A admissão de pessoal é feita de forma variada. Para a categoria de agentes de saúde faz-se uma seleção interna, através de provas de conhecimentos básicos e entrevista, e para os profissionais de nível superior o ingresso, geralmente é feito através de indicação.

As ações de saneamento são encaminhadas pela equipe, constituída dos seguintes profissionais: tecnólogos, inspetor de saneamento, agente de saneamento, veterinário e engenheiro sanitário.

O trabalho do CDRH está voltado para os funcionários da Secretaria de Saúde de um modo geral agentes de saneamento e saúde que estão lotados nas prefeituras.

Os tecnólogos fazem cursos de especialização em saúde pública e são reciclados em programas integrados no Paraná. Neste caso existe uma programação anual com orçamento definido. No programa integrado existente, o tecnólogo da SESB é responsável pela parte da coleta de dados, a SUREHMA faz a análise desses dados e a SANEPAR os corrige.

Até 1985 o agente de saneamento desenvolvia o "poder de polícia". Seu trabalho consistia em fazer fiscalização e denúncias sobre as aparências apreendidas das situações irregulares constatadas sem procurar compreender o contexto das questões identificadas.

Atualmente, o seu papel passa por uma nova abordagem, na perspectiva de conhecer as situações problemas, irregularidades, e discutir com a população alternativas de solução.

Por outro lado, esse agente tinha como atribuição atender os setores de vigilância sanitária, alimentos, saneamento básico e meio ambiente e o setor de zoonose. "Era tido como o quebra-galho do local". Em contra-partida não era exigido dele nenhuma capacitação formal. Percebia um salário mínimo e meio. Segundo o assessor da CDRH, toda esta situação repercutia na realização do trabalho.

Duas modalidades de capacitação estão sendo realizadas para os agentes de saneamento e saúde. Uma, são os cursos emergenciais, objetivando a reciclagem para as atividades que desenvolvem. Estes cursos são operacionalizados mediante solicitação dos distritos sanitários e apoiados financeiramente pelo CDRH.

Outro curso que está em fase de elaboração de currículos, são os de longa escala, proposta do Ministério da Saúde, visando a definição e formalização de categoria profissional.

3.2. Educação Sanitária

Na estrutura da Secretaria existe uma Divisão de Educação em Saúde, que até 1983 atuava em saneamento escolar, em áreas urbanas e rurais.

Hoje não existe uma diretriz específica para esta Divisão. Ela conta com apenas uma pessoa. No entanto, nos distritos sanitários, ainda tem o educador em saúde, que na maioria é o pedagogo com curso de especialização em saúde pública.

Anterior a 1983 a Divisão de Educação em Saúde executava os programas e seguia as orientações do Ministério da Saúde. Em geral eram programas voltados para o planejamento familiar e

suplementação alimentar, dirigido aos grupos de mães, gestantes, alunos e professores.

O trabalho educativo tinha como concepção uma prática voltada para mudanças de comportamento, mediante ensinamentos de hábitos em especial de higiene. O conteúdo era repassado através de palestras, cartazes e boletins informativos.

Apesar de existir uma proposta de integração do conteúdo da educação em saúde aos currículos escolares isso não chegou a ser efetivado.

Atualmente existe uma tentativa de estabelecer uma proposta de saúde originada da realidade da população de cada localidade, onde o trabalho educativo será um processo de toda a equipe que estiver envolvida com a questão da saúde.

O trabalho com a comunidade é realizado em conjunto com a ACARPA que reúnem a população para levantar e discutir os seus problemas e traçar o plano de saúde para aquela comunidade.

4. ACARPA

A partir de 1983 a empresa passa por reformulações na sua forma de atuar, definindo novos compromissos na busca do desenvolvimento tecnológico, gerencial, político, sócio-econômico e cultural da família rural e seu meio ambiente. Pauta sua ação no processo democrático, educativo e participativo. As ações de organização social e desenvolvimento passa a ser tarefa de todos os técnicos. Neste sentido o setor de recursos humanos da empresa está em processo de mudança da sua estrutura de capacitação dos cursos humanos.

A empresa tem uma Coordenadoria de Recursos Humanos que está dividida em três núcleos:

- a) núcleo de registro (contratação de pessoal);
- b) núcleo de administração dos recursos humanos;
- c) núcleo de desenvolvimento de recursos humanos.

O núcleo de desenvolvimento de recursos humanos é responsável pela capacitação técnica e gerencial. Existe uma assessoria pedagógica que dá suporte aos treinamentos de um modo geral. Sua atuação vai desde detectar necessidades de treinamento junto ao campo até a fase de avaliação de resultados.

Na área gerencial, o trabalho surgiu a partir de um diagnóstico da empresa, que resultou em treinamentos para as chefias abrangendo escritório central, regional e posteriormente os escritórios locais. Este trabalho está orientado na linha do desenvolvimento comportamental, a partir das necessidades.

Na área técnica os treinamentos estão mais dirigidos para o pessoal de campo, que são aproximadamente 500 técnicos das seguintes categorias profissionais: enfermeiros; assistentes sociais; nutricionistas; pedagogos; economista doméstica; engenheiros agrônomos; veterinários; zootecnistas e técnicos agrícolas de nível médio.

Os treinamentos são internos e externos, inclui desde uma visita para conhecimento de processos até cursos no exterior, atingindo o nível de pós-graduação e especialização. São realizados no momento do ingresso de pessoal e em serviço.

A seleção de treinandos é feita a partir das necessidades das realidades, locais e dos funcionários.

A avaliação de desempenho ocorre quadrimestralmente, porém não tem um processo científico de avaliação. A partir destas avaliações, as ações são reformuladas.

A empresa usa os mais variados tipos de material apropriado de apoio, aos treinamentos que incluem vídeo até uma simples xerox, que são produzidos internamente e externamente.

Com relação ao orçamento é elaborado o plano de desenvolvimento de recursos humanos com base nos levantamentos de campo, sendo especificado o nome do treinamento, número de participantes e época de realização e local. Para cada treinamento é feito um orçamento com recursos do BIRD, EMBRATER e ACARPA.

Não existe treinamento específico para recursos humanos em saneamento, tendo em vista que sua atuação é mais abrangente, está voltada para a área da produção.

5. FUNDEPAR

A FUNDEPAR, através de um levantamento de dados estatísticos, identificou a existência de 1500 escolas sem água potável, para merenda escolar e higiene pessoal. Neste sentido fez um projeto objetivando captar recursos a fundo perdido, que se encontra em negociação com o MDU.

Tem como proposta realizar o censo educacional em treze mil escolas rurais, com a finalidade de identificar os aspectos físicos dos prédios escolares, condições dos poços d'água e situação das privadas higiênicas. Para este trabalho está previsto o envolvimento de outras secretarias do estado, prefeituras e pais dos alunos.

Com a reestruturação, recente, da FUNDEPAR foi criado o Departamento de Assistência ao Educando, que ficou com a responsabilidade pelo programa de saúde escolar. Cujo programa tem gerado práticas dentro da escola que vem demandando serviços e recursos em detrimento da sua aplicação em objetivos escolares específicos.

O programa de saúde escolar está voltado para os problemas que estão diretamente relacionados com a aprendizagem (saúde geral, oftalmologia, odontologia e audiologia). No entender da equipe a preocupação da saúde escolar deve ser orientada de forma a perceber estas questões no contexto do saneamento e de uma política de saúde pública.

Nesta perspectiva deve haver concentração de recursos e esforços das instituições (Saúde, Educação e Bem-Estar Social) no sentido de manter maior integração administrativa e técnica. Isto já está sendo de uma certa forma concretizado visto que a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, ACARPA e SUREHMA vem discutindo uma nova proposta de educação, onde não se deve ter programa de educação específica (ambiental, trânsito e saúde).

Do trabalho conjunto destas instituições foram tiradas duas diretrizes que são:

- a) implantação do ciclo básico;
- b) reorientação dos conteúdos curriculares.

O ciclo básico consiste no período necessário para alfabetização, acabando com a seriação.

A reorientação dos conteúdos curriculares deve se voltar para fortalecer os conhecimentos básicos (português, matemática) e unificar os conteúdos que estão sendo trabalhados de forma isolado, caso da educação ambiental, educação em saúde e educação do trânsito. A educação sanitária deve ser o dia-a-dia da escola, pensada não como tarefa esporádica e de conteúdo particularizado.

6. FSESP

A FSESP do Paraná tem a coordenação da Diretoria Re

gional Sul que congrega os Estados do PR, SC e RGS. No Paraná ela atua em apenas cinco municípios e oito sistemas.

Na Diretoria Regional, localizada em Curitiba tem 60 funcionários. Tem mais três diretorias, engenharia, saúde e administração.

Em 1986 foi criado um núcleo de recursos humanos e ainda, está em fase de estruturação.

A FSESP através de convênios presta cooperação técnica ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE. Ela forma (inspetor e auxiliar de saneamento) para atuar junto ao SAMAE que na área urbana intervém no abastecimento de água e na área rural na questão do esgoto. Na década de 70 formou mais de 500 auxiliares de saneamento e 20 inspetores.

Com relação a educação sanitária, atualmente, está meio desativada tendo em vista a própria reestruturação da instituição. Porém, o trabalho de educação sanitária era uma atividade da equipe da FSESP como um todo. Era realizado através de visitas domiciliares, reuniões, palestras, filmes, objetivando o ensinamento de hábitos higiênicos, técnicas de cozinha, cuidados com recém-nascidos e o desenvolvimento das epidemiologias. Neste trabalho era identificado lideranças da "comunidade", com a finalidade de organizar o trabalho de construção de privadas higiênicas, onde a população beneficiária participava com sua força de trabalho a FSESP com a assistência técnica e financeira, em torno de 2% do custo da obra e a prefeitura cobria o restante.

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL : Curitiba-Paraná
DATA : 22, 23 e 24/04/87
TÉCNICO : Arnóbio Viana David
ÁREA : A.5 - Engenharia e Desenvolvimento Tecnológico

1. Objetivo

Levantamento de informações para subsidiar o trabalho de Avaliação da Situação Atual no Subsetor de Saneamento Rural, bem como a identificação de Tecnologias Apropriadas em aplicação ou em implantação no Estado.

2. Instituições Visitadas e Técnicos Contactados

- SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
 - . Gerente de Micro-Sistemas: Eng^o Jerônimo José Leviski
 - . Área de Projetos de Micro-Sistemas: Eng^o Décio Jurgensem
 - . Área de Pesquisas Tecnológicas em Saneamento Rural: Gil Alceu Mochida
- SECRETARIA DE SAÚDE
 - . Tecnólogo Ederaldo
- SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente
 - . Álvaro Amoretti Lisboa
 - . Ivo Heisler Júnior
 - . Marco Aurélio Fontana

- FSESP - Fundação Serviços Especiais em Saúde Pública
 - . Eng^o Hélio Sanfelice
- ISAM - Instituto de Saneamento Ambiental
 - . Diretor do Instituto: Prof. Nicolau Leopoldo Obladen
 - . Chefe do Núcleo de Saneamento Básico: Prof. Carlos Mello Garcias

3. Introdução

Dentre as atividades desenvolvidas na área de saneamento rural pelas instituições visitadas destacam-se: o planejamento, a elaboração de projetos e construção de sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento de projetos e construção de módulos sanitários e fossas sépticas, além de assistência técnica e pesquisa tecnológica.

4. Informações Gerais

A atuação das instituições existentes na área de saneamento rural no Paraná, não difere daquelas de outros estados com relação a superposição de atividades comuns. Assim, observou-se que ações neste subsetor são desenvolvidas tanto pela SANEPAR e Secretaria de Saúde como pela SUREHMA e FSESP. As diferenças, no fundamental, dizem respeito a disponibilidade de recursos financeiros e humanos e, principalmente, às concepções sobre a participação da comunidade.

Já existem experiências concretas de planejamento, execução, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água bem como estabelecimento de critérios tecnológicos para priorização de investimentos e escolha das comunidades.

Não existem normas para elaboração e apresentação de projetos executivos e construção de sistemas de abastecimento de água no meio rural.

Constatou-se a existência de padrões para reservatórios e para estações de tratamento de água.

Quanto aos parâmetros comumente adotados, destacam-se as cotas "per-capita" de água que variam entre 100 l/hab/dia e 120 l/hab/dia conforme a instituição, embora não haja justificativa técnica para a escolha de quaisquer destes valores. Em sistemas de abastecimento de água micro medidos, com cem por cento de hidrometração, em comunidades de pequeno porte, variando entre 60 e 80 ligações, chegou-se a obter cota "per-capita" de 75 l/hab/dia (FSESP). A relação de extensão de rede por ligação é bastante variável, ocorrendo valores desde 15 m/lig até 100 m/lig, em função de tipo de adensamento, forma de ocupação rural, etc. A população de alcance de projeto geralmente adotada é o dobro da população atual, obtida através de contagem de casas em levantamento local, admitindo-se 5 pessoas por domicílio. Os dados de custo "per capita" de sistemas de abastecimento de água rural por habitante variam de 2 a 5 OTN (Secretaria de Saúde - Fev/86), sem incluir mão-de-obra.

Dados obtidos da SANEPAR, fruto da experiência com a elaboração de 67 projetos, 30 obras em execução e 02 concluídas e em operação, indicaram um valor médio 15 OTN/ligação atendida, excluídos os custos com terrenos necessários às obras, mão-de-obra não especializada, materiais de construção civil e ferramentas.

Com relação aos módulos sanitários, os custos atuais (abril/87), excluindo mão-de-obra, variam entre CZ\$ 4.000,00/Un e CZ\$ 4.500,00/Un.

Entre os sistemas de abastecimento de água mais comuns há um número razoável de captações por poços profundos. De uma forma geral, quando há algum tipo de tratamento, faz-se no mínimo a desinfecção. As análises para controle de qualidade da água, através de análises físico-químicas e bacteriológicas são realizadas sem muita constância.

O suprimento predominante é por ligações domiciliares e em situações bem particulares utilizam-se de chafarizes. Os materiais utilizados são na sua totalidade de PVC e em alguns casos o polietileno reforçado.

Na fase de construção dos sistemas desenvolvidos dentro da concepção em que se procurou utilizar tecnologias apropriadas, competiu a Prefeitura Municipal assumir o encargo de regularizar e legalizar os terrenos necessários às obras, o transporte de materiais, o fornecimento de material de construção civil e ferramentas. À comunidade competiu fornecer mão-de-obra não especializada.

Inúmeras obras atrasaram consideravelmente o seu início devido à morosidade de determinadas prefeituras para liberar as áreas para construção e transportar os materiais da capital para a localidade da obra.

Não são elaborados manuais de operação, mas treina-se pessoal local, durante a construção, para atividades de manutenção do sistema.

A maior dificuldade para operar sistemas de abastecimento de água é a inexistência de pessoal qualificado.

Após mais de 12 anos de atividades visando principalmente a viabilização de água subterrânea, para melhor localização de poço tubular, já foram acumuladas mais de 1000 informações pontuais de água subterrânea, permitindo, assim, o conhecimento am

plo de sua ocorrência em várias regiões do estado, nas diversas formações geológicas.

5. Conclusões

Já existem ao nível do Estado, particularmente por parte das instituições e de seus técnicos uma consciência clara da importância do saneamento rural desenvolvido através do uso de tecnologia apropriada. No entanto, as experiências limitam-se basicamente a construção de sistemas de abastecimento de água, o que caracteriza ainda uma visão limitada por não considerar os serviços de água e o sistema de esgotos sanitários como uma infraestrutura única, de natureza sanitária.

Efetivamente tem se procurado desenvolver um planejamento global, considerando os aspectos de educação sanitária e participação de comunidade, mas por outro lado, ainda se observa a contratação de empreiteiras para a execução de alguns serviços e trabalhos especializados que devem merecer um estudo aprofundado sobre a sua procedência ou não.

Face a utilização de tecnologias mais simples, para atender às necessidades de baixo custo e condições locais, a indústria vem desenvolvendo tecnologias apropriadas a esta realidade, mas com produção bastante limitada.

A existência do ISAM-Instituto de Saneamento Ambiental, da Universidade Católica do Paraná, representa um fato positivo que pode contribuir do ponto de vista estadual e mesmo nacional para o saneamento rural, considerando-se a visão que o orienta nos seus trabalhos e pesquisas. Segundo seu Relatório de Atividades 1980-1985, "o ISAM vem desenvolvendo, baseado no que denomina visão integrada de trabalhos a serem realizados no campo do sa

neamento ambiental, estudos e pesquisas que, atendo-se às interrelações da tecnologia com a comunidade e indivíduos, resultam em conhecimentos científicos e tecnológicos apropriados a serem aplicados e convertidos em bens e serviços para atendimento das comunidades locais e regionais".

A consciência da necessidade de atender à população rural, a falta de recursos disponíveis para implantação de sistemas sofisticados ou incompatíveis com a realidade local vem contribuindo para um esforço concentrado de alguns técnicos em desenvolver tecnologias apropriadas. O número de técnicos que atuam em saneamento rural é ainda bastante reduzido diante das necessidades do Estado.

No que diz respeito à disposição dos dejetos, a experiência e o que existe é insignificante e apenas com soluções individuais através de tipos diferentes de fossas, ocorrendo uma defasagem quantitativa considerável entre os serviços de abastecimento de água e os despejos domésticos.

É grande o potencial hídrico do Paraná e acreditamos ser relativamente fácil a definição das fontes de produção para abastecimento das populações rurais.

Concluindo, o Paraná possui um grande potencial técnico que devidamente orientado para o saneamento rural, poderá contribuir com sua experiência para o PNSR, em outros Estados.

Arúbio Vian, Diretor
15/05/87

RELATÓRIO DE VIAGEM

1. Identificação

Local: Curitiba (PR)

Data: de 22 a 24/04/87

Técnico Responsável: Luiz Fernando Macedo Bessa

Área A.1.: Desenvolvimento Institucional

2. Objetivo

Identificação da atual situação institucional existente no Estado do Paraná, para prestação de Serviços de Saneamento Rural.

3. Instituições Visitadas e Pessoas Contactadas

- SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná.
 - . Gerente de Micro-Sistemas - Eng^o Antônio Carlos Nery
 - . Gerente de Comunidade de Pequeno Porte - Eng^o Wagner Pereira Barboza
 - . Gerente do Escritório Regional de Curitiba - Eng^o Irineu Delai

- SUREHMA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente.
 - . Superintendente Adjunto de Recursos Hídricos - Eng^o Laertes Munhoz da Cunha

- SESB/FSCMR - Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social/
Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.
 - . Ederaldo Conceição Telles Filho
 - . Rosely
 - . Maria Leonor Lasini
 - . Felício Raitani

- ACARPA/EMATER -

. Francisco Alves Filho - Assessoria de Planejamento.

- FSESP/DRPR/SC -

. Núcleo Planejamento - José Sérgio de Lima.

4. Observações Gerais Sobre a Situação Institucional no Estado

A atual organização do setor/subsetor de saneamento rural no Estado do Paraná encontra-se distribuída entre cinco instituições que atuam diretamente no meio rural do Estado: SANEPAR, SUREHMA, SESB/FSCMR, ACARPA/EMATER e FSESP.

4.1. Funções Desenvolvidas.

Dentre as principais funções necessárias à implantação dos serviços básicos de saneamento rural (abastecimento de água, disposição de dejetos e educação sanitária), o Estado do Paraná desenvolve, através destas instituições as seguintes atividades:

a) Planejamento do Subsetor de Saneamento Rural.

- A princípio, todas as instituições mencionadas acima, por estarem diretamente ligadas ao Subsetor, exercem uma atividade de planejamento, na medida em que estabelecem critérios de prioridade para a sua atuação, dada a escassez de recursos financeiros. Neste sentido, cada instituição tem o seu próprio planejamento, segundo sua perspectiva de atuação. A função do planejamento integrado do Subsetor parece não existir no Estado.

b) Normalização do Subsetor de Saneamento Rural.

- No que se refere à normalização tecnológica, parece não existir normas de padronização de uma for

ma geral no Estado. Cada instituição parece ter suas normas próprias.

- No que se refere a normas de controle da qualidade e potabilidade da água e proteção dos mananciais de abastecimento de água, cabe à SUREHMA em conjunto com a SESB/FSCMR controlar e proteger.

c) Financiamento do Subsetor de Saneamento Rural.

- SANEPAR - participa do financiamento de ações de Saneamento Rural (Sist. de abast. de água e disp. de dejetos) principalmente através de dois programas: Programa de Comunidades de Pequeno Porte e Programa de Mini Comunidades. (1)
- SESB/FSCMR: participa do financiamento das ações de saneamento rural (sistemas de abastecimento de água rural, rede de esgoto e solução individual, melhorias sanitárias domiciliares, retificação de rios e drenagem). (2)

(1) A especificidade da forma de financiamento do Programa CPP é que o financiamento é global, desde o projeto até a obra. Os recursos provenientes do Fundo de Água e Esgotos (FAE) no programa CPP são a fundo perdido. O Programa de Mini-Comunidades, faz parte de um programa mais amplo (PRORURAL), financiado pelo BID e coordenado pela Secretaria de Planejamento do Estado.

(2) A Fonte de recursos financeiros da SESB/FSCMR p/ ações de saneamento:

- Tesouro do Estado;
- Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário (FUNRESAN): taxas de saneamento pagas para a obtenção de licença de salubridade de edificações;
- Recursos próprios provenientes das Ações Integradas de Saúde (INAMPS);
- Convênio Único com o Ministério da Saúde. Não há recuperação de custos (fundo perdido).

- FSESP - participa do financiamento das ações de saneamento (melhorias sanitárias domiciliares, sistema de abastecimento de água, disposição de dejetos). (3)
- SUREHMA - não participa diretamente do financiamento das ações de saneamento. Executa um programa de perfuração de micro-poços em áreas rurais. Apesar de elaborar projetos de sistemas de abastecimento de água em pequenas comunidades; a SUREHMA não financia diretamente. Recebe recursos do Tesouro do Estado e repassa a verba para a prefeitura, que faz uma licitação e contrata uma empreiteira. Sempre que possível, a SUREHMA presta assistência técnica.
- ACARPA/EMATER - Não dispõe de recursos financeiros para obras de saneamento buscando a participação da comunidade e desenvolvendo trabalho integrado com instituições ligadas ao Setor e verbas de projetos destinados à atividade.

d) Promoção das Comunidades Rurais

- ACARPA/EMATER - tendo como objetivo principal a busca do desenvolvimento tecnológico, gerencial, político, sócio-econômico e cultural da família rural e seu meio, a ACARPA/EMATER atua em conjunto com a população rural e suas organizações. Neste sentido, desenvolve atividades para despertar e sensibilizar na população rural a consciência de grupo, e o acesso a serviços públicos.

(3) A principal fonte de recursos financeiros da FSESP/DRPR/SC: FINSOCIAL. A dotação orçamentária da Diretoria Regional é aprovada a nível central, pela Presidência da Fundação. Não há recuperação de custos (fundo perdido).

- SESB/FSCMR - Na promoção de comunidades, atua con juntamente com a ACARPA/EMATER. O auxiliar de sa neamento da SESB/FSCMR participa das reuniões na comunidade com os extensionistas da ACARPA.

e) Organização das Comunidades Rurais

- ACARPA/EMATER - Desenvolve assistência técnico-jurídica, principalmente para formação de Coope rativas.
- SANEPAR - Exclusivamente no Programa de Mini-Co^o munitades, organiza a comunidade para a constru ção da obra (mutirão). (4). Na questão da fomaliza ção de associações para a operação, manutenção e administração dos sistemas de abastecimento de água, a SANEPAR conta com o apoio da ACARPA.
- SESB/FSCMR - Colabora informalmente no processo organizativo, com apoio da ACARPA.

f) Pesquisas de mananciais ou fontes de abastecimento de água

- SUREHMA - É a sua principal atividade. Desenvol ve um programa de perfuração de micro-poços na área rural.
- SANEPAR
- SESB/FSCMR
- FSESP

g) Desenvolvimento de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Rurais

(4) O objetivo deste programa é atender a comunidades de menos de 2.000 habi tantes, não atendidas pelo PLANASA. Este trabalho com a participação comu nitária, desenvolvido pela SANEPAR é recente (Jan/86).

- SANEPAR - Elabora projetos para sistemas de abastetecimento de água no Programa de Mini-Comunidades. No entanto, no Programa CPP, a elaboração do projeto, embora de responsabilidade da SANEPAR, é contratado externamente.
- SUREHMA - Elabora projetos de sistemas, principalmente a partir de 84, quando deparou-se com a necessidade de dar andamento aos sistemas de abastecimento nas localidades onde haviam sido perfurados micro-poços produtivos e que por falta de recursos financeiros e apoio técnico não estavam sendo aproveitados.
- SESB/FSCMR - elabora projetos de sistemas a nível regional. (5)
- FSESP/DRPR/SC - elabora projetos de sistemas segundo normas estabelecidas a nível central.

h) Desenvolvimento de módulos Sanitários ou fossas sépticas para Comunidades Rurais

- SANEPAR
- FSESP
- SESB/FSCMR

i) Construção de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais

- SANEPAR - Constrói com mutirão, principalmente no Programa de Mini-Comunidades.
- SUREHMA - A construção dos Sistemas feitos em continuidade à perfuração dos micro-poços é executada pela comunidade (mutirão), com acompanhamento da SUREHMA.

(5) A SESB/FSCMR conta regionalmente com 22 Distritos Sanitários.

- SESB/FSCMR - A construção é feita pela comunidade ou prefeitura, com o apoio técnico da SESB/FSCMR.
 - FSESP - Constrói com pessoal próprio.
- j) Construção de módulos sanitários em fossas sépticas para comunidades rurais
- SANEPAR - Se propõe a construir no Programa de Mini-Comunidades. (6)
 - SESB/FSCMR - A construção é feita pela comunidade ou prefeitura. A SESB/FSCMR gerencia e administra.
 - FSESP - Tem oficina própria.
- k) Operação, manutenção e administração dos Sistemas de Água das comunidades Rurais
- SANEPAR - No programa CPP a SANEPAR opera. Mas no programa PMC a SANEPAR não (7). Treinam um representante da comunidade para a operação.
 - SUREHMA - Não opera os sistemas construídos; treinam um membro da comunidade para operação.
 - SESB/FSCMR - Não operam, não mantêm, não administram.

(6) De uma forma geral, a atividade da SANEPAR em termos de disposição de dejetos e sistemas de esgoto é pequena. Por exemplo, a nível do Escritório Regional de Curitiba, enquanto se executam 40.000 ligações de água, em termos de esgoto são executados 5.000.

(7) A operação e manutenção no Programa de Mini-Comunidades não é feita por que não há viabilidade econômica. Parece ter sido exigência do contrato com o BID. A SANEPAR atua no Estado do Paraná através de 12 Escritórios Regionais (sediados em cidades médias), cuja função é supervisionar a operação, manutenção e administração dos sistemas de abastecimento d'água cons

- FSESP - Operam, mantêm e administram através dos SAAE'S.

1) Atividades de Educação Sanitária

- ACARPA/EMATER
- SESB/FSCMR
- SANEPAR

m) Atividades de Capacitação de Recursos Humanos

- ACARPA/EMATER
- SESB/FSCMR
- SANEPAR
- FSESP - Utiliza a estrutura da CETESB/SP

n) Pesquisa Tecnológica

- SANEPAR
- SUREHMA
- SEB/FSCMR
- FSESP - Só a nível central.

o) Assistência técnica

- SANEPAR
- SUREHMA
- SESB/FSCMR
- FSESP
- ACARPA/EMATER

4.2. Áreas Geográficas de Atuação no Estado.

SANEPAR - De uma maneira geral a SANEPAR atua em 90% dos municípios do Estado (8) (nos programas de cidades médias e gran

(7) truídos. Sob a supervisão destes Escritórios Regionais, distribuem-se es critórios polo, onde se encontra lotado o pessoal operacional. Abaixo dos escritórios polarizados, cuja função é verificar a qualidade da água e fa zer a leitura dos hidrômetros (1 pessoa p/ 450 ligações).

(8) Existem no Estado do Paraná 320 municípios, das quais 62% são CPP.

des e nos prog. CPP). No programa de Mini-Comunidades, a SANEPAR atua exclusivamente na região sudeste do Estado; área definida pelo programa PRORURAL, que abrange 62 municípios.

SUREHMA - Atua em perfuração de micro-poços na área do PRORURAL (62 municípios). Nesta área não desenvolve projetos para construção de sistemas, a SANEPAR se incumbem de fazer o resto do processo.

- atua em outras comunidades/localidades do Estado onde a SANEPAR não se interessa, por falta de viabilidade econômica.

SESB/FSCMR - Atuam em todo o Estado. Nos municípios onde a SANEPAR atua na sede, a SESB/FSCMR pode atuar na área rural. Existem sistemas construídos pela SESB/FSCMR que a SANEPAR opera e mantém.

ACARPA/EMATER - Atua em 20 regiões adm., 288 municípios atendidos com 289 escritórios locais e 30 escritórios interiorizados a nível regional.

FSESP/DRPR/SC - Esta Diretoria Regional da FSESP atua nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Esta Diretoria só atua em saneamento; não tendo unidades de Saúde. No Paraná atuam principalmente na região Norte (Londrina), havendo 8 sistemas em 5 municípios. Em Santa Catarina atuam em 15 municípios.

4.3. Vínculos Institucionais e Regime Jurídico.

Sob a forma de administração indireta, estas instituições que atuam em saneamento rural no Estado, encontram-se vinculados aos seguintes órgãos:

a) Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR:

Sob a forma de Empresa Pública, encontrava-se vinculada, até o último governo, à Secretaria do In

terior. Atualmente, vincula-se à recém-criada Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. (9)

b) Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA: (10)

. Sob a forma de autarquia estadual, encontrava-se também vinculada à Secretaria do Interior. Atualmente vincula-se à recém-criada Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

c) Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR (11)

. Enquanto uma fundação, vincula-se à Secretaria Estadual de Saúde e Bem Estar Social.

d) ACARPA/EMATER

. Constituindo-se juridicamente em duas instituições, a ACARPA está constituída sob a forma de uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos. A EMATER está constituída sob a forma de empresa pública (12).

(9) A Secretaria do Interior foi extinta no atual governo, passando suas atribuições e competências à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a qual passou a ter funções mais amplas. A estrutura organizacional básica desta nova Secretaria, parece não estar ainda oficializada.

(10) A SUREHMA foi criada pelo Decreto nº 3.209, de 14/02/73 e com sua denominação alterada pelo Decreto nº 5.956, de 06/12/78. O atual regulamento da estrutura organizacional básica da SUREHMA foi aprovado pelo anexo a que se refere o Decreto nº 1.062 de 24/06/83.

(11) Como um nível de atuação descentralizada da SESB, a FSCMR foi criada, no lugar da Fundação Hospitalar do Paraná, pelo Decreto nº 541, de 23/05/79.

(12) Na verdade, a constituição da EMATER é meramente formal, atuando somente através da Diretoria e funcionando como repassadora de recursos para ACARPA. A EMATER não tem funcionários, visto que os seus encargos sociais, enquanto empresa pública, são muito maiores que os da ACARPA.

e) Fundação Serviços de Saúde Pública - DRPR/SC (13)

- . Enquanto um órgão da administração federal atuante no Estado, encontra-se vinculado ao Ministério da Saúde.

5. Relações institucionais formais e informais

a) SANEPAR

- . a nível federal: Caixa Econômica Federal, principalmente no financiamento. Parece não haver mais uma relação de natureza técnica.
- . a nível estadual: SUREHMA (perfuração de micro-poços).
- ACARPA - Apoio à organização de comunidades no Programa de Mini-Comunidades.
- SEPLAN - enquanto coordenadora do PRORURAL, o qual faz parte o Programa de Mini-Comunidades.
- . a nível municipal: No Programa CPP, a única participação das Prefeituras é na doação e abertura de áreas para acesso das obras. No Programa Mini-Comunidades, a participação da prefeitura: legislação dos terrenos, transporte do material, fornecimento do material de construção civil (cal, brita, etc.) e ferramentas. A participação da comunidade: acompanhamento do levantamento técnico preliminar, abertura de valas, operação e manutenção do sistema. (14)

b) SUREHMA

- . a nível federal: convenio com o MDU para financiamento de estudos da qualidade da água dos mananciais de Londrina.

(13) Esta Diretoria Regional da FSESP atua tanto no Estado do Paraná quanto no Estado de Santa Catarina.

(14) Na entrega oficial do projeto à prefeitura, a SANEPAR apresenta uma minuta de Convênio entre o Estado e a Prefeitura. Além disso, entregam também
Continua...

- . a nível estadual: atuação conjunta com a SESB/FSCMR no "Programa Integrado de Vigilância da Qualidade das Águas de Abastecimento Público"(Programa de Potabilidade).
- . a nível municipal: no programa de micro-poços, a SUREHMA executa a perfuração de poços na localidade. Para os sistemas de abastecimento de água, a SUREHMA repassa a verba para a Prefeitura, que faz uma licitação e contrata uma empreiteira. Sempre que possível tenta acompanhar a execução da obra.

c) SESB/FSCMR

- . a nível federal: Convênio Único com o Ministério da Saúde (recursos financeiros).
- . a nível estadual: atuação conjunta com a SUREHMA no Programa Integrado de Vigilância da Qualidade das Águas de Abastecimento Público.
 - Com outras Secretarias de Estado quando houver necessidade de inter-relacionamento visando a saúde pública e o bem-estar social, inclusive para a obtenção de dados e informações técnicas.
- . a nível municipal: Contato com as prefeituras para o planejamento das atividades da SESB/FSCMR no município.

d) ACARPA/EMATER

- . a nível federal: EMBRATER - Ministério da Agricultura.
- . a nível estadual: trabalho integrado com as instituições do Setor de Sapeamento.
- . a nível municipal: atua diretamente na comunidade e com as famílias rurais.

(14) um perfil do representante da Associação Comunitária. A responsabilidade da SANEPAR neste programa: elaboração do projeto técnico, reposição de materiais e equipamentos, orientação técnica nas obras e treinamento do representante da comunidade para a operação do sistema.

e) FSESP

- a nível estadual: A FSESP enquanto um órgão vinculado ao MS, fica encarregada de acompanhar a aplicação dos recursos solicitados pela SESB ao M.S..
- a nível municipal: administra os Serviços Autônomos de Água e Esgoto.

Sob o ponto de vista da estratégia do PNSR, a atuação dos órgãos ligados diretamente no Paraná, embora tendo uma maior experiência e tradição nas áreas urbanas, tem atuando recentemente nas áreas rurais, principalmente a partir de 1985/86. A partir deste período a SANEPAR (através do PMC), a SUREHMA e a SESB/FSCMR atuam de forma concorrente nas localidades rurais. Repassando recursos, elaborando projetos e prestando assistência técnica, estas instituições constroem pequenos sistemas de abastecimento de água, com alguma participação da prefeitura (transporte, material, pessoal) e da comunidade rural (p.ex.: abertura de valetas, através de mutirão). Não havendo recursos para a operação, manutenção e administração destes pequenos sistemas; estas atividades estão a cargo das comunidades (15). Geralmente estas instituições contam com o apoio da ACARPA/EMATER para a promoção e organização das comunidades.

A nível do Estado, não há um órgão coordenador das ações de saneamento rural; as instituições atuam desarticuladamente. Há, no entanto experiências que devem ser melhor investigadas e aprofundadas.

(15) Na Comunidade Ribeirão Grande (aproximadamente 250 hab.), situada no município de Campina Grande do Sul (70km de Curitiba), a comunidade opera, mantém e administra, através de uma associação de moradores (formada há 1 ano), um sistema construído com assistência da SESB/FSCMR; umas das dificuldades mencionadas pelo Presidente da Associação são as faltas de reuniões: "A associação não tem sede e o pessoal só se reúne quando vem gente de fora, pois acham que estão perdendo tempo". Para a construção deste sistema a Prefeitura entrou com o transporte, retro-escavadeira e 2 encanadores. A associação fez a valeta, a SESB/FSCMR entrou com o material e metade da ligação. Atualmente é cobrado uma tarifa de 5 cruzados.

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL : Distrito de Cantagalo - Município de Redenção (CE)
PERÍODO : 03/05/87
TÉCNICO RESP. : Lucibel Naves
INST. VISITADAS : CAGECE; Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde; CEPA; FSESP; SUCAM; FETAECE; EMATERCE; Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

1. Apresentação

O presente relatório atém-se na identificação das concepções existentes sobre a "Participação da Comunidade" a partir do contato mantido; com as instituições públicas e entidades de classe, no estado do Ceará.

Retrata uma percepção que merece ser aprofundada, tendo em vista uma contribuição mais efetiva; na indicação de subsídios para as diretrizes do PNSR.

Vale ressaltar que esta visita ao estado do Ceará significou mais um momento de contato com a realidade institucional do referido estado, do que propriamente um levantamento que dê base a consolidação de uma idéia sobre o tema observado.

2. Observações Gerais sobre as Propostas de "Participação da Comunidade"

Fazendo um paralelo das propostas de "Participação Comunitária" verificadas nos contatos mantidos no Ceará destacam-se três vertentes. Duas se dão no contexto dos programas públicos e estão voltadas para o consumo de serviços, em especial, na área de saúde e outra para o setor produtivo. A terceira vertente se dá no

âmbito da organização política na defesa de interesses de classe, tendo como reivindicação básica a posse da terra.

Apesar das especificidades das instituições (EMATER, Secretaria de Saúde, FSESP e SUCAM) quanto ao objeto de seu trabalho e de suas formas diferenciadas de atuação, elas desenvolvem uma prática que tem pontos semelhantes no que diz respeito a concepção e abordagem do chamado trabalho de "Participação Comunitária".

A semelhança desta primeira vertente se caracteriza pela forma empírica e espontânea que o trabalho é conduzido. Não segue uma orientação metodológica. O trabalho acontece em momentos eventuais, sem continuidade, não permitindo um processo de reflexão que possibilite ter conclusões claras sobre as questões tratadas, assim como não provoca alteração da realidade dos grupos trabalhados. A prática se consolida por uma rotina de trabalho centrada na transferência de orientações técnicas que dificulta a percepção da realidade e dos interesses do grupo sendo evidenciada somente a visão idealizada pelos programas institucionais. Não há uma predisposição para apreender a dimensão da realidade do grupo sob a ótica dos seus interesses, das relações sociais que estes estão envolvidos. A participação dos grupos sociais, usuários dos programas, basicamente dá-se na fase de execução das obras, não sendo incluído na fase de definição política dos programas, distribuição dos recursos, seleção das áreas de atendimento, forma de encaminhamento. A participação destes grupos, na maioria dos casos tem como objetivo que eles tenham alternativas de aproveitamento de seus próprios recursos no encaminhamento de soluções dos seus problemas, e também, na aceitação das soluções tecnológicas adotadas. Neste caso o trabalho educativo é realizado na perspectiva de ensiná-los a usar os serviços instalados e de como se comportar diante das situações previstas. As ações em geral se consolidam através da mobilização das lideranças locais, do setor público e político (prefeitos, vereadores, representantes de associações de moradores).

A segunda tendência é o trabalho da Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola - Programa de apoio ao pequeno produtor. O trabalho se realiza através de assessoria a uma comissão mista, composta por representantes do setor público e da sociedade civil (Sindicatos, MEB, CPT, Associações de Moradores).*

O trabalho de "Participação da Comunidade" é voltado para a organização em torno da produção nas áreas de intervenção fundiária. Entendem participação como um processo educativo onde a participação dos beneficiários seja efetiva em todos os níveis do planejamento e execução. Os grupos envolvidos participam na identificação e priorização das necessidades locais e na decisão de alocação de recursos dentro de um marco necessariamente flexível de administração e gerência. Estes requisitos subsidiam o processo organizativo dos grupos no sentido de que eles se apropriem dos benefícios proporcionados pelo programa.

A proposta segue uma orientação metodológica que se fundamenta em um processo de reflexão teórica e prática das questões relacionadas com a organização no setor produtivo, seus objetivos, sujeitos envolvidos no processo e as relações sociais que são estabelecidas entre a produção, sociedade civil organizada e papel do técnico.

Uma terceira tendência é a "Participação" realizada numa entidade de classe, que tem como objetivo principal organizar um segmento da população no sentido de exercer o poder de pressão visando a transformação social da sociedade brasileira. A participação é entendida como uma ação política, onde ela tem que ser efetivada nas decisões das políticas governamentais, nas diversas instâncias do poder.

Luciêl Naves

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL: Fortaleza - CE

DATA : 03 a 06 de maio de 1987

TÉCNICO: Arnóbio Viana David

ÁREA: A-5 - Engenharia e Desenvolvimento Tecnológico

1. Objetivo

Levantamento de informações para subsidiar o trabalho de Avaliação da Situação Atual no Subsetor de Saneamento Rural e identificação de Tecnologias Apropriadas já aplicadas ou em implantação no Estado.

2. Instituições Visitadas e Técnicos Contactados

- CAGECE - Companhia de Saneamento do Ceará
 - Geol. Ronaldo Queiroz
 - Geol. Luis Alberto Siqueira Campos
 - Geol. Evandro Moreira
 - Eng^o Raimundo Angelo Brígido de Araújo
- Secretaria de Recursos Hídricos
 - Eng^a Olga Pinheiro
 - Geol. Gorreti Ximenes
- NUTEC - Núcleo de Tecnologia Industrial
 - Eng^o Luis Alberto Melo Carvalho
 - Eng^a Leide Lima Teixeira
- AUMEF
 - Arq. Eduardo Araújo Soares
 - Eng^o André Pierre Pessoa

- FSESP - Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública
Eng^o José Edson Pessoa Evangelista
Eng^o Carlos da Fonseca Dauer
Eng^o Ricardo Barbosa Nunes

3. Informações Gerais

As instituições que desenvolvem atividades na área de saneamento, que são muitas e com superposição de ação, planejam, elaboram projetos, executam obras, operam e prestam serviços de assistência técnica e manutenção aos sistemas de abastecimento de água, mas em saneamento rural as experiências com a utilização de tecnologia apropriada são insignificantes. Na verdade, repete-se, como em outros estados, a prática da redução de escala dos projetos de sistemas urbanos.

Com relação a esgotos sanitários, as experiências são geralmente de solução individual, através de vários tipos de fossas, a depender de cada situação específica.

Adota-se em alguns casos, para escolha da comunidade, o critério da área endêmica e de adensamento urbano maior, mas o que comumente predomina é o político partidário.

Embora já existam normas para elaboração de projetos para pequenas comunidades, ainda não há normas especificamente para comunidades rurais tendo em vista as simplificações implícitas decorrentes da utilização de tecnologias apropriadas.

Não se obteve dados sistematizados referentes a tubulação/ligação, custo per capita de sistemas de água e esgoto/habitante e custo atual de módulo sanitários; observou-se apenas a utilização de cota "per capita" de 80 litros/hab/dia ou 100 litros/hab/dia, sendo o alcance de projeto 10 anos para cem por cento da população abastecida.

Dos sistemas de água mais comuns no Estado, há um percentual razoável (50%) de captações que são de água subterrânea, apresentando, às vezes, alto teor de ferro e grande incidência de salinidade; faz-se em algumas comunidades um tratamento mínimo através de desinfecção, onde se usa geralmente o hipoclorito de sódio; os materiais de tubulações para adução e distribuição predominantes é o PVC; o suprimento é feito por ligações domiciliares chafarizes e, também, carros-pipas.

Com relação à serviços de esgotamento sanitário, as soluções são de natureza individual, exceção da FSESP, que possui algumas experiências, inclusive uma pioneira (Brotas) com a utilização de tecnologia apropriada; não foi possível, no entanto, verificar qual o tipo de disposição de dejetos mais comuns no Estado.

Para controle da qualidade da água dos sistemas existentes realizam-se análises físico-químicas e bacteriológicas (2 vezes por ano nos SAAES) e quando há cloração faz-se diariamente o teste de cloro residual (FSESP).

Na operação dos sistemas o problema mais grave é a falta de pessoal qualificado, como também a falta de água em decorrência do seu uso múltiplo, da mudança de hábitos e da expansão da comunidade.

A construção dos sistemas é feita através de administração direta ou por empreiteiras, conforme a instituição que atua na localidade e a maior dificuldade para a sua execução é a falta de mão-de-obra capacitada.

Têm-se adotado projetos modulados para reservatórios de água, a partir de 15m³ e estações de tratamento de filtro lento com fluxo ascendente com vazão acima de 10m³/h.

Não há manuais de operação e manutenção para os sistemas operados; costuma-se entregar às prefeituras cópias das plantas que mostram a obra construída bem como os catálogos dos equipamentos instalados.

As tarifas cobradas (FSESP) são calculadas pela relação entre os custos de operação e manutenção e o número de ligações, sendo Cz\$ 34,00/10m³ na sede municipal e Cz\$ 25,00/10m³ nas localidades fora da sede (maio/87).

Existe no Estado o Núcleo de Tecnologia Industrial, o qual vem desenvolvendo atividades diversas, conforme Relatório Anual/1986:

- "integração Universidade - Governo - Setor Produtivo: feita através de seus laboratórios, professores e alunos em trabalhos de pesquisa, assistência técnica e estágios supervisionados";
- "implantação dos serviços de geofísica na identificação de águas subterrâneas, como opção para os períodos de estiagem";
- "interiorização das atividades do NUTEC: relativa à transferência de tecnologias apropriadas ao meio rural, treinamento de pessoal e assistência técnica".

O NUTEC vem realizando há cinco anos análises físico-química e bacteriológica de água para a SUDENE o que possibilita a obtenção de dados significativos, do ponto de vista de qualidade das águas e do perfil hidrogeológico do estado.

4. Conclusões

- a) O Ceará enfrenta, através de seus órgãos governamentais, grandes desafios no que tange a abasteci

mento de água face ao baixo potencial de recursos hídricos e qualidade de suas águas subterrâneas e a intermitência e quantidade das águas superficiais; as precipitações pluviométricas ocorrem num período curtíssimo do ano que vai de janeiro a abril e a ocorrência sistemática de secas vem agravando ainda mais a situação das pequenas comunidades e de suas populações.

- b) Um dos problemas que o PNSR deve levar em conta, segundo informações locais e de fontes diversas, inclusive do Secretário de Desenvolvimento Urbano, é o resgate da credibilidade junto a população, pondo para funcionar inúmeros sistemas parados, o que exige uma análise mais profunda e conclusiva sobre as razões que levaram a isto.
- c) Talvez, mais que em outros estados, a utilização adequada de tecnologias apropriadas para evitar os elevados custos de serviços de abastecimento de água, uso de equipamentos impróprios, a precariedade de suprimento, particularmente aquele feito através de caminhões-pipa, pode se tornar algo fundamental para avançar na solução dos problemas de saneamento do povo cearense.
- d) Diante das dificuldades para suprir a população com água, e a pobreza dos recursos hídricos, além do índice relativamente baixo da população beneficiada com água, coloca ainda a questão do esgotamento sanitário em plano secundário, basta ver o índice de atendimento da população que é de 7% (1984). Isto para um número de 756 comunidades existentes no estado (1984), correspondendo a 5% do total.

- e) O perfil hidrogeológico, até agora conhecido, nos indica que etapa de definição das fontes de produção das comunidades deverá exigir uma atenção toda especial e um estudo criterioso das várias alternativas possíveis para a melhor escolha dos mananciais de abastecimento. Entendo que a Secretaria de Recursos Hídricos recém-criada pode dar grandes contribuições nesta área.
- f) Constatou-se, também, que há quadros técnicos com capacidade para desenvolver as atividades da área de saneamento rural e que há preocupação em encontrar soluções com a utilização de tecnologia apropriada, mas não há experiências significativas neste subsetor, pressupondo-se, portanto, uma fase de transição que envolve mudança de concepção e filosofia do urbano para o rural.
- g) O NUTEC - Núcleo de Tecnologia Industrial que vem desenvolvendo atividades de interiorização com transferência de tecnologias apropriadas ao meio rural, treinamento de pessoal e assistência técnica, procurando elevar a base cultural do interior é uma das instituições em que o Ceará poderá se apoiar para implantação do seu programa estadual.

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL : Fortaleza-CE

DATA : 03 a 06/05/1987

TÉCNICA: Sueli Corrêa de Faria

ÁREA : Desenvolvimento de Recursos Humanos

1. Objetivo

Levantamento de informações.

2. Instituições visitadas

a) em Fortaleza:

- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Am
biente;
- CAGECE;
- EMATERCE;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria da Saúde;
- FSESP;

3. Observações Gerais Sobre os Aspectos Específicos da Área de Recursos Humanos.

3.1. Em Fortaleza

- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
. Secretário Adolfo Marinho

Recém-criada, esta Secretaria será responsável pela coordenação do Projeto, no Estado do Ceará.

- CAGECE - Coordenadoria de Recursos Humanos.
. Francisco Sérgio de Melo Ponte

Esta companhia deverá coordenar, na pessoa do Engenheiro Geraldo Girão, o Programa de Saneamento Rural do Estado do Ceará.

A preocupação com o desenvolvimento de Recursos Humanos é recente, dentro da CAGECE. Somente a partir de 1986, após a criação do Plano de Cargos, é que foi iniciado um programa de treinamento "a posteriori", para operadores de sistemas de abastecimento de água, supervisores de sistemas e instrutores de treinamento.

O programa de treinamento da CAGECE é feito através do SENAI, praticamente sem ônus para a empresa. Dispõe-se, com exclusividade, de uma unidade móvel de treinamento do SENAI, que também fornece currículos, material didático e, se necessário, instrutores. Assim, a equipe da Gerência de Recursos Humanos, encarregada do Recrutamento, Seleção e Treinamento dos funcionários, vem se preocupando apenas em adaptar o material fornecido pelo SENAI e coordenar os treinamentos.

A avaliação dos treinamentos é feita através de uma visita ao campo, da equipe de recursos humanos, contando-se ainda,

para esse fim, com as visitas mensais realizadas pela equipe do Serviço Social. Não há avaliação de desempenho.

Os primeiros técnicos em Saneamento da CAGECE, em número de dois, serão formados pela Escola Técnica de Saneamento do SENAI, no Paraná.

A CAGECE está, atualmente, preocupada em treinar o pessoal de operação, composto por uma alta porcentagem de analfabetos. A meta é treinar 80% desse pessoal, até fins de 87.

- EMATERCE

Os programas de capacitação de Recursos Humanos, da EMATERCE, são idênticos aos do sistema EMBRATER. Após recrutamento e seleção, por concurso público, o técnico passa por uma fase de capacitação inicial em três etapas, a saber: Introdução à Extensão Rural (2 semanas), Vivência Comunitária (mínimo de 4 semanas) e Análise e Estudos (3 a 4 semanas), antes de assumir suas atividades junto a um escritório local.

Especificamente, no que diz respeito a Saneamento Rural, a EMATERCE desenvolve um programa de melhorias sanitárias (fossas, proteção de mananciais), através de seu Núcleo de Tecnologia Alimentar e Sanitária. Todavia, a empresa dispõe de poucos recursos para esse tipo de atividade e suas "extensionistas sociais" ressentem-se da falta de conhecimento técnico na área da saúde.

- Secretaria de Educação/Divisão de Planejamento

. Luzia

A Secretaria da Educação coordena uma rede de escolas rurais (municipais e estaduais), já mapeada inclusive no que diz respeito às condições internas e externas às escolas, que poderá servir de apoio às atividades de educação sanitária do PNSR.

- Diretoria Regional da FSESP/Núcleo de Recursos Humanos
. Eridan Borges Nascimento

O trabalho do Núcleo de Recursos Humanos da FSESP, no Ceará, obedece à orientação central da FSESP, adaptando-se, contudo, os currículos e material didático às necessidades regionais e locais.

Junto às unidades de saúde, atuam os auxiliares e su pervisores de saneamento, especificamente treinados para essas funções. No caso do Ceará, os auxiliares de saneamento vêm sendo recrutados dentre os auxiliares de conservação, cujo cargo vem sendo extinto.

O pessoal contratado através dos SAAE's é submetido a concurso público e enquadra-se no plano de cargos do SESP, mas o processo para sua seleção e treinamento não é coordenado pelo Núcleo de Recursos Humanos e, sim, pela Seção de Operação e Manutenção (SOM). O treinamento é feito em serviço, sob a orientação de instrutores (engenheiros ou inspetor de saneamento).

- Secretaria de Saúde
. Informante: Maurílio Cardoso

O pessoal de nível médio, que atua em Saneamento, na Secretaria de Saúde, recebeu treinamento inicial através da FSESP. A Secretaria também dispõe de Sanitaristas e de 20 Tecnólogos em Saneamento Ambiental (formados através de um curso de 3 anos, oferecido uma única vez pela Universidade de Fortaleza).

Sueli Corrêa de Faria

MEMO. PNSR Nº 062/87

Brasília(DF), 15 de maio de 1987

DE : Francisco Gonet Branco
Área Econômico-Financeira

PARA : Dr. Valdemar Ottani
Coordenador do PNSR

ASSUNTO : Relatório da visita ao Ceará

1. CEARÁ

1.1. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Secretário Adolfo Marinho).

Na sua exposição, o secretário apresentou suscintamente a distribuição populacional do estado, afirmando que aproximadamente metade da população total do estado encontra-se em áreas rurais e que mais da metade das sedes municipais possuem menos de 5000 habitantes (as quais se incluem na definição da área rural acima mencionada). Enfatizou também a escassez de recursos para investimentos em saneamento (concentrados na capital) e a falta de prioridades financeiras compatíveis com a realidade. No aspecto institucional propôs que o programa estadual seja realizado pela CAGECE, órgão vinculado à SDU.

1.2. CAGECE (Ana Maria Torres e Paulo H. de Souza, ambos da Área de Planejamento Econômico-Financeiro da Companhia).

A situação encontrada na CAGECE foi bastante preocupante. Os investimentos totais da Companhia (a preços de janeiro de 87) declinaram de Cz\$ 151,7 em 1984 para apenas Cz\$ 22,8 milhões em 1986. Atualmente esses investimentos são realizados uni

camente em melhorias de sistemas, não havendo nenhuma ampliação ou implantação de novos sistemas. O último estudo de viabilidade global data de 1984 e as diretrizes para priorização estão a cargo da SDU. O programa CPP encontra-se parado por falta de recursos, os quais, segundo as informações prestadas, não tem sido repassados pelo governo. A estrutura tarifária, além de regressiva, tem gerado graves problemas financeiros, a Companhia atualmente não paga nem as amortizações nem o serviço das dívidas contraídas. Espera-se que esse fluxo se normalize no próximo ano em consequência do aumento da receita de exploração (calcula-se que as tarifas, hoje, estejam defasadas em cerca de 300%).

Os sistemas de água da CAGECE atendem a 65% da população do estado. Todos esses sistemas localizam-se em sedes municipais ou em sedes de distritos. A rede de esgoto do Estado atende apenas a uma parte da capital.

1.3. AUMEF (Eduardo Araújo Soares do Setor de Infra-Estrutura).

A autarquia realizou investimentos em sistemas de água (chafarizes) em seis municípios da região metropolitana de Fortaleza (sempre em comunidades com mais de 5000 habitantes), através de convênio feito entre o Governo do Estado e o MINTER/BIRD, todos com recursos a fundo perdido (o Governo Federal assumia os encargos do financiamento do BIRD). Sua função era elaborar os projetos e, após repassar os recursos às prefeituras, fiscalizar e acompanhar a construção dos sistemas. No projeto inicial estava previsto o autofinanciamento para a cobertura de, pelo menos, os gastos com operação e manutenção; no entanto, razões políticas tem levado as prefeituras a arcarem com todos os encargos. Especialmente em Fortaleza tais sistemas não tem funcionado bem (segundo os técnicos, os melhores resultados são obtidos nas comunidades menores que dão mais valor e cuidam melhor os sistemas). A

operação é realizada por pessoas da própria comunidade, mediante pagamento. As prioridades para construção basearam-se em critérios físicos (vazão de água), sociais e políticos.

Atualmente o programa está paralisado: o Governo do Estado não repassou os recursos previstos (50% do total) e, por isso, o BIRD se retirou do projeto.

1.4. FSESP (Hascalom R. Lima, Chefe do SOM; Raimundo O. Santos, Diretor Administrativo; Francisco F. Cunha, Chefe da Contabilidade).


A FSESP atua em 24 municípios do estado, administrando 52 sistemas de abastecimento de água, sendo aproximadamente 50% localizados em comunidades com menos de 5000 habitantes (geralmente são sistemas convencionais com ligações domiciliares). Os recursos para investimentos são repassados pelo MS a fundo perdido, as demais fontes são eventuais e residuais. Não se fazem estudos de viabilidade econômico-financeira dos projetos e os investimentos são priorizados de acordo com o benefício social (população atendida) e o interesse demonstrado pelas prefeituras. As tarifas são fixadas em função dos custos operacionais em acordo com as prefeituras; são calculadas para as sedes municipais aplicando-se um redutor para distritos. Normalmente, os sistemas dos distritos são deficitários, mas como as sedes municipais são superavitárias, as receitas de exploração cobrem totalmente as despesas de custeio (os gastos com pessoal situam-se entre 30 a 45% das receitas enquanto na CAGECE correspondem a cerca de 70%). A FSESP opera também dois sistemas de esgotamento, cobrando uma tarifa equivalente a 60% do valor da tarifa de água.

1.5. CEPA/DISAN (J. Bosco Morais e E. Maurílio Cardoso).

A entrevista na CEPA foi interessante no sentido de se

obter certas informações extra-oficiais acerca dos problemas relacionados nos sistemas de saneamento. Dessa maneira, reforçou-se a idéia de que muitas vezes tais sistemas deixam de operar em razão de disputas políticas. Ao receberem os sistemas, os prefeitos preferem não taxar os serviços visando angariar dividendos políticos (conceito também utilizado na priorização dos investimentos). Assim, na medida em que as administrações se sucedem, os sistemas são abandonados, tornando-se inoperantes. Outro problema relevante refere-se à falta de envolvimento da comunidade nos projetos, seja em relação à escolha dos operadores, seja em relação à conscientização da população. Por fim, levantou-se a questão dos subsídios e isenções tarifárias concedidas a grandes indústrias e a determinados estabelecimentos comerciais muitas vezes motivadas pela ausência de medição do consumo.

Cordialmente,



Francisco Marcos Gonet Branco

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL : Fortaleza (CE)
DATA : de 04 a 06/05/1987
TÉCNICO RESP: Luiz Fernando Macedo Bessa
ÁREA : A.1 - Desenvolvimento Institucional

1. Objetivo

Identificação da atual situação institucional existente no Estado do Ceará para a prestação de serviços de saneamento rural.

2. Instituições Visitadas e Pessoas Contatadas

a) Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)

- Pessoas Contatadas:

- . Ana Maria Torres Majora Santos - Superintendente do Planejamento.
- . Paulo Hernandes de Souza - Gerente do Planejamento Econômico-Financeiro.

b) Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza (AUMEF)

- Pessoas Contatadas:

- . Marta Graduohl - Coordenadoria do Desenvolvimento Institucional.
- . João Luiz de Pontes Vieira - Planejamento da Estrutura Metropolitana.

c) Fundação Serviços de Saúde Pública - FSESP/DRCE

- Pessoa Contatada:

- . Paulo Cial Torres da Silva - Setor Saúde.

d) Secretaria Estadual de Saúde

- Pessoa Contatada:

. Helmo Nogueira de Souza - Tecnólogo de Saneamento Ambiental.

3. Observações Gerais Sobre a Situação Institucional no Estado

As principais instituições ligadas ao Setor de Saneamento no Estado do Ceará são: CAGECE, FSESP, Secretaria de Saúde e AUMEF que atua tangencialmente no Setor, exclusivamente na região Metropolitana de Fortaleza.

3.1. Funções Desenvolvidas

Dentre as principais funções desenvolvidas no Estado por estas instituições, encontram-se:

3.1.1. Planejamento do Subsetor de Saneamento Rural

- a) CAGECE - Esta Instituição não tem a competência para estabelecer os critérios de priorização para a sua atuação. A nível do Estado quem estabelece estes critérios é a Secretaria do Planejamento (SEPLAN). A única atividade de planejamento desenvolvida pela companhia é a programação de investimentos e a montagem de um banco de dados.
- b) FSESP - Desenvolve mais uma atividade de programação do que de planejamento. Ao identificarem as áreas críticas para o abastecimento de água e disposição de dejetos, o Setor de Engenharia, em conjunto com o Núcleo de Planejamento fazem uma programação orçamentária, que é encaminhada ao nível central da Fundação para aprovação.

- c) SES - Não desenvolve atividade de planejamento, visto que suas ações de Saneamento estão vinculadas ao Projeto Nordeste. É o órgão executor das ações de Saneamento do PAPP.

3.1.2. Normalização do Subsetor de Saneamento Rural

- a) CAGECE: Desenvolve atividade de normalização dentro dos sistemas atendidos pela empresa: definição do nº de pessoal para operação, manutenção e administração de um sistema (Superintendência de Desenvolvimento Operacional); normas de elaboração de projetos (Diretoria de Expansão).
- b) FSESP - desenvolve atividades de normalização em relação a questões internas. No controle da qualidade da água, seguem normas do Ministério da Saúde. A FSESP não é um órgão normalizador. É um órgão de pesquisa, ensino e execução.

3.1.3. Financiamento do Subsetor de Saneamento

- a) CAGECE - Participa do Financiamento do Subsetor através do Programa Alternativo de Saneamento (PROASAN), cuja fonte é do Ministério de Desenvolvimento Urbano ⁽¹⁾ (MDU). Participa do Programa CPP, mas atualmente este Programa está desativado.

(1) Há um ano a CAGECE vem participando deste programa; cujos recursos provenientes do MDU (90%) são a fundo perdido. A contra partida do Estado é de 10%. Não houve ainda nenhuma construção de obra. Este programa se propõe a atuar em periferias urbanas. Para o ano de 87 foram previstos 18 milhões de cruzados. A origem de recursos da CAGECE: Caixa Econômica Federal, Fundo de Água e Esgoto (FAE). Atualmente o Governo do Estado não está repassando recursos para o FAE.

- b) FSESP - Participa do financiamento através de liberação de recursos do nível central da Fundação. ⁽²⁾
- c) AUMEF - Através de recursos financeiros do convênio MINTER/BIRD para as regiões metropolitanas do Nordeste, a AUMEF vem apoiando as prefeituras na construção de sistemas alternativos de abastecimento de água (chafariz) nas áreas periféricas dos municípios da região metropolitana. ⁽³⁾
- d) SES - Atua com recursos do Projeto Nordeste, executando as atividades de Saneamento deste projeto. ⁽⁴⁾
Independentemente do Projeto Nordeste, a SES, com outra programação e sem acompanhamento da CEPA, obtém recursos do Ministério da Saúde (Finsocial, PAÇ).

(2) Em 1986, ampliação de um sistema de abastecimento do município de Sobral (Área Periférica), administrado pela FSESP, foi feita com recursos do MDU. A Diretoria Regional da FSESP e a Prefeitura solicitaram o financiamento. Foi assinado um convênio entre a Prefeitura e o MDU, no qual o SESP foi de finido com o órgão executor.

(3) Para o município, estes recursos são a fundo perdido. O retorno ao BIRD é feito pelo Gov. Federal e há uma pequena contrapartida do Estado. Os recursos originários deste projeto são repassados à SEPLAN Estadual que os libera para a AUMEF.

(4) A Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) é o órgão coordenador do PAPP. As ações de Saneamento deste programa são executadas pela SES: chafariz, lavanderia pública, privadas higiênicas, distribuição de filtro, perfuração de poços, construção de açudes, recuperação dos mananciais. Os recursos financeiros deste programa: BIRD, FIDA (Fundo Internacional de De se nv olv im en to do Ceará); PROTERRA; FINSOCIAL - FDC (Fundo de Desenvolvimento do Ceará), em pequena parte.

3.1.4. Promoção e Organização das Comunidades

- a) CAGECE - existe uma proposta de participação das comunidades no Programa Alternativo de Saneamento (PROASAN). (5)
- b) FSESP - Desenvolvem atividade de promoção das comunidades, trabalhando com grupos organizados e estimulando a sua organização quando executam uma ação específica.
- c) Trabalham através de orientador na parte de educação sanitária.

3.1.5. Pesquisas de Mananciais ou Fontes de Abastecimento de Água.

- a) CAGECE -
- b) FSESP -
- c) AUMEF - Elabora o plano de aproveitamento dos recursos hídricos da região metropolitana (definição dos mananciais). Está em estudo uma lei de proteção aos mananciais.

3.1.6. Desenvolvimento de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Rurais

- a) CAGECE - Desenvolveram internamente alguns projetos no programa CPP. (6)
- b) FSESP - Embora os projetos sejam desenvolvidos pela Diretoria Regional, seguem normas determinadas pelo nível central.

(5) Há um grupo específico, dentro da empresa, tocando este programa (Grupo PROASAN), que está ligado diretamente à Presidência.

(6) No Programa de cidades médias e grandes os projetos são contratados externamente. Atualmente o Programa CPP está parado.

- c) SES - Desenvolvem projetos de um conjunto: tanques, banheiros e bicos de torneira.
- d) AUMEF - Desenvolvem projetos para a construção de chafarizes na periferia urbana dos municípios da Região Metropolitana, com participação das Prefeituras.

3.1.7. Desenvolvimento de Módulos Sanitários ou Fossas Sépticas para Comunidades Rurais

- a) CAGECE - Não atende a população rural, só sede de distrito e município. Na área urbana só atua em Fortaleza, onde só 17% da população é atendida por esgoto.
- b) FSESP - Desenvolvem projetos de módulos sanitários, segundo normas do nível central.
- c) SES - Desenvolvem projetos de um conjunto: tanques, banheiros e bicos de torneira, exclusivamente para áreas rurais.

3.1.8. Construção de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais

- a) CAGECE - Não atuam em áreas rurais. Nas áreas urbanas contratam empreiteiras e acompanham a obra.
- b) FSESP - Constrói sistemas com pessoal próprio.
- c) SES - Construção feita pela comunidade.
- d) AUMEF - Construção feita pela Prefeitura. Fiscalizam a obra. (7)

(7) Com o apoio da AUMEF foram construídos, desde o 1º trimestre de 1984; 131 chafarizes:

- 61 no município de Fortaleza;
- 20 no município de Aquiraz;
- 20 no município de Maranguape;
- 20 no município de Pacatuba;
- 10 no município de Caucaia.

3.1.9. Construção de Módulos Sanitários ou Fossas Sépticas

- a) FSESP - Em cada unidade de saúde tem uma oficina (Galpão de Saneamento). (8)

3.1.10. Operação, Manutenção e Administração de Sistemas de Abastecimento de Água

- a) CAGECE - Não atua em comunidades rurais. Atuam na sede de 109 municípios, através de concessão dos serviços por 20 anos. A tarifa é única para todo o Estado. (9)
- b) FSESP - Opera e administra os SAAE's de 22 municípios (52 sistemas de água). Há 2 Sedes com rede de esgotos (Itapipoca e São João do Jaguaribe). A FSESP tem a função de: selecionar e treinar o pessoal dos SAAE's e determinar as tarifas. (10)
- c) SES - Não opera e não mantém. O Projeto Nordeste, aloca recursos para a operação e manutenção, até 6 meses após a construção. Depois disso é a comunidade ou prefeitura quem assume. (11)
- d) AUMEF - Não opera e não mantém os chafarizes. É de responsabilidade da prefeitura.

(8) Há 30 unidades de saúde da FSESP no Ceará.

(9) A CAGECE atua regionalmente através de 3 Escritórios Regionais, cuja função é coordenar e apoiar os escritórios locais, situados em cada município (leitura de hidrômetro, cobrança das tarifas).

(10) A partir dos dados do nível local, a diretoria estabelece a tarifa.

(11) Há 14 Delegacias Regionais de Saúde, cuja função é acompanhar as metas e executar as ações do Polo Nordeste.

3.1.11. Atividades de Educação Sanitária

- a) FSESP - Desenvolve atividade de educação sanitária. Todos os profissionais são treinados para serem educadores.
- b) SES - Existe orientador para a educação sanitária.

3.1.12. Atividades de Capacitação de Recursos Humanos

- a) CAGECE - Tem um programa de desenvolvimento de Re cursos Humanos. (12)
- b) AUMEF - Não tem um programa de treinamento de Re cursos Humanos específico para o setor de saneamento. Há um programa montado junto com o CETRED (Centro de Treinamento do Desenvolvimento Econômico).
- c) FSESP - Há um programa de treinamento de Recursos Humanos.
- d) SES - Desenvolve atividades de capacitação de Recu sos Humanos.

3.1.13. Pesquisa Tecnológica

- a) FSESP -

3.1.14. Assistência Técnica

- a) CAGECE
- b) AUMEF
- c) FSESP
- d) SES

(12) Está em fase de implantação um plano de Cargos e Salários.

3.2. Vínculos Institucionais e Regime Jurídico

- a) CAGECE - Enquanto uma empresa pública, esteve, até o último governo, vinculada à Secretaria de Obras e Serviço Público. Na atual administração, vincula-se à recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
- b) AUMEF - Enquanto uma autarquia encarregada do planejamento e administração metropolitana, esteve vinculada até o último governo à Secretaria do Planejamento. Atualmente está vinculada à recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
- c) FSESP - Enquanto um órgão da Administração Federal atuante no Estado, encontra-se vinculada ao Ministério da Saúde.
- d) SES - Órgão da Administração direta.

3.3. Relações Formais e Informais

3.3.1. CAGECE

- a) Nível Federal - Caixa Econômica Federal, principalmente no financiamento. ⁽¹³⁾ Parece não haver mais uma relação de natureza técnica.
 - MDU - através do financiamento do Programa Alternativo de Saneamento (PROASAN).
 - SUDENE - Convênio com a SUDENE. Repassa recursos para o Programa de Enchentes no Nordeste, o qual a CAGECE atua.

(13) A nível do Estado, o órgão gestor do FAE é o Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE) e o agente financeiro é o Banco do Estado do Ceará (BEC).

- b) A Nível Estadual
- SEPLAN - os repasses de recursos da SUDENE são feitos através da SEPLAN.
- c) A Nível Municipal - não há participação do município após a concessão dos serviços.

3.3.2. AUMEF

- a) A Nível Federal
- MINTER - recursos financeiros para construção de chafarizes.
- b) A Nível Estadual - enquanto um órgão de planejamento regional metropolitano se preocupa em articular-se com os órgãos setoriais. Mas esta relação quase não existe na prática. (14)
- c) A Nível Municipal - atuam prestando assistência técnica para a modernização administrativa das prefeituras. Financiam alguns serviços de infra-estrutura urbana. (15)

3.3.3. FSESP

- a) A Nível Estadual - relaciona-se informalmente com a CAGECE. O laboratório de análise da qualidade de água da FSESP é, às vezes, utilizado pela CAGECE.

(14) Estão definindo na estrutura da AUMEF um setor de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. Apesar da Região Metropolitana de Fortaleza ter uma área rural considerável, todos os programas para a área rural do Estado, eliminam automaticamente a Região Metropolitana. Assim, a sua área rural fica desprivilegiada.

(15) A Região Metropolitana de Fortaleza é composta de 6 municípios. Discute-se hoje a criação de um 7º município: Eusébio.

- b) A Nível Municipal - atua diretamente no município, através da construção de sistemas de abastecimento de água e presta assistência técnica à autarquia municipal (SAAE), mediante convênio. Não tem experiência de Mini-SAAE operado e administrado pela comunidade.

3.3.4. SES

- a) Nível Federal - Ministério da Saúde - repasse de recursos.
- b) Nível Estadual - CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola) - órgão responsável pelo acompanhamento e coordenação do Projeto Nordeste; o qual a SES é o órgão executor no setor saneamento.
- CAGECE - convênios para a construção de poços (a SES não tem perfuratriz)
- c) Nível Municipal - repasse de recursos às prefeituras e prestação de assistência técnica na construção de obras de saneamento.

3.4. Capacidade de Recursos Humanos

Nº PESSOAL INSTIT.	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
CAGECE	1.213	624	1.837
AUMEF	340*	-	340
FSESP			106
SES	20**	4	

(*) O Setor de Saneamento está se estruturando; os funcionários não estão ligados diretamente ao saneamento.

(**) Funcionários de nível superior: 2 geólogos, 2 engenheiros, 16 tecnólogos de saneamento (4 em cidades do interior), 520 orientadores de saúde e saneamento lotados nos postos de saúde.

3.5. Recursos Investidos em Saneamento

(em milhões Cz\$)

CAGECE	ANOS		
	1984	1985	1986
Investimentos Totais em Obras	151,7	92,5	22,8
Despesas Operacionais Globais	124,5	471,3	232,9

Fonte: CAGECE

A situação institucional existente no Estado do Ceará para a atuação em saneamento rural, encontra-se em estruturação. Na verdade, as instituições ligadas diretamente ao setor no Estado, tem uma atuação bastante restrita na área rural. Tanto a CAGECE quanto a FSESP, os órgãos mais bem estruturados do setor no Estado, não tem praticamente atuado em áreas rurais. ⁽¹⁶⁾ A Secretaria Estadual de Saúde, embora atuando em zonas rurais, principalmente com recursos do PAPP, tem aproximadamente 60% de seus sistemas (um conjunto de tanques, banheiros e bicos de torneira) desativados por falta de operação e manutenção.

Tendo em vista as condições de saneamento bastante precárias, o PNSR aparece com especial interesse no Estado. Este programa parece que vai estar ligado à recém criada Secretaria do Desenvolvimento Urbano, enquanto coordenadora geral. Vinculadas a esta Secretaria estarão a CAGECE e AUMEF, que se propõe a se estruturar mais fortemente no setor de saneamento para as áreas rurais da região metropolitana. A CAGECE está sendo indicada pelo Estado, para executar o Programa. Há uma vontade política de se constituir um setor de saneamento rural dentro da Companhia para desenvolver o programa. Por outro lado, a divisão de Saneamento da Secretaria Estadual de Saúde, parece que vai ser extinta.

(16) As pequenas comunidades não viabilizam a Companhia. A FSESP tem atuado principalmente em distritos.

Sob o ponto de vista da estratégia do PNSR, parece se delinear uma coordenação para o subsetor no Estado. No entanto, ainda se faz necessário melhor investigar as estruturas municipais e locais para se criar melhores condições destes níveis operarem e manterem os sistemas a serem reativados ou construídos.

RELATÓRIO DE VIAGEM

1. Identificação

LOCAL: Recife (PE)

DATA : de 07/05 a 09/05/87

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Luiz Fernando Macedo Bessa

ÁREA A.1 - Desenvolvimento Institucional

2. Objetivo

Identificação da atual situação institucional existente no Estado de Pernambuco para a prestação de serviços de saneamento rural.

3. Instituições Visitadas e Pessoas Contactadas

- a) Prefeitura Municipal de Itambé.
 - Pessoa contactada:
 - . Prefeito Renato
- b) Fundação Serviços de Saúde Pública - FSESP.
 - Pessoas contactadas:
 - . Ruy Pereira dos Santos - Diretor Regional
- c) Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA.
 - Pessoas contactadas:
 - . Genaro
 - . Flávio
- d) Secretaria de Obras e Meio Ambiente.
 - Pessoas contactadas:
 - . José Carlos Melo - Secretário
 - . Telga Gomes Araújo Filho - Chefe de Gabinete

e) Fundação do Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM.

- Pessoa contactada:

. Luiz Favero

f) Companhia Integrada de Serviços Agropecuários de Pernambuco - CISAGRO.

- Pessoas contactadas:

. Eliane Cavadinha - Engenheira

. Inaldo Revoredo

4. Observações Gerais Sobre a situação Institucional no Estado de Pernambuco

Das instituições visitadas no Estado de Pernambuco, aquelas que atuam diretamente no Sub-Sector de Saneamento Rural são: FSESP e CISAGRO.

As outras instituições visitadas, e que poderão vir a ter um papel no PESR, encontram-se em fase de reestruturação, não tendo sido possível uma avaliação de seu funcionamento anterior, mesmo porque os técnicos entrevistados estão recentemente nos cargos.

De uma forma geral, as propostas de estruturação ou reestruturação do Sub-Sector foram expostas em uma reunião com o Secretário de Saneamento do Estado, Dr. José Carlos Melo: "A situação em Pernambuco, em termos de abastecimento de água é dramática. Isto acontece, mesmo havendo institucionalmente uma empresa responsável: COMPESA.

Em Recife, onde esta Companhia atua, a questão da operação é catastrófica. Nos últimos anos, houve um esvaziamento do município, onde tarefas simples foram dele subtraídas. Esta crítica precisa ser um grande elemento de base para construir o Progra

ma Estadual de Saneamento Rural. Sendo assim, o órgão responsável pela Coordenação do Programa no Estado será a Secretaria de Saneamento Obras, e Meio Ambiente (SSOMA), não porque é o órgão mais aparelhado, mas porque é o órgão de Saneamento. A princípio, o órgão executor deveria ser a COMPESA, mas por ter ainda muito o que consertar no meio urbano, não vai entrar no Saneamento Rural. O órgão executor será a EMOPER (Empresa de Obras Públicas de Pernambuco), que irá cuidar não só do PESR, como também de todo o Saneamento (drenagem, lixo, etc.) em todo o Estado. A EMOPER trabalhará através dos Prefeitos, estimulando que as prefeituras façam tudo. O Estado apenas complementarará o que os municípios não podem fazer. Na Secretaria da Agricultura está também uma grande parcela do uso da água (obras hidráulicas, barragens). É um órgão incluído naturalmente no PESR, com 2 papéis: perfuração de poços e fornecimento de água em municípios onde estejam atuando nas proximidades. Outro órgão, que não é do Estado mas que atua fortemente no setor é a FSESP, um órgão imprescindível e que tem muita experiência a ser analisada. Através de convênios, poderão também participar".

Na verdade, o órgão mais estruturado e com maior tradição no sub-setor de saneamento rural parece ser a FSESP. Atuando através de 72 sistemas, a FSESP está entregando 2 sistemas (operados e mantidos por ela anteriormente) para as Prefeituras. Segundo o Diretor Regional: "É fundamental a integração inter-institucional no Estado para garantir a manutenção e operação, que é a questão crucial. Estamos buscando um Plano Estadual, no qual a FSESP faça parte".

A FSESP em Pernambuco desenvolve as seguintes atividades:

- financiamento do Sub-Sector de Saneamento Rural;
- promoção das comunidades;
- pesquisas de mananciais;.

- elaboração de projetos de abastecimento de água;
- elaboração de projetos de módulos sanitários;
- construção de módulos sanitários;
- construção de sistemas de abastecimento de água;
- operação, manutenção e administração dos sistemas de água;
- atividades de educação sanitária;
- atividades de capacitação de recursos humanos;
- assistência técnica.

A CISAGRO (Companhia Integrada de Serviços Agropecuários, empresa de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, é o órgão executor do Subprograma recursos hídricos do PAPP. Através da Divisão de Abastecimento de Água Simplificado, ligada ao Departamento de Serviços e Obras, a CISAGRO desenvolve, desde 1980, as seguintes atividades ligadas ao Saneamento Rural:

- Pesquisa de Mananciais ou fontes de abastecimento de água.
- Elaboração de Projetos de Sistema de Abastecimento de água.
- Construção de Sistemas de Abastecimento de água, com pessoal próprio.

Anteriormente, a principal atividade desta divisão era exclusivamente a perfuração de poços e construção de açudes. Hoje, como órgão executor do PAPP no segmento recursos hídricos, pode ser comparada a uma sub-empiteira. A sua principal fonte de recursos financeiros: Caixa Econômica Federal, BIRD (PAPP), FINSOCIAL e PROTERRA. Além disso, para a execução de uma pesquisa, cobra uma taxa.

A CISAGRO não opera, não mantém e não administra os sistemas por ela construídos. Quando há algum problema de manutenção no sistema, a comunidade solicita ao Prefeito, que envia a solicitação ao PRORURAL, que libera recursos à CISAGRO para a reparação.

Como órgão de apoio, a FIAM (Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior), tradicionalmente atuando na prestação de assistência técnica à administração municipal, se propõe a atuar mais fortemente na organização de pequenas comunidades, visto que a participação comunitária é a tônica do atual governo.

Através de 7 regionais, a FIAM pretende fazer o levantamento das comunidades. No entanto, estão em fase de reestruturação.

A participação dos municípios na questão do Saneamento parece ser bastante pequena no Estado de Pernambuco. O Município de Itambé (12.000 habitantes) possui um serviço autônomo de água. Ligado diretamente ao Prefeito, através da Secretaria Municipal de Obras, o Serviço Autônomo vem elaborando seus próprios projetos e executando-os (1), com verbas do Ministério da Saúde (2).

A situação sanitária em Itambé é precária. Não há tratamento de água e o único dispositivo sanitário: "o arodeador (pilha de coqueiro)", se espalha por todo o município, quando chove. Estão tentando melhorar a situação, mas ainda se está longe de alcançar. Com verbas do Ministério da Saúde, construíram 1.000 fossas secas. Segundo o Prefeito, estes projetos do MS foram bastante rígidos e não estão servindo. Já outras fossas que estão fazendo, de forma menos rígida, ainda com verba do MS, parece estar sendo mais aceitável.

O prefeito concorda com os princípios do PNSR e do PESR, no que se refere à participação dos municípios. A participação da esfera estadual, segundo o prefeito, é também imprescindível.

(1) Para a elaboração de projetos, a prefeitura conta com 2 engenheiros. A construção de obras é feita por serventes e pedreiros da prefeitura.

(2) Por exigência do contrato de convênio com o Ministério da Saúde, a prefeitura não pode cobrar tarifas.

vel, principalmente por uma questão econômica. Há serviços deficitiários, que não tem condições de se recuperar. Quanto aos aspectos técnicos, o município não tem condições de arcar sozinho, em certas circunstâncias. A participação do Estado nesta questão, é também imprescindível.

Quanto a operação e manutenção, seria de competência do município, pois este é o poder mais próximo da população. Segundo o Prefeito, o estabelecimento de tarifas caberia ao Estado, visto que além de ser politicamente desgastante para o Prefeito, há casos em que as tarifas não seriam cobradas por razões eleitorais. No entanto, O Estado não deveria estabelecer uma tarifa única.

Augusto Bessa

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL : Recife-PE.
DATA : 06 a 09/05/1987
TÉCNICA : Sueli Corrêa de Faria
ÁREA : Desenvolvimento de Recursos Humanos

1. Objetivo

Levantamento de informações.

2. Instituições visitadas

- SSOMA;
- FIAM;
- Secretaria de Educação;
- FSESP.

- Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente

. Secretário: José Carlos Melo

A SSOMA será responsável pela coordenação do Programa de Saneamento Rural do Estado de Pernambuco, através de sua empresa de obras - EMOPER. Coordenador do programa será o Dr. Luiz Antônio Baltar, diretor da empresa.

- FSESP - Diretoria Regional de Pernambuco

. Diretor: Rui Pereira

Uma reunião geral de aproximadamente 90 min. impediu-nos de manter uma conversa mais aprofundada com a equipe de Recursos Humanos (Coordenadora: Maria das Graças).

- FIAM

. Informantes: Luís Favero, Luiz Carlos Campos e Eduardo Vieira

As atividades da FIAM se referem a: planejamento municipal, acompanhamento das ações setoriais no município e articulação com a comunidade. Através de suas sete agências regionais, ela presta assistência técnica ao município, em suas atividades-meio (contabilidade, orçamento, etc.). Não desenvolve programa de treinamento para o Saneamento Rural, mas considera-se com potencial para tanto. As pessoas que poderiam prestar informações, à área de Recursos Humanos, não estavam presentes na instituição.

- Secretaria de Educação/DAEM - Departamento de Apoio à Educação Municipal.

. Contato: Prof^o Arlindo Cavalcanti de Queiroz

Nesta visita, fui acompanhada pelo Chefe de Gabinete do Secretário da SSOMA, Telga Gomes Araújo Filho, que levou àquela Secretaria a notícia do Programa e o convite para um trabalho conjunto. Os técnicos presentes à reunião manifestaram sua descrença em relação aos programas do BIRD, no Brasil. Todavia, dispuseram-se a participar ativamente do Projeto de Saneamento Rural,

no sentido de incluir aspectos específicos nos currículos rurais e de se usar as escolas rurais e agrícolas, como polo irradiador para educação sanitária e tecnologia apropriada, conforme proposta da Dra. Hortênsia.

Boa parte dos professores rurais são leigos e nem mesmo possuem o 1º grau completo.

- Prefeitura Municipal de Itambé-PE


O serviço de abastecimento de água de Itambé é autônomo.

O prefeito, engenheiro civil, promoveu um levantamento da situação sanitária do município, através do Centro Josué de Castro, e vem desenvolvendo um trabalho de expansão do abastecimento de água e de implantação de fossas.

Sugestões do prefeito:

- serviços de saneamento devem ser municipais;
- tarifa deve ser determinada pelo Estado, para evitar pressão sobre o prefeito, pois há a tradição do clientelismo;
- a comunidade deve participar da escolha do manancial;
- não deve haver limite inferior de 250 habitantes para o atendimento através do PNSR.

Brasília(DF), 19 de maio de 1987.



Sueli Corrêa de Faria

MEMO. PNSR Nº 063/87

Brasília(DF), 15 de maio de 1987

DE : Francisco Gonet Branco
Área Econômico-Financeira

PARA : Dr. Valdemar Ottani
Coordenador do PNSR

ASSUNTO : Relatório da visita a Pernambuco

1. PERNAMBUCO

1.1. Visita a Campo - Itambé

Toda a prestação de serviços de água no município é de competência da prefeitura, não havendo atuação da COMPESA. Durante a reunião com os técnicos do PNSR, o prefeito manifestou-se a favor da manutenção desse esquema, sugerindo ainda alguns princípios para a viabilização financeira dos sistemas. Assim, ele entende que a participação do Governo Estadual no aporte de recursos é imprescindível, dados os constantes déficits do sistema que oneram de maneira insuportável as finanças do município. Por outro lado, acha fundamental também que os serviços sejam taxados de maneira que as receitas de exploração cubram pelo menos os custos operacionais do sistema. Dados o clientelismo político generalizado e a pressão direta da população, sugere que as tarifas sejam fixadas pelo Governo Estadual e que sejam diferenciadas por região, alterando-se o atual sistema de tarifas únicas para todo o estado.

1.2. COMPESA - Diretoria de Operações

A COMPESA opera 245 sistemas de água em 164 municípios, inclusive em comunidades de pequeno porte. Atualmente a companhia realiza investimentos em 70 sistemas (implantação, ampliação e melhorias) com recursos originados basicamente da CEF e do FAE (em torno de 80% do total) e das prefeituras. O critério de seleção é fundamentalmente político. Adota-se o sistema de tarifa única para o estado, diferenciado por faixa de consumo e classe de consumidor. A companhia encontra-se em graves dificuldades financeiras, atrasando o pagamento a alguns de seus fornecedores e em processo de rolagem de dívidas. A atual diretoria procura reduzir o efeito regressivo da estrutura tarifária reajustando as tarifas progressivamente de acordo com a faixa de consumo do usuário.

1.3. FSESP - Diretor Regional

Da mesma forma que a COMPESA, a nova Diretoria da FSESP optou pelo reajuste progressivo das tarifas, abrindo, inclusive, as planilhas de custos às comunidades para que estas se conscientizem da necessidade dos reajustes, o que tem gerado bons resultados. Os pequenos sistemas, segundo as informações, são inviáveis do ponto de vista financeiro, mas no todo o resultado final é equilibrado, na medida em que os sistemas maiores cobrem os prejuízos dos pequenos. A FSESP investe com recursos do MS, repassados a fundo perdido, dispondo-se a transferir a administração dos SAAE'S às prefeituras, caso estas se interessem em assumi-los (já existem alguns SAAE'S transferidos à prefeituras).

1.4. CISAGRO - DESOB

A CISAGRO é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Agricultura que funciona como executora dos progra

mas do PAPP. Na área de saneamento, a companhia tem a atribuição de construir sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades com até 500 habitantes, entregando-os prontos às prefeituras sem ônus nem exigências de padrões de operação. Os recursos são provenientes basicamente do FINSOCIAL, PROTERRA, PIN, BIRD (vinculado a projetos específicos) e, em algumas situações, da CEF/FAS (o estado assume os encargos do financiamento). A escolha da localidade é feita pelo PRORURAL.

1.5. SSOMA - Reunião com o Secretário.

O Secretário em sua exposição enfatizou alguns problemas que tem contribuído, para as deficiências dos sistemas de abastecimento de água tais como a prioridade dada a construções de sistemas em detrimento da operação e manutenção daqueles já existentes, em função dos diferentes graus de impacto político das duas linhas de atuação; a centralização das decisões a nível federal e estadual ao invés de deixá-las no âmbito municipal; o atual sistema de tarifas únicas que não considera as diferenças regionais nas condições de oferta de água; e os subsídios intrínsecos na atual estrutura tarifária que beneficia os grandes consumidores às custas dos pequenos usuários. Por fim, o secretário propôs o início imediato do Programa Estadual de Saneamento Rural com recursos próprios do estado, o qual seria reembolsado posteriormente pelo PNSR e, com esses recursos, criaria um fundo para futuros investimentos.

Cordialmente,



Francisco Marcos Gonet Branco

RELATÓRIO DE VIAGEM

LOCAL: Recife/PE

DATA : 06 a 08/05/87

TÉCNICO RESPONSÁVEL : José T. Fiusa Lima

Dia 06/05/87 - 14:30 h.

Reunião na Secretaria Extraordinária de Assuntos Especiais com a participação de Assessores da referida Secretaria e coordenação do PNSR. As conclusões das discussões foram as seguintes:

- a) compromisso assumido pelo Estado na elaboração do Programa Estadual de Saneamento Rural, sendo o mesmo considerado prioritário pelo Governo Estadual;
- b) juntamente com a elaboração do Plano Estadual, será iniciado o estudo e construção de sistemas de abastecimento d'água e dejetos, segundo a filosofia do PNSR, a fim de que no decorrer do 2º semestre de 1987, já estejam em funcionamento.

Dia 07/05/87 - 7:00 às 14:00 h.

Visita a cidade de Itambé distante cerca de 100 km de Recife onde foram visitados junto com o Sr. Prefeito Municipal, Engº Renato Ribeiro da Costa, vilas, periferias e distritos, com vistas a conhecer a realidade de Saneamento Básico nestas áreas.

- 15:00 às 18:00 h.

Reunião na Diretoria Regional da FSESP, tendo o Dr. Rui Pereira dos Santos, Diretor Regional, feito uma apresentação

da participação atual da FSESP nas atividades de Saneamento Rural no Estado, onde ficou caracterizado a forma integrada de trabalho junto com os outros órgãos. Foi apresentado o projeto em desenvolvimento de Esgoto condominial, já em fase final que será implantado na periferia de Recife no decorrer deste ano. O trabalho está sendo efetuado pela FSESP, Prefeitura Municipal e Secretaria de Saneamento.

Dia 08/05/87 - 8:00 h.

Apresentação pelo Eng^o José Carlos Melo, Secretário de Saneamento da proposta política de Saneamento no Estado que tem como ponto fundamental a coordenação e integração dos diversos órgãos com vistas a resgatar no menor prazo possível a dívida social nesta área em Pernambuco. Houve intensa participação dos presentes nos debates, ocorrendo perfeita coincidência entre os postulados do PNSR e da Secretaria de Saneamento.

- 15:00 h.

Visita a Secretaria de Saúde do Estado, onde, após entrevista com o Sr. Secretário, Dr. Ciro de Andrade Lima, foi apresentado pelo Coordenador de Saneamento, Arq. Herman Gonçalves de Araújo, as atividades desenvolvidas com recursos do Ministério da Saúde em Saneamento Rural no Estado. Em anexo cópia do relatório da coordenação de Saneamento. Dentre as dificuldades relatadas pelo Dr. Herman, está o grande número de instituições que atuam no setor: COMPESA, Secretaria da Saúde - FUSAM, FSESP, CISAGRO, PRORURAL, SUDENE-CONESPE, DNOCS (construção de açudes), SEAC (re passe decreto de recursos aos municípios), Prefeituras Municipais (por iniciativa própria), FUNDEC do Banco do Brasil.

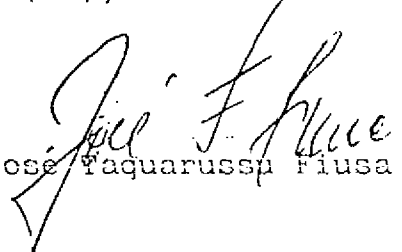
Outra dificuldade é de que até o momento os recursos aprovados para o orçamento de 1987 pelo Ministério da Saúde, não foram repassados à Coordenação de Saneamento, atrasando o planejamento.

- 17:00 h.

Reunião final de avaliação das visitas efetuadas aos diversos órgãos com a participação do Secretário de Saneamento, Dr. José Carlos Melo e a Chefe de Gabinete da Secretaria Extraordinária de Assuntos Especiais, além de Diretores da EMOPER, e representantes da FSESP, Secretaria de Saúde e toda a equipe do PNSR.

A conclusão foi de que o trabalho desenvolvido trouxe importantes subsídios a montagem do Programa Nacional e a afirmação feita pelo Dr. Melo, de que o dia 8 de maio de 1987 é considerado o dia 1 do Programa Estadual de Saneamento Rural em Pernambuco.

Brasília(DF), 21 de maio de 1987


José Faquarussa Fiuza Lima

1.2.4 - SANEAMENTO

O Estado de Pernambuco está dividido em 167 municípios e apresenta uma população total estimada em 6.929.930 hab., dos quais, 4.453.024 hab., 64%, residem em zona urbana.

A situação sanitária a que está submetido este contingente populacional apresenta, de acordo com vários aspectos, o que segue:

1. Abastecimento de água: foram instalados e estão em operação, em todo o Estado, 634 Sistemas de Abastecimento d'água, sendo 388 (61%) com ligações domiciliares e 246 (39%) com chafariz.

1.1. Distribuição por órgão executor:

COMPESA	- 233(36,7%)	Sistemas complexos
FUSAM	- 250(36,3%)	Sist.simplificados c/LD
CTISAGRO	- 106(16,7%)	Sist.simplificados
FSESP	- 69(10,5%)	Sist.complexos
PREFEITURAS	- 5(0,8%)	Sist.simplificados c/LD

1.2. Instalação por Distrito:

Total de Distritos no Estado - 360

Distritos Sede - 167; 100% atendidos com água, sendo 163 (97,6%) com água tratada e 4(2,4%) com água bruta.

Outros Distritos - 193; 135(69,9%) atendidos com água.

1.3. Sistemas de Abastecimento d'Água com relação à população

População abastecida segundo o órgão executor:

COMPESA	- 3.541.197	(89,5%)
FUSAM	- 260.015	(6,3%)
FSESP	- 174.447	(4,2%)
CTISAGRO	- 150.518	(3,6%)
PREFEITURAS	- <u>14.800</u>	(0,4%)
T O T A L	- 4.140.997 hab.	

População abastecida, 4.140.897 hab., em relação ao total da população: 59,7%.

População abastecida na zona urbana, 3.774.977 hab., em relação à população urbana: 50,1%.

População abastecida na zona urbana com água tratada: 3.610.381 (97,7%).

3. Destino dos dejetos:

3.1. Fretelas higiênicas instaladas em todo o Distrito com recursos do poder público: 110.708; população beneficiada: 600.433 hab. (8,7%).

População atendida com rede de esgotos: 777.625 hab. (11,7%).

População total beneficiada com sanitários sanitários com respeito ao destino dos dejetos: 1.378.058 (32%).

3.2. Outras melhorias (reservatórios, filtros, tanques de cloração, bombas, tanques e filtros de carvão, etc.) financiadas com recursos do poder público: 175.210.

3. Programação para o exercício 1987

3.1. Sistemas de Abastecimento de Água: 240

Com ligações domiciliares : 130

Com clarific : 110

3.2. Privações higiênicas : 30.918

3.3. Outras melhorias : 70.412

CONCLUSÃO:

Pelos indicadores apresentados podemos concluir que a situação sanitária do Estado é razoável com relação a abastecimento d'água, uma vez que 59,7% de toda a população está abastecida, crescendo este número para 84,1% quando considerada apenas a população urbana.

Entretanto, no que se refere a destino dos dejetos, o quadro sanitário é realmente precário pois apenas 11,2% da população está beneficiada com rede de esgoto, e 8,7% apenas se beneficiaram com privadas higiênicas financiadas com recursos do poder público.

Vale salientar que, apesar de as programações físicas buscarem sempre superar a defasagem, o mesmo não vem se verificando quanto à liberação de recursos, tornando o quadro realmente preocupante uma vez que avolumam-se, cada vez mais, as necessidades de um meio ambiente já profundamente carente das mínimas condições de saneamento, onde as dificuldades técnicas para as soluções não mais constituem qualquer obstáculo mas que, infelizmente, encontram-se submetidas às dificuldades econômicas.

- OBS.: Em anexo, nº 11 tabelas constando do Estado de Pernambuco, seus municípios, distritos, localidades, populações e obras de saneamento executadas até 1986 e programadas para 1987.

MEMO. PNSR/CTR Nº 036/87

Brasília(DF), 13 de maio de 1987

DE : Rosinha Borges Dias
Área de P. da Comunidade

PARA : Dra. Mara Lúcia B. C. Oliveira

ASSUNTO : Relatório da viagem a Pernambuco

Período de viagem: 06 e 07 de maio

Instituições visitadas: Prefeitura Municipal de Itambé, PAPP/
PRORURAL, SSOMA, FETAPE e Secretaria de Saúde.

1. Observações sobre os aspectos específicos referentes a participação da comunidade (P.C.) nas instituições visitadas.

1.1. Prefeitura Municipal de Itambé. Reunião com o Prefeito: Engenheiro Renato Ribeiro da Costa. Este município mantém sistema autônomo de água e esgoto, com algumas experiências na periferia da cidade e na zona rural. Dr. Renato é de opinião que por princípio todos os serviços de infra-estrutura devem ser municipais e que o "poder municipal é o único poder concreto neste país - os outros são abstratos". Entretanto acha imprescindível a participação do Estado como regulador e ponto de referência devido a aspectos de ordem econômico-financeira e de ordem técnica, mantendo-se a responsabilidade do município na operação (a prefeitura é a única a ser "cobrada pela população"). O Estado deveria também legislar sobre a definição das tarifas (mesmo diferenciadas), mas deve ser dada ao usuário, a opção "de assumir mais e pagar menos ou de assumir menos e pagar mais". A questão da P.C. fica prejudicada devido a tradição clientelista do Nordeste muito enraizada na população; o paternalismo deve ser combatido, não se oferecendo nenhum serviço de graça ao povo. Em muitos municípios a cobrança

do tributo é mais cara que o tributo, mas mesmo assim, com prejuízos, deve ser reforçada, porque é educativa e mais digna. A comunidade vai assumindo responsabilidade e adquirindo consciência dos direitos. A P.C. não deve ser entendida como aceitação daquilo que a comunidade pede, mas é um processo de discussão, que se inicia desde a escolha de manancial. No município há uma experiência interessante de atenção primária em saúde da própria prefeitura, apoiado por conselhos populares, inclusive dando melhores condições de atendimento às "casas de parto".

O Prefeito fez sérias críticas a projetos governamentais que chegam prontos e exigiu do PNSR flexibilidade ao conceituar o que seja "comunidade rural" e flexibilidade técnica. Foram feitas visitas nos arredores da cidade para ver sistemas de dejetos (fossas secas tipo Cynamon que não deram certo, substituídas depois por modelos de engenharia local com fossa negra - projeto pé no chão).

1.2. PAPP/PRORURAL - Entrevista com Dr. Luiz Lacerda e Dra. Suzy Freyre do segmento APCR (Apoio a Pequenas Comunidades Rurais) - O APCR tem como objetivo apoiar a mobilização e a organização do pequeno produtor, através da execução de projetos de infraestrutura para melhorar as condições de vida das pequenas comunidades. Duas diferentes maneiras de ver o APCR: como estratégia de implementação do PAPP e como um segmento à parte. O APCR gerencia o FAC (Fundo de Apoio as Comunidades) que financia projetos demandados pela população, mas este tem funcionado mais como um "tapa-buracos" do PAPP, em atividades que deveriam estar sendo contempladas em outros segmentos como Educação, Saneamento e Estrada. Atualmente estão passando por um intenso processo de avaliação dos conceitos básicos e dos reflexos do PAPP. A função de organizar os agricultores cabe à FETAPE e não do Estado. Estão sen

do organizadas Comissões Municipais paritárias que constam de representantes das comunidades, do sindicato, das cooperativas, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, da Igreja, etc. Sua função é a de "apreciar e compatibilizar as reivindicações dos núcleos co munitários, acompanhar e avaliar a execução do programa a nível municipal para encaminhamento à Comissão Paritária Estadual".

Estão lutando para que qualquer programa governamental destinado ao município passe pela comissão municipal (ver anexo 1 texto sobre metodologia do APCR/PAPP/PE).

1.3. Reunião da S.S.O.M.A. - Apresentação da política de saneamento do Estado de PE pelo Secretário Dr. José Carlos Mello. Foi colocada a satisfação e a esperança do Governo do Estado na presença do PNSR ali e que acreditavam que "desta vez a coisa vai". Apresentada uma visão crítica da situação atual de saneamento que coloca ênfase na obra e não na operação e manutenção. A primeira definição do PESR em PE é não ter um órgão executor direto mas J. órgão coordenador, que será a EMOPER, sob a direção do Engenheiro Luiz Antonio Baltar. Serão anunciadas aos Prefeitos as caracterís ticas e disponibilidades do Programa e quem chegar primeiro com um plano e com a comunidade organizada, terá o apoio do estado. Ressaltou que a maneira correta de obter o saneamento rural é atra vés do município, buscando-se organização comunitária como pressu posto fundamental para o sistema funcionar.

O mais simples é construir a obra e o mais difícil é situar este sistema dentro das características do município e dentro daquilo que a comunidade pode receber. Devemos ter humildade e reconhecer que precisamos aprender fazer de outra maneira. Que a principal dificuldade está na "cabeça" dos técnicos - e que essa só pode ser mudada colocando-os em contato direto com a comunida de. Esclareceu que além da SSOMA, a Secretaria de Saúde, a FSESP

E a Secretaria de Agricultura serão incluídas no PESR. Fez um apelo para que o PNSR fosse o mais flexível possível e que aquele dia fosse considerado como o dia 1 do PESR de PE.

1.4. FETAPE - Visita feita acompanhada por Dr. Telga - Secretário Adjunto da SSOMA. Entrevistados: Sr. José Patriota, assessor da FETAPE no Polo Pajeu e com Sr. José Rodrigues - Presidente da FETAPE - Há 154 Sindicatos de T.R. no Estado, com mais ou menos 700 mil filiados. O movimento sindical vem desde 1986 integrando a equipe de gerência dos projetos governamentais, participando da tomada de decisão colegiada através da comissão paritária ligada à SUDENE (C.R.D.R.) que analisa e decide sobre todas as atividades PAPP e agora sobre a programação orçamentária (POA 87/88). Isso entretanto, não impede que a FETAPE tenha uma posição autônoma e independente com relação ao governo. Mas, por princípio, os projetos de governo que atingem os interesses dos trabalhadores rurais, precisam, em 1º lugar, ouvir os interessados (ver anexos 2 e 3 cartilhas da FETAPE sobre o PAPP na visão do governo e na visão dos trabalhadores).

1.5. Secretaria de Saúde - Entrevistados: Engenheiros Herman G. de Araújo e Fernando - As atividades de saneamento na Saúde, surgiram com o PIASS. São realizadas atividades de construção de pequenos sistemas de abastecimento de água, privadas higiênicas e distribuição de filtros. A Secretaria levanta as comunidades que necessitam do serviço, faz um projeto simplificado do sistema, repassa o dinheiro para a prefeitura e fiscaliza a execução. Há 177 pequenos sistemas de água construídos. Geralmente, não há um trabalho de organização comunitária.

2. Comentários sobre a viagem a Pernambuco.

Esta viagem parece ter representado um passo importante na trajetória do PNSR. O Estado apresenta todas as pré-condições necessárias ao saneamento rural. Há decisão política clara do governo e há competência técnica na equipe responsável pela elaboração do programa estadual. O estado tem a proposta de "aprender fazendo" sistemas de saneamento rural com envolvimento comunitário e com uma estrutura de apoio à manutenção e operação - através dos municípios.

Com relação à criação de mecanismos que garantam a P.C. no programa estadual, parece imprescindível que este tenha o contacto mais estreito com o PAPP/PRORURAL, com a FETAPE e possivelmente com a Secretaria de Trabalho e Ação Social - órgãos com experiência e competência neste setor. As Comissões Municipais que já existem na área do PAPP são uma instância-chave para as tomadas de decisões do saneamento no município.

Sugere-se um contato mais estreito das áreas técnicas do PNSR no estado, visando um trabalho mais efetivo em campo e um enriquecimento mútuo.

Luiz Roberto

APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL

COMPONENTE: APCR / PE

METODOLOGIA

A metodologia proposta para o presente POA 87/88, é, em essência, a mesma do exercício anterior, ou seja, a da efetiva participação dos pequenos produtores no PAPP, entendendo essa participação, sobretudo, como tomada de decisão colegiada por parte dos pequenos produtores, no que concerne à organização e atuação dos seus interesses de classe.

A novidade, porém, é que agora se propõe, de fato, a viabilização de tal metodologia, através da descentralização administrativa do PAPP, e do trabalho de base assumido pelo sindicato com a Coordenação da FETAPE.

Assim, de acordo com as Diretrizes para o POA 87/88, aprovadas na VII Reunião da CRDR de 23.03.1987, " em cada comunidade abrangida pelo Programa será criado, através da FETAPE, em Núcleo Comunitário composto por todos os trabalhadores da mesma comunidade que dele queiram participar, com a função de deliberar, em Assembléia, sobre as reivindicações da comunidade, acompanhar e avaliar a execução do Programa a nível de comunidade, bem como eleger de 2 a 5 representantes para representá-lo na Comissão Municipal".

A constituição desta Comissão Municipal, dar-se-á em cada município onde não tiver sido formado o Conselho Municipal e onde este já existir, o mesmo será transformado de acordo com a estrutura e função definidas pela CRDR. A composição da Comissão Municipal é, a seguinte: " representantes eleitos nos núcleos comunitários, 01 representante do Sindicato, 01 representante de cada órgão executor/coordenador a nível municipal, 01 representante de outras entidades e 01 representante do Executivo ou Legislativo municipal, estes dois últimos indicados a critério dos outros membros da comissão anterior relacionados. A função é a de "apreciar

e compatibilizar as reivindicações dos núcleos comunitários, acompanhar e avaliar a execução do programa a nível municipal para encaminhamento à Comissão Paritária Estadual".

A grande diferença, portanto do POA 86/87, é que, agora, fica assegurada a capacitação e organização das bases e a representatividade da classe camponesa nas Comissões Municipais que, ao contrário dos Conselhos Municipais anteriores, não serão compostas por um número restrito de produtores e de técnicos, nem se reduzem, na prática, a reuniões para discussões sobre a aplicação do FAC e programações dos outros segmentos, mas serão sobretudo momentos fortes de confronto de agricultores e técnicos de várias entidades e níveis, transformando-se assim em verdadeiros FÓRUMS de debate e em exercício de politização e democratização.

O que se pretende, portanto, com a implantação das Comissões Municipais é ampliar e aperfeiçoar a participação dos pequenos produtores: ao movimento de organização das comunidades dentro de um processo de educação popular, coordenado pela FETAPE, no qual o papel do Estado (ou do Programa) é apenas de apoio, no sentido de facilitar ou de agilizar o ritmo natural da organização social, propõe-se, através das comissões, um instrumento de viabilização das intervenções governamentais, não no mero sentido de legitimação do Programa, mas no de se conseguir uma maior eficiência das metas e maior eficácia dos objetivos. Em outras palavras: a implantação das Comissões Municipais, se vistas desde a ótica das populações rurais, representarão a operacionalização da estratégia do PAPP, redirecionando o planejamento tecnoburocrático tradicional e adequando a intervenção do Estado aos reais interesses dos agricultores.

As Comissões Municipais, além dessa função de oportunizar a efetiva participação dos produtores, viabilizará a inte

gração das ações e dos órgãos executores, no sentido de complementariedade de ações e atendimento global das reivindicações e potencialidades da população, dando condição de objetividade e eficácia às ações setoriais.

Por parte do Estado a coordenação das ações, a nível municipal, continua sendo da competência e responsabilidade do chamado "Agente Comunitário", o qual se caracteriza melhor como Agente Municipal do PAPP, conservando ainda sua função de Secretário Executivo da Comissão Municipal com as atribuições que o segmento APCR lhe confere. De acordo com a CRDR, esse "agente comunitário", integrará a estrutura regionalizada da Coordenação Estadual do Programa. As Gerências de Campo, por sua vez, terão como papel fundamental apoiar as Comissões Municipais, através das quais encontrarão as condições necessárias para exercer sua função específica de coordenação e de integração das ações do PAPP, a nível de execução.

Dentro desta perspectiva de descentralização administrativa e de integração do PAPP, serão reformuladas as linhas de ação do APCR, da seguinte forma:

1) Ao invés das três linhas atuais: ¹⁾a participação e organização, ²⁾os equipamentos públicos comunitários e ³⁾os pequenos projetos produtivos, o APCR será composto das seguintes linhas:

a) implementação da estratégia do PAPP, qual seja a participação dos produtores na definição das programações anuais de todos os segmentos e na condução geral do PAPP;

b) apoio à organização dos produtores;

c) apoio a projetos comunitários integrados, entendidos como concentração espacial e complementação das várias ações do PAPP, bem como implantação de ações complementares que não estão

previstas nos outros segmentos e que visem a participação dos produtores no fortalecimento de unidades de produção dentro de um processo de mudança social.

Essas linhas serão da responsabilidade das seguintes entidades:

a) a implementação da estratégia caberá às Gerências Regionais do PRORURAL, através das Comissões Municipais, para cuja manutenção, contarão com recursos alocados pela administração do APCR;

b) a organização dos produtores e comunidades continuará sendo da competência dos sindicatos e das demais entidades que representam os seus interesses, com a Coordenação da FETAPE, a qual terá 15% dos recursos do FAC para sua reestruturação institucional, sobretudo pelo fortalecimento dos Polos Sindicais, a fim de se ter as condições necessárias para a consecução dos objetivos propostos.

c) os projetos comunitários integrados serão da responsabilidade da UNTEC, através das Gerências de Campo, as quais contarão com a coordenação local dos agentes municipais do PAPP. Quanto a essa linha, os recursos do FAC serão destinados a ações demandadas pela comunidade e não contempladas nos diversos segmentos.

A capacitação para o segmento será realizada em dois níveis:

1) nível político para os pequenos produtores, a cargo da FETAPE; e para os técnicos de APCR, e as Comissões Municipais, a cargo da UNTEC com recursos do Segmento de Capacitação.

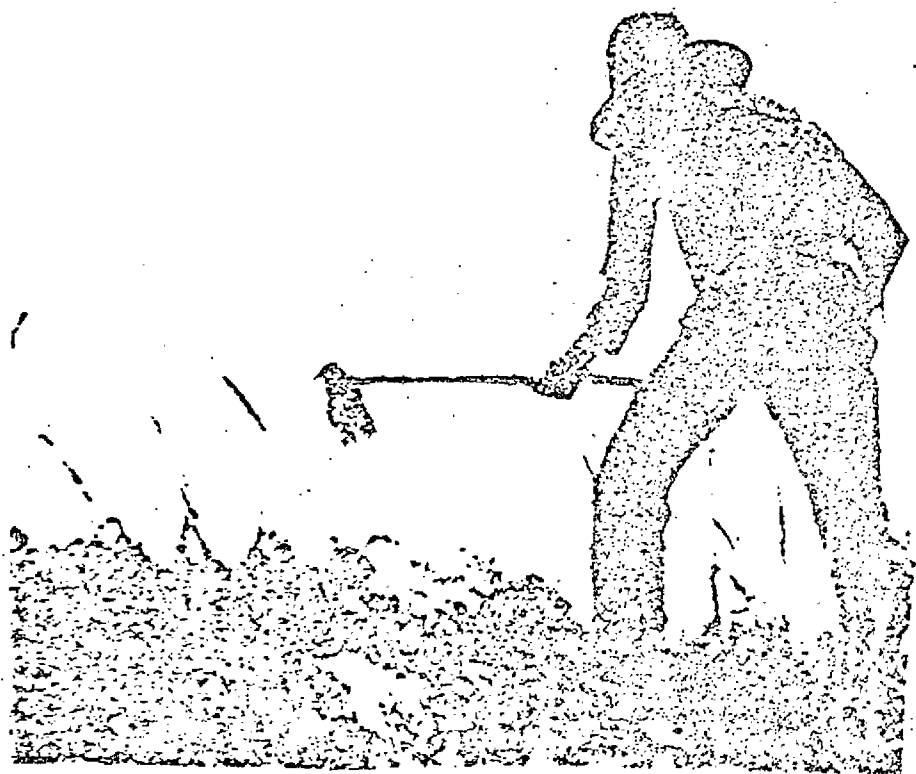
2) nível tecnológico, de acordo com as demandas da

unidade produtiva, dentro da programação dos diversos segmentos do PAPP.

A assistência técnica deverá ser assegurada nos POA's dos diversos segmentos, com a articulação do técnico do APCR.

O dia-a-dia de trabalho por ele desenvolvido nos municípios poderia ter como apoio privilegiado para contatos e discussões com os membros das comissões, as sedes locais dos sindicatos dos trabalhadores.

Espera-se que, na rotina de amplas discussões entre técnicos, agricultores, lideranças e representações da sociedade civil, a implementação do APCR transformar-se-á em prática constante da capacitação e de avaliação em processo e que, afinal, o PAPP como um todo, seja do domínio dos pequenos produtores e seja por eles fiscalizado e apropriado.



FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO - F E T A P E

Rua Gervásio Pires, 876 - Boa Vista

Fone 222.1222 - Recife - Pernambuco

ASSESSORIA DE EDUCACAO

INTRODUÇÃO

DURANTE OS 20 ANOS DE DITADURA MILITAR O GOVERNO PERSEGUIU OS TRABALHADORES OU TENTOU CONQUISTÁ-LOS PARA SEUS INTERESSES.

MAS OS TRABALHADORES CONSEGUIRAM SE ORGANIZAR NO SEU MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS; HOJE O MOVIMENTO SINDICAL REUNE MAIS DE 2600 SINDICATOS, 22 FEDERAÇÕES SOB A COORDENAÇÃO DA CONTAG.

OS TRABALHADORES RURAIS CONQUISTARAM UM ESPAÇO DE LUTA, PASSARAM A SER RESPEITADOS PELOS GRUPOS MAIS AVANÇADOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

MAS OS TRABALHADORES RURAIS NÃO PARTICIPARAM DOS PROJETOS CRIADOS PELO GOVERNO; NÃO RECEBERAM BENEFÍCIOS, NÃO TIRARAM NENHUM PROVEITO DO PROJETO SERTANEJO, NORDESTAO, FINOR, FIANM E OUTROS.

ESSES PROJETOS SÓ BENEFICIARAM O LATIFUNDIÁRIO E FIZERAM DESAPARECER DA MESA DO POVO OS PRINCIPAIS ALIMENTOS. ESSA FOI A POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO.

HOJE ESTÃO DIZENDO QUE OS TRABALHADORES VÃO PARTICIPAR, QUE OS PROJETOS SÃO PARA OS PEQUENOS PRODUTORES. O MOVIMENTO SINDICAL FAZ ATÉ PARTE DO CONSELHO DA SUDENE

QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES CONTINUA
ORANDO; A POBREZA AUMENTOU NAS GRANDES CIDADES.
A PRÓPRIA SUDENE RECONHECEU QUE PARA CADA 100
CRUZADOS QUE ESSES PROJETOS DIZEM SER PARA OS
TRABALHADORES APENAS 4 CRUZADOS CHEGAM NO CAMPO.

ALISANDO TUDO ISSO AS ORGANIZAÇÕES MAIS DEMOCRÁTICAS
E A SOCIEDADE EXIGIRAM QUE O GOVERNO MUDASSE ISSO E O
GOVERNO CRIOU O PROJETO NORDESTE. E DENTRO DO PROJETO
NORDESTE CRIOU O PAPP, QUE QUER DIZER: PROGRAMA DE APOIO
AO PEQUENO PRODUTOR RURAL.

DEZ FEDERAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS DO NORDESTE
FAZEM PARTE DA COMISSÃO QUE DECIDE SOBRE O PAPP. ESSA
COMISSÃO É A CRDR.

MUITA RESPONSABILIDADE PARTICIPAR DESSA COMISSÃO, ENTÃO
O MOVIMENTO SINDICAL SE REUNIU, DISCUTIU A SITUAÇÃO
E QUER VER QUE POSICIONAMENTO DEVERIA TER FRENTE A ISSO.

O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DEVE TER
UM PAPEL CRÍTICO E UMA POSIÇÃO INDEPENDENTE PORQUE
E TEM SUAS PRÓPRIAS LUTAS QUE NÃO SE CONFUNDEM COM
AS PROPOSTAS DO GOVERNO.

ESSA REUNIÃO ACONTECEU EM SETEMBRO DE 1986 EM RECIFE.
FETAPE PREPAROU ESTA CARTILHA COM AS CONCLUSÕES DA
COMISSÃO PARA SEREM DISCUTIDAS POR TODOS.

RECIFE, JANEIRO DE 1987

Linhas Básicas para Intervenção do Movimento Sindical em Projetos Governamentais

1 - O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DEVE:

- CONHECER OS PROJETOS DO GOVERNO QUE ATINGEM OS INTERESSES DOS TRABALHADORES RURAIS;
- SABER O QUE ESSES PROJETOS QUEREM DIZER DENTRO DE TODO O CONJUNTO DE PROGRAMAS DO GOVERNO;
- SABER O QUE ESSES PROJETOS SIGNIFICAM DENTRO DA POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO.

2 - É PRECISO QUE O MOVIMENTO SINDICAL TENHA UNIDADE POLÍTICA, ISTO QUER DIZER, QUE SEJA UNIDO NAQUILO QUE ELE QUER E PENSA PARA PODER PARTICIPAR E MUDAR OS PROJETOS DO GOVERNO EM FAVOR DOS TRABALHADORES.

INTERVENÇÃO QUER DIZER

PARTICIPAR PARA MUDAR UMA SITUAÇÃO

3 - O MOVIMENTO SINDICAL ESTARÁ SEMPRE ALERTA PARA NÃO APOIAR PROPOSTAS E AÇÕES DO GOVERNO QUE PREJUDICAM OS INTERESSES DOS TRABALHADORES. É IMPORTANTE QUE O MOVIMENTO SINDICAL SEJA ACREDITADO POR TODOS E TENHA AUTONOMIA .

4 - AS ESPERANÇAS DOS TRABALHADORES QUE FORAM CRIADAS PELAS PROMESSAS DO GOVERNO NÃO SÃO DA RESPONSABILIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL.

O MOVIMENTO SINDICAL SÓ TEM RESPONSABILIDADE SOBRE AS REIVINDICAÇÕES PRÓPRIAS DOS TRABALHADORES RURAIS.

- É QUESTÃO DE PRINCÍPIO PARA O MOVIMENTO SINDICAL QUE OS PROGRAMAS DE GOVERNO É QUE TEM QUE SE AJUSTAR ÀS PROPOSTAS DOS TRABALHADORES E NÃO O CONTRÁRIO; PORQUE O GOVERNO DEVE ESTAR A SERVIÇO DO POVO.

O Movimento Sindical

O PAPP

1. A CONTAG E AS FEDERAÇÕES TÊM QUE TER UNIDADE POLÍTICA PARA INTERVIR NO PAPP.

PARA GARANTIR ESSA UNIDADE A CONTAG VAI REUNIR AS FEDERAÇÕES DO NORDESTE A CADA DOIS MESES.

ESSA REUNIÃO VAI ACONTECER EM RECIFE, SEMPRE UM DIA ANTES DA REUNIÃO DA COMISSÃO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL (CRDR)

NA REUNIÃO DA CONTAG E DAS FEDERAÇÕES VAI SER DISCUTIDA A POSIÇÃO CONJUNTA QUE AS FEDERAÇÕES VÃO TOMAR NA REUNIÃO DA CRDR.

2. O MOVIMENTO SINDICAL LUTARÁ PELO CUMPRIMENTO DAS METAS DO PAPP E PARA QUE ELAS SEJAM DE ACORDO COM AS NECESSIDADES E INTERESSES DOS TRABALHADORES.

3. A AÇÃO FUNDIÁRIA A SER FEITA PELO PAPP TEM QUE SE REALIZAR EM PRIMEIRO LUGAR NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO QUE O PAPP DEFINIU E QUE JÁ ESTÃO PREVISTAS PELO PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA.

4. O MOVIMENTO SINDICAL VAI REVISAR OS RECURSOS E O ORÇAMENTO DO PAPP, PORQUE ESSES RECURSOS DEVEM SER DESTINADOS PARA AS ATIVIDADES-FINS E NÃO PARA AS ATIVIDADES-MEIO.
AS ATIVIDADES FINS SÃO A REFORMA AGRÁRIA, O CRÉDITO DE CUSTEIO, A IRRIGAÇÃO.
AS ATIVIDADES -MEIO SÃO ENXADAS, BOMBAS, CISTERNAS.

5. O MOVIMENTO SINDICAL VAI EXIGIR A REDEFINIÇÃO DAS ÁREAS A SEREM BENEFICIADAS PELO PAPP.
O MOVIMENTO SINDICAL VAI PARTICIPAR ATIVAMENTE DA SELECÇÃO DAS COMUNIDADES E MUNICÍPIOS A SEREM ATINGIDOS POR ESSE PROGRAMA.
ESSAS TÊM QUE SER EXIGÊNCIAS DO MOVIMENTO SINDICAL.

O PAPP EM PERNAMBUCO É PRORURAL.

O PRORURAL E O PAPP DEVEM SERVIR AOS AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES.

NA AÇÃO FUNDIÁRIA:

AS METAS E CUSTOS DA AÇÃO FUNDIÁRIA A SER FEITA NÃO PODEM SER DIFERENTES DAS METAS E CUSTOS ESTABELECIDAS PELO PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA.

NA ASSISTÊNCIA JURÍDICA PARA A AÇÃO FUNDIÁRIA

A EQUIPE DE ADVOGADOS CONTRATADA PELAS FEDERAÇÕES PELO CONVÊNIO DO PAPP DEVE:

- ESTAR INTEGRADA COM TODAS AS EQUIPES DAS FEDERAÇÕES QUE TRABALHAM COM O PAPP;
- ASSESSORAR AS FEDERAÇÕES NA PARTE JURÍDICA E NA PARTE POLÍTICA DA AÇÃO FUNDIÁRIA.

- AS EXPLICAÇÕES SOBRE O PAPP E O PRORURAL E TODAS AS AÇÕES QUE ELE VAI TER NO MUNICÍPIO ESTÃO NA CARTILHA NÚMERO 2.

NA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICOS PARA OS PROGRAMAS DO PAPP

- . AS FEDERAÇÕES DEVEM REIVINDICAR QUE OS CONVÊNIOS FIRMADOS SEJAM DE ACORDO COM AS NECESSIDADES E INTERESSES DOS TRABALHADORES RURAIS.
- .. O MOVIMENTO SINDICAL É QUEM DEVE ESCOLHER E INDICAR SEUS TÉCNICOS.
- . OS TÉCNICOS DEVEM TER COMPETÊNCIA E COMPROMISSO COM OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MOVIMENTO SINDICAL.
- .QUE SEJA GARANTIDA ÀS FEDERAÇÕES A COORDENAÇÃO DO CORPO TÉCNICO CONTRATADO PARA OS PROGRAMAS DO PAPP.
- .QUE A CONTRATAÇÃO DOS TÉCNICOS QUE TRABALHARÃO NOS POLOS SEJA REALIZADA DE ACORDO COM O PESSOAL DOS POLOS; QUE SEJA FEITA POR ETAPAS; QUE CADA CASO SEJA DISCUTIDO COM AS LIDERANÇAS SINDICAIS LOCAIS.
- .AS FEDERAÇÕES TERÃO O CUIDADO DE NÃO TRANSFERIR TODO O SEU CORPO TÉCNICO PARA OS CONVÊNIOS DO PAPP.
DEVEM CONTRATAR EQUIPES ESPECIFICAMENTE PARA O PAPP;

AS FEDERAÇÕES NÃO PODEM FICAR DEPENDENTES DA EQUIPE TÉCNICA ; DE UM DETERMINADO PROJETO, NEM PERDER SUA FACILIDADE DE AÇÃO E SEGURANÇA NA COORDENAÇÃO SINDICAL.

. AS FEDERAÇÕES DEVEM GARANTIR INSTALAÇÃO PRÓPRIA PARA OS TÉCNICOS DOS POLOS E REGIONAIS.

. AS VERBAS DO PAPP DESTINADAS AO MOVIMENTO SINDICAL SERÃO APLICADAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES; E DEVERÃO GARANTIR A SUA ATIVA PARTICIPAÇÃO NO PAPP. A PRESTAÇÃO DE CONTAS SERÁ FEITA DE ACORDO COM ESTA APLICAÇÃO.

. O MOVIMENTO SINDICAL ANALISARÁ OS CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O GOVERNO E OS BANCOS INTERNACIONAIS, E EXAMINARÁ OS RELATÓRIOS INTERNACIONAIS DESSES ORGANISMOS.

A CAPACITAÇÃO E APOIO ÀS PEQUENAS COMUNIDADES RURAIS (APCR)

. OS OBJETIVOS DOS TREINAMENTOS PARA CAPACITAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES SERÃO FORTALECER SUAS ENTIDADES SINDICAIS E DESENVOLVER UMA LINHA CRÍTICA DE ANÁLISE DOS PROJETOS GOVERNAMENTAIS.

. OS RECURSOS PARA PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS PARTICIPANTES DOS TREINAMENTOS NÃO PODERÃO ULTRAPASSAR A DIÁRIA NORMAL DE TRABALHO.

. OS ASSUNTOS E A FORMA DE REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS SERÃO DA INTEIRA RESPONSABILIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL.

. AS FEDERAÇÕES DESENVOLVERÃO OS TREINAMENTOS DE FORMA CADA VEZ MAIS UNIFICADA.

A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NA CRDR - COMISSÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

. O MOVIMENTO SINDICAL PARTICIPA NA CRDR QUE ANALISA E DECIDE SOBRE TODAS AS ATIVIDADES DO PAPP.

POR ESSE MOTIVO, O MOVIMENTO SINDICAL TEM CONSCIÊNCIA DE SUA RESPONSABILIDADE AO DAR SEU VOTO NESTA COMISSÃO.

. O PESO DOS VOTOS DAS 10 FEDERAÇÕES É IMPORTANTE, MAS SERÁ AINDA MAIS IMPORTANTE, SE FOR FORTALECIDO PELA UNIDADE E CLAREZA POLÍTICA DE SEUS POSICIONAMENTOS.

. AS PROPOSTAS QUE NÃO FOREM DO INTERESSE DOS TRABALHADORES NÃO SERÃO APROVADAS NEM DEFENDIDAS DE JEITO NENHUM PELO MOVIMENTO SINDICAL NA CRDR.

. AS FEDERAÇÕES SERÃO ASSESSORADAS EM SUA PARTICIPAÇÃO NA CRDR, ATRAVÉS DE UM CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SUDENE E AS FETAGS.

ANEXO 3

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FETAPE
Rua Gervásio Pires, 876 - Boa Vista
Fone - 222.1222 Recife - Pernambuco

O QUE É O PAPP n.º 2

NA DEFINIÇÃO
DO GOVERNO

NA AVALIAÇÃO
DOS TRABALHADORES

Apresentação

O assunto desta Cartilha é o PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. É um programa criado pelo Governo para os pequenos produtores do Nordeste.

Os técnicos do governo dizem que o PAPP foi criado para corrigir os erros dos projetos anteriores, que nunca deram proveito para os trabalhadores. Mas há muitas deferenças entre a ideia do PAPP e a realidade de como ele está sendo aplicado.

Os técnicos têm um entendimento geral de que enquanto a terra estiver concentrada na mãos de poucos, os recursos vão continuar favorecendo os latifundiários.

Outro entendimento geral é que são os trabalhadores em seu Movimento Sindical que devem receber os benefícios do PAPP e sua participação nesse programa deve se dar em todas as fases e em todas as ações, dizem os técnicos.

Mas o PAPP/86 não foi bem assim. O que tem chegado desse programa na casa do trabalhador são coisas muito pequenas, como enxadas, sementes fora da época. Apenas 5% dos recursos do PAPP têm beneficiado os pequenos produtores.

Para avaliar o que está realmente acontecendo, os trabalhadores rurais estão verificando o que é PAPP, como ele está sendo aplicado, quem está realmente tirando proveito e como fazer com que ele atenda aos pequenos produtores e não aos latifundiários.

Para que todos fiquem sabendo, a FETAPE fez esta Cartilha, com os resultados de três encontros de dirigentes sindicais para avaliar e dar sugestões para o POA - Plano Operativo Anual - que é o plano de trabalho para o ano de 1987. A Cartilha também mostra o que é o PAPP na idéia do Governo.

Recife, 31 de janeiro de 1987

FETAPE

PAPP - PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR

O QUE É O PAPP SEGUNDO O GOVERNO

É um programa do governo destinado aos pequenos produtores rurais do Nordeste. Faz parte do Projeto Nordeste e tem como objetivo geral diminuir a pobreza, aumentar o número de empregos na produção agrícola, melhorando a renda e as condições de vida dos pequenos produtores rurais da região.

DURAÇÃO

O PAPP terá a duração de 15 anos e será dividido em três partes de 5 anos cada uma.

Em cada ano se fará um POA, isto é, um Plano Operativo Anual que conterá todas as ações do PAPP para cada Estado do Nordeste,

QUEM VAI SER ATENDIDO PELO PAPP

Durante 8 anos do PAPP serão atendidos 78.000 pequenos produtores, incluídos nas seguintes categorias:

1 - TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

- . parceiros
- . arrendatários
- . assalariados rurais

2 - TRABALHADORES RURAIS COM TERRA

- . posseiros
- . foreiros ou proprietários, segundo definição do programa (do PAPP).

3 - OUTROS PEQUENOS PRODUTORES

- . que não trabalham direto na terra mas que fazem atividades de apoio à produção Agropecuária, como: pequenas indústrias, pequenos varejistas, pequenos processadores de produtos de origem vegetal e animal. E outras atividades produtivas de baixa renda: pescadores, artesãos, garimpeiros etc..

DIZ O GOVERNO

COMO OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS VÃO PARTICIPAR

A participação dos pequenos produtores rurais no PAPP se dará através de:

- 1 - MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS
FEDERAÇÃO E SINDICATOS
 - As Federações de Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Nordeste fazem parte da CRDR, que é a COMISSÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL e está localizada na SUDENE, em Pernambuco.
- 2 - COOPERATIVAS LOCAIS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.
- 3 - ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.

Todas essas organizações vão participar de todas as fases do Programa: estudo, análise, programação, execução, acompanhamento e avaliação.

DIZ O GOVERNO

ONDE O PAPP VAI ATUAR

O PAPP vai atuar nos 10 estados do Nordeste.

Em Pernambuco vai atingir as seguintes áreas e 166 municípios:

SERTÃO

AGRESTE

VALES IRRIGÁVEIS

ALÉM DO SÃO FRANCISCO E ZONA DA MATA

Mas nem todos os municípios destas áreas serão beneficiados.

DIZ O GOVERNO

QUEM COORDENA E ADMINISTRA O PAPP

O PAPP compreende várias ações que vão ser ou já estão sendo executadas em alguns municípios, mas sua administração é centralizada.

A nível Federal, o PAPP, como parte do PROJETO NORDESTE é da responsabilidade do Ministério do Interior. Mas outros ministérios também fazem parte dessa coordenação como os Ministérios da Reforma Agrária, da Fazenda e do Planejamento.

A nível Regional o órgão responsável é a SUDENE.

Na SUDENE funciona a CRDR, que é a COMISSÃO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; dessa CRDR fazem parte todas as 10 Federações de Trabalhadores na Agricultura do Nordeste, e também fazem parte órgãos do Estado; e ela se reúne todos os meses, em Recife para discutir e decidir sobre todas as atividades do PAPP.

Quem coordena a execução do PAPP é a UNIDADE TÉCNICA. E quem executa o PAPP são órgãos como a EMATER, INOCS, e outros. Em Pernambuco a UNIDADE TÉCNICA é o PRORURAL.

DIZ O GOVERNO

DE ONDE VÊM OS RECURSOS DO PAPP

Parte dos recursos do PAPP vêm do BIRD e do BID - que são bancos internacionais que vão emprestar ao governo brasileiro. O Brasil terá que pagar juros a cada ano e, no final de 15 anos, devolverá a quantia emprestada.

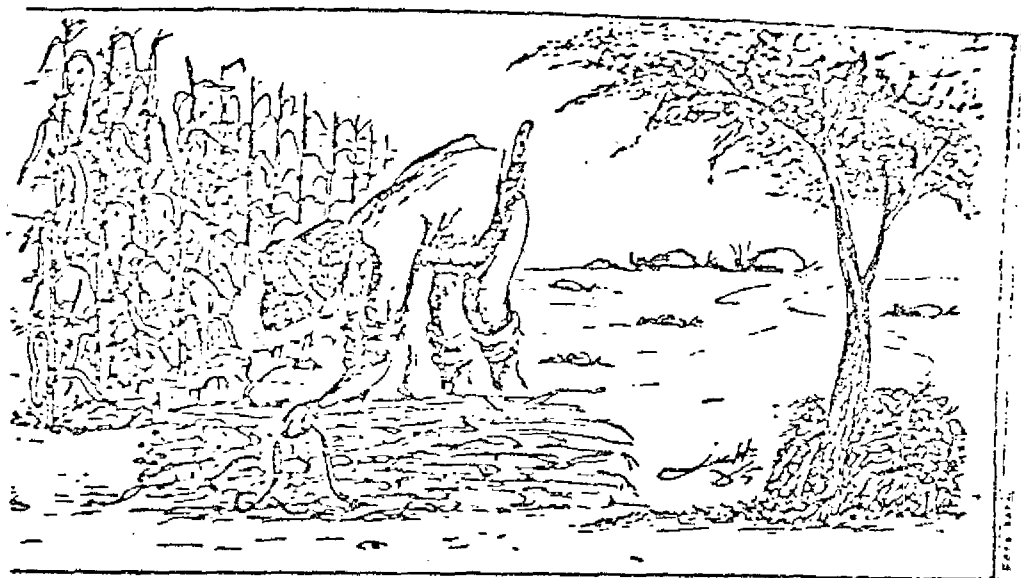
A outra parte dos recursos vêm do próprio país, de projetos como o PIN/PROTERRA, destinados ao Programa POLONORDESTE.

DIZ O GOVERNO

COMO SE DIVIDEM AS AÇÕES DO PAPP

As ações do PAPP no meio rural são divididas em segmentos, que quer dizer, partes de um todo.

Os segmentos do PAPP são em número de sete e serão explicados nas páginas seguintes.



A avaliação feita pelos sindicalistas presentes em três encontros de trabalhadores, organizados pela FETAPE, em dezembro de 1986 e janeiro de 1987 mostrou que o PAPP não tem se desenvolvido da forma como foi idealizado. Para que os companheiros tenham uma idéia do que está acontecendo, esta cartilha traz os resultados desses encontros: avaliação e as sugestões dos trabalhadores para o PLANO OPERATIVO ANUAL 87-88.

De um lado da página está a proposta do Governo, e do outro, a opinião dos Trabalhadores.

1. Ação Fundiária

DIZ O GOVERNO

OBJETIVOS: Garantir o cumprimento do princípio que está na Constituição do Brasil, sobre a função social da propriedade, promovendo o acesso do pequeno produtor ao uso e posse da terra; e contribuir para o aumento da produtividade agrícola.

INSTRUMENTOS: A ação Fundiária se dará através de:

- . Ação discriminatória por processo administrativo; isto quer dizer, regularização da posse;
- . Aquisição por compra e venda;
- . Crédito Fundiário;
- . Assistência Jurídica aos pequenos produtores.

OBSERVAÇÃO: A Ação Fundiária não é a mesma coisa que a Reforma Agrária. Ela só regulariza algumas situações, mas não modifica a distribuição da terra.

DIZEM OS TRABALHADORES

AVALIACÃO - Não se tem conhecimento de nenhuma atividade de ação fundiária feita pelo PAPP nos municípios deste Estado.

SUGESTÕES

- a - Que as ações sejam de acordo com a proposta dos trabalhadores rurais no seu IV Congresso Nacional;
- b - Que seja integrado ao Plano Nacional de Reforma Agrária;
- c - Que a Zona Canavieira receba o mesmo tratamento que o Agreste e Sertão;
- d - Que os 87.000 hectares previstos para redistribuição também sejam contemplados;
- e - Que o processo discriminatório seja também adequado ao Plano Nacional de Reforma Agrária;
- f - Que se dê com a participação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais;
- g - Que somente seja utilizado o instrumento da desapropriação.

2. Recursos Hídricos

DIZ O GOVERNO

OBJETIVOS:

Garantir aos pequenos produtores o acesso à água, para o consumo humano, para o consumo animal, e para melhorar a produção agrícola, através da irrigação pública e privada; e também melhorar o uso dos recursos de água e do solo locais.

DIZEM OS TRABALHADORES

AVALIAÇÃO

Não se tem conhecimento de obras de irrigação para os pequenos produtores. Houve construção de pequenos barreiros, poços e cisternas, para pessoas ligadas aos latifundiários. E estas construções foram parte do segmento APCR.

SUGESTÕES:

IRRIGAÇÃO

- a) As áreas destinadas para irrigação pública devem ser desapropriadas;
- b) Utilizar as áreas dos açudes já existentes para os pequenos produtores;
- c) O Movimento Sindical deve participar do processo de seleção das áreas e de seleção dos beneficiários, e, junto com eles, participar das discussões sobre administração do projeto de irrigação;
- d) O tamanho da área irrigada deve ser entre 2 e 6 hectares;
- e) Treinamento em irrigação e irrigação comunitária.

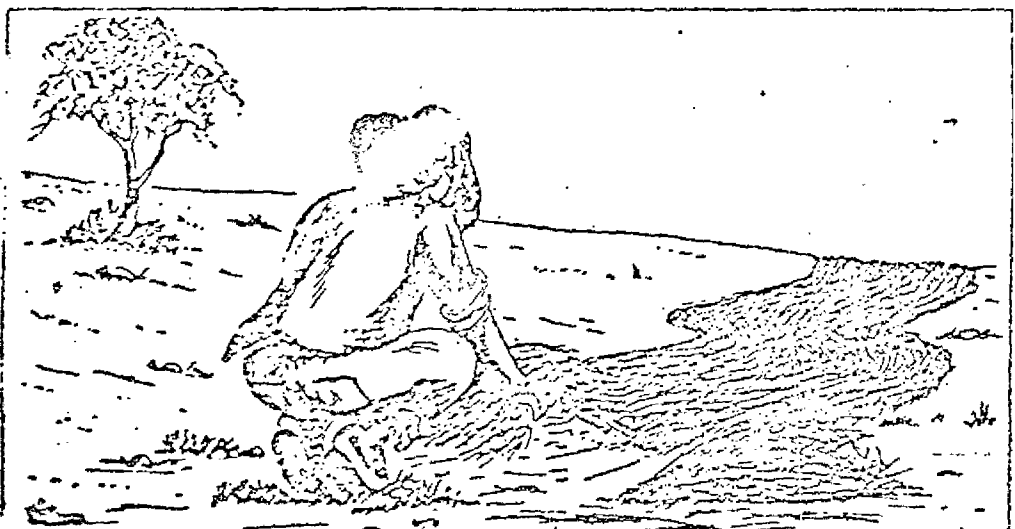


FOTO PATAC

DÍZEM OS TRABALHADORES

QUANTO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

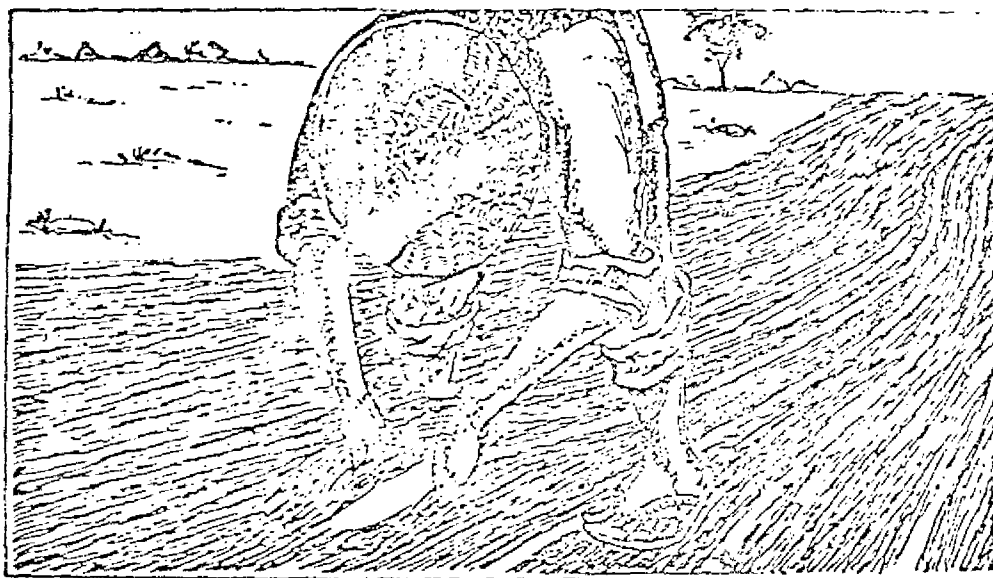
- a) As comunidades devem ser escolhidas com a participação e o acompanhamento do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município;
- b) As comunidades devem participar do projeto e de sua administração;
- c) Concluir as obras já iniciadas em outros programas e fazer primeiro as que são do interesse coletivo;
- d) Que as formas de abastecimento de água a serem implantadas respeitem as condições naturais da região e a situação existente nas comunidades. Além de criar condições para aproveitamento da água já existente e que não está sendo utilizada;
- e) Incluir formas de abastecimento de água para animais.

3. Assistência Técnica e Extensão Rural

DIZ O GOVERNO

OBJETIVOS

Tornar conhecidos entre os pequenos produtores rurais as técnicas e novos conhecimentos agropecuários, próprios para as condições do solo e clima locais; e contribuir para melhorar as condições sanitárias e de alimentação dos pequenos produtores.



DIZEM OS TRABALHADORES

AVALIAÇÃO:

A Assistência técnica prestada pela EMATER não beneficia o pequeno produtor, atinge muito poucas famílias e é de má qualidade.

SUGESTÃO:

- a) O Movimento Sindical deve conhecer quais os técnicos e outros funcionários da EMATER pagos pelo PAPP;
- b) O programa de trabalho para os pequenos deve ser discutido com o Sindicato e a Cooperativa;
- c) Que a tecnologia seja discutida em conjunto com os pequenos produtores, sindicato e cooperativa;
- d) O papel de organizador de comunidades não deve ser da EMATER, mas sim do Sindicato. A EMATER deve prestar assistência técnica e extensão rural;
- e) Os locais de experiência devem ser realizados em área do pequeno produtor;
- f) Que se utilize formas coletivas de assistência técnica.

4. Geração e Difusão de Tecnologia

DIZ O GOVERNO

OBJETIVOS:

Fazer com que os investimentos na área da pesquisa de novas técnicas e de soluções para a agricultura sejam feitos para fortalecer a pequena produção e para que fiquem ao alcance dos pequenos produtores.

5. Crédito Rural

OBJETIVOS:

Fazer chegar aos pequenos produtores rurais o crédito para investimento e custeio agrícola.

AVALIAÇÃO

Os trabalhadores já escutaram que existe crédito para investimento ou custeio, mas nunca receberam empréstimos para crédito através do PAPP. : O crédito de custeio é uma necessidade fundamental para os pequenos produtores.

SUGESTÕES

- a) Que sejam atendidos primeiramente, os pequenos produtores com até um módulo;
- b) Que não se exija mais carta de anuência, avalista e hipoteca. A garantia do financiamento deve ser a própria produção;
- c) Que a verba seja liberada em duas parcelas: no preparo do solo e nos tratos culturais;
- d) Que a concessão do crédito seja ampliada, através da organização dos trabalhadores para propostas coletivas.

6. Comercialização e Abastecimento

DIZ O GOVERNO

OBJETIVO:

Garantir aos pequenos produtores rurais o acesso ao mercado de produtos agrícolas, insumos e bens de consumo básico, com preços justos e diminuindo a atuação dos atravessadores ou intermediários.



*DIZEM OS TRABALHADORES

AVALIAÇÃO

Não se conhece nada neste segmento para os pequenos produtores.

SUGESTÕES

- a) Que a comercialização seja feita através das Cooperativas de Pequenos Produtores ou com seu acompanhamento;
- b) Criação de postos de comercialização em todos os municípios, distritos e povoados distantes das sedes municipais; criação de armazéns coletores simples nas comunidades;
- c) Adequação ao calendário agrícola da região por causa da diferença de período de colheita de área para área;
- d) Garantia de recursos suficientes para pagamento antecipado da produção;
- e) Preço justo da produção (custo + lucro);
- f) Quem deve comprar os produtos nos distritos é o órgão responsável pela comercialização;
- g) organização coletiva da comercialização sempre que possível

7. APCR—*Apoio às Pequenas Comunidades Rurais*

DIZ O GOVERNO

OBJETIVO

Apoiar a mobilização e organização dos pequenos produtores rurais, através da capacitação para a política agrícola, da execução de projetos de infra-estrutura para melhorar as condições de vida e produção das pequenas comunidades rurais.

Os Sindicatos, as Cooperativas e as Associações comunitárias vão participar de um Conselho Municipal para discutir, avaliar e decidir sobre os projetos a serem desenvolvidos no município.

Haverá um agente comunitário do governo para a mobilização das comunidades.

Os recursos para o segmento APCR vão ser de um Fundo de Apoio às Comunidades (FAC).

DIZEM OS TRABALHADORES

AVALIAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL

Em alguns municípios foi criado o Conselho Municipal, e o Sindicato participa, mas há poucas reuniões e os companheiros não foram esclarecidos sobre o que é e para que serve o Conselho.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA

A EMATER está incentivando a criação de Associações.

São Associações de produtores rurais e em muitos municípios elas desenvolvem atividades paralelas ao Sindicato. O Sindicato não está sendo consultado.



SUGESTÕES

- a) Programação global da aplicação dos recursos do FAC (Fundo de Apoio às Comunidades), para que os projetos sejam de acordo com as necessidades dos trabalhadores;
- b) Discussão nas comunidades com a participação e coordenação do Sindicato;
- c) Atender maior número de comunidades, escolhidas de forma democrática, e com a participação do Sindicato;
- d) Discutir no Conselho Municipal o PAPP como um todo, e não somente o segmento APCR, como vem acontecendo;
- e) O Agente Comunitário deve funcionar como um apoio às organizações legítimas dos pequenos produtores, e não como organizador de comunidades;
- f) Que o Governo do Estado não tenha mais como projeto a criação de associações e que não se dê recursos para essa finalidade;
- g) Que o Conselho Municipal seja instalado em todos os municípios; que tenha maioria de pequenos produtores e que os projetos só sejam aprovados se discutidos pelo Conselho.

- h) Formação de uma Assessoria Sindical, escolhida pelo próprio Movimento Sindical (uma equipe para cada 5 Sindicatos), sob a coordenação da FETAPE;
- i) Continuar o processo de capacitação dos pequenos produtores para participarem concretamente do PAPP;
- j) Instalação de um Conselho Estadual do PAPP, que funcione sempre e democraticamente, com representações dos pequenos produtores e de outras organizações democráticas, a nível estadual e paritário, isto é, com número igual de pequenos e de outras organizações;
- k) Que se criem formas de atuação no governo, sobre o PAPP, que garantam a clareza da ação desse Programa.



FATAAC

